

**O Castro do Jarmelo em época medieval:
o contributo da arqueologia para o seu estudo**

Tiago Ramos

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Junho, 2014

1 – Introdução

1.1 – Objectivos do Estudo

O castro do Jarmelo localiza-se a Este da cidade da Guarda, na freguesia de S. Pedro do Jarmelo, concelho e distrito da Guarda. Apresenta as coordenadas UTM 29TPE 581 952¹, a 942m de altitude, demarcando-se da restante paisagem o que lhe permite um vasto domínio visual do planalto beirão (fig.2 anexo1).

Este sítio constitui uma das vilas medievais beirãs que foi despovoada ao longo dos séculos, encontrando-se hoje completamente desprovida de população. Tem contudo, o particularismo de ainda se conservarem as igrejas e cemitérios, onde as populações, das aldeias em redor da antiga vila, praticam culto e enterram os seus mortos.

Embora tenha suscitado bastante interesse de muitos investigadores, nunca usufrui de um estudo de fundo. Esta lacuna, aliada ao progressivo abandono e saque de espólio a que o sítio tem estado sujeito, têm contribuído para debilitar os vestígios patrimoniais desta antiga vila. Por estes motivos, urgia estudar de forma mais pormenorizada este sítio arqueológico, de modo a compreender as suas origens medievais e o seu papel na região onde se insere. Assim, o objectivo deste trabalho foi defender e dar a conhecer o património arquitectónico e arqueológico que ainda ali se encontra preservado.

1.2 – Organização e apresentação do trabalho

A presente investigação foi estruturada em onze partes diferenciadas. A primeira corresponde às questões introdutórias estando subdividida em três partes: correspondendo a primeira aos objectivos que nortearam esta investigação; a segunda, este próprio texto, remete para a organização e apresentação interna do trabalho; e uma terceira referente à metodologia utilizada na análise das fontes históricas, dos dados arqueológicos, dos vestígios arquitectónicos e urbanísticos, e das manifestações de culto religioso cristão.

O segundo capítulo aborda o estado do conhecimento sobre o sítio do castro do Jarmelo antes da realização deste estudo. Neste enquadrou-se um subcapítulo que analisa a informação disponível nas fontes históricas de época medieval sobre o castro do Jarmelo, e que já haviam sido mencionadas por outros autores. Os dados obtidos são apresentados subdividido em duas partes, que correspondem a duas balizas cronológicas artificialmente criadas para esta investigação. Esta divisão foi concebida após a análise das fontes históricas que demonstram dois períodos distintos a nível jurídico-administrativo. A primeira parte enquadra os documentos desde a primeira referência documental do Jarmelo, ocorrida em 1209, até à entrega da regência do Jarmelo à família Sousa, em 1389, A segunda parte aborda as fontes desde o início da regência dos Sousas até ao ano de 1496, ano das inquirições de D. Manuel I.

No terceiro capítulo expõe-se o enquadramento geográfico do sítio em estudo, através da sua contextualização no âmbito da Bacia Hidrográfica do Côa e abordando, mais especificamente, os recursos hidrográficos, florestais e pedológicos que esta área onde o Jarmelo se insere.

No quarto capítulo apresenta-se o contributo da arqueologia para o conhecimento deste sítio. Esta exposição foi subdividida em duas partes, correspondendo cada uma delas a diferentes intervenções arqueológicas realizadas no sítio até ao momento. Tratam-se das intervenções de 1998 e de 2007-2008. Ambas são tratadas de forma individualizada, abordando-se os contextos arqueológicos que intervencionaram, os materiais exumados - conjuntos cerâmicos, artefactos metálicos e outros elementos de produção metalúrgica, numismas, e líticos – e onde se faz uma abordagem às cronologias evidenciadas e, respectiva comparação dos mesmos com outros sítios e espólio de cronologia medieval.

O capítulo 5 remete para os vestígios do culto do cristianismo dispondo-se dividido em três subcapítulos. Inicialmente faz-se um enquadramento espacial e histórico das igrejas de época medieval (São Pedro, São Miguel e Santa Maria). O subcapítulo seguinte aborda os vestígios do mundo funerário remetendo para as sepulturas antropomórficas escavadas na rocha relacionáveis com os templos, e para as estelas discóides pertencentes aos cemitérios das referidas igrejas. Por fim, o terceiro subcapítulo refere-se aos vestígios arquitectónicos que foram possíveis identificar da já desaparecida Igreja da Santa Maria.

O sexto capítulo versa sobre os vestígios arquitectónicos existentes tanto de carácter civil como militar. Encontra-se subdividido em três partes: a primeira refere-se

à disposição planimétrica intra-muralhas; a segunda é relativa aos vestígios arquitectónicos extra-muralhas; e, finalmente, na terceira parte analisa-se os actuais planos da muralha.

O capítulo 7 aborda a existência de um povoamento alto-medieval no território que outrora pertencera ao concelho do Jarmelo. Apresenta um subcapítulo referente às sepulturas escavadas na rocha, sua dispersão e padrões de assentamento.

O capítulo 8 alude à organização e evolução do povoamento no espaço territorial que constituiu o termo concelhio do Jarmelo.

O nono capítulo foi reservado para as considerações finais, no qual se enumeram os principais resultados alcançados por esta investigação, assim como as dúvidas e vazios de conhecimento que ficam à espera de uma resposta.

Posteriormente, apresenta-se a bibliografia, seguindo a norma utilizada no “O Arqueólogo Português”. No final do trabalho foram integrados anexos, que englobam a cartografia, documentação fotográfica e gráfica, e fichas de inventariação dos materiais arqueológicos (cerâmicas, artefactos metálicos, numismas, e estelas) que são mencionados ao longo da dissertação.

1.3 - Metodologia

No início de uma investigação científica, a metodologia empregue é uma das premissas preponderantes para o seu fiável e correcto desenvolvimento. Ainda que esta seja sempre uma escolha do investigador, encontra-se continuamente influenciada pelos objectivos que se estabelecem no princípio da investigação (TENENTE, 2010). Por outro lado, e apesar de se tratar de um sítio que possui alguma documentação de época medieval, a investigação arqueológica escasseia e só muito tardiamente a historiografia feita para este sítio se assentou em pesquisas com rigor científico, deixando de lado a tradição oral e lendas que marcaram as anteriores tendências de abordagem à história do castro do Jarmelo.

Em termos de contextos arqueológico, há que notar que o sítio do Jarmelo esteve sujeito ao longo dos tempos a vários processos pós-deposicionais que afectaram, e ainda afectam, a conservação do sítio. A espoliação de artefactos, a deslocação mecânica de terras e as práticas agrícolas foram limitando as oportunidades para a obtenção de dados que permitam o conhecimento científico deste sítio. Tais práticas condicionam por si só,

a investigação arqueológica, que assenta a sua abordagem nos contextos estratigráficos passíveis de cronologias.

Neste panorama definiu-se como uma das linhas de investigação a recolha de informação em fontes históricas conjugando-a, no final, com os dados arqueológicos, de forma a estabelecer-se um discurso o mais próximo possível da realidade e quotidianos da época em estudo.

Deste modo, as informações de carácter documental recolhidas abarcam a baliza cronológica de inícios do século XIII até finais do século XV, sendo a menção mais antiga a que se refere ao Foral de Pinhel datado de 1209. Através da análise documental, foi possível a recolha de numerosa informação sobre as possíveis origens do sítio, bem como o percurso, importância e função deste ao longo de toda a época medieval, quer a nível de enquadramento jurídico-administrativo quer na sua vertente religiosa.

As duas intervenções arqueológicas realizadas neste castro medieval (1998 e 2007/2008), para além de desfasadas no tempo, ocorreram em contextos de acção arqueológica distintos. No primeiro caso tratou-se de uma intervenção de recolha de material após a abertura de um estradão de acesso ao marco geodésico; já a segunda intervenção ocorreu com o objectivo de consolidação das muralhas e de estruturas arquitectónicas na zona sul, tendo sido então realizadas treze sondagens de acompanhamento arqueológico (PEREIRA, 2008). Em ambos os casos, as metodologias de escavação empregues estiveram condicionadas às opções e escolas teóricas em que cada investigador se insere.

No que concerne à metodologia utilizada para o estudo dos materiais arqueológicos cabe já a esta investigação estabelecer as questões pelas quais se deve orientar. Assim, foi tomado como referência a metodologia empregue para o estudo dos materiais feitos para o Alto Mondego na Alta Idade Média (TENTE, 2010).

Deste modo, para o estudo do espólio cerâmico a análise norteou-se pela tentativa de dar resposta às seguintes questões: que característica têm as produções cerâmicas?; Quais as suas morfologias?; Que dimensões e funcionalidades apresentam?; Quais seriam os possíveis centros produtores e eventuais redes de circulação? Para tentar dar resposta a estas perguntas, inicialmente optou-se pela inventariação dos múltiplos restos cerâmicos de forma a se individualizar as produções medievais. Assim, após a contagem e identificação do tipo de fragmentos, procedeu-se à determinação do *número mínimo de indivíduos* (NMI) através da contabilização dos bordos, considerando apenas como um recipiente os bordos que não dando colagem pareciam

pertencer à mesma peça e às quais se juntaram os testos, cossoiros e marcas de jogo, desde que concebidos em materiais cerâmicos. Apesar das limitações desta escolha, uma vez que as peças particularizadas através deste processo acham-se aquém do número real de peças existente, é este o método mais fiável para a análise de conjuntos cerâmicos, e mais comumente usada.

A etapa posterior compreendeu a análise macroscópica das matérias-primas e das tecnologias aplicadas na produção cerâmica, de forma a proceder-se à categorização geral das propriedades dos fabricos.

O estágio seguinte remeteu-se para o exame das formas das peças. Sempre que possível procedeu-se à reconstituição das morfologias dos vasilhames cerâmicos, quer recorrendo-se a colagem de peças, quer através de métodos gráficos. Antes do início do estudo destes s artefactos foi necessário estabelecer-se os critérios descritivos a utilizar. Como tal foram encarados como base as definições terminológicas utilizadas por Catarina Tente (2010) para o Alto Mondego e por Miguel Rodrigues (1994) para a região de Moncorvo. Esta escolha prendeu-se pelo facto de que estes dois estudos abarcam regiões limítrofes à estudada, assim como permitiam uma baliza cronológica mais abrangente, ou seja, entre a Alta e a Baixa Idade Média. O estado fragmentário dos materiais estudados impossibilitou a determinação de perfis completos, o que levou a que a determinação da morfologia se baseasse essencialmente na morfologia dos bordos.

Esta premissa levou a que se optasse por um número reduzido de grupos morfológicos, permitindo assim que cada um deles fosse mais abrangente. Prato – Peça, destinada a servir alimentos líquidos ou sólidos, muito aberta e pouco profunda, com diâmetro de boca entre os 15 a 18cm. Prato Covo – Peça, destinada a servir alimentos sólidos ou líquidos, muito aberta e pouco profunda com diâmetro de boca entre os 15 a 20cm. Tigela – Peça, destinada a servir alimentos e por vezes utilizada para iluminação, de perfil semielíptico ou semiesférico, com diâmetro de bordo variável entre os 10 a 20cm. Taça – Peça, destinada a servir, conter ou preparar alimentos com paredes mais arqueadas que os alguidares e acabamento mais aperfeiçoado. Alguidar – Peça, destinada à preparação de alimentos e a guardar alimentos sólidos, com formato troncocónico invertido, de paredes abertas, direitas ou ligeiramente curvas, com um diâmetro de boca superior a 20 cm. Os fundos podem ser tanto planos como em disco. Jarro – Peça, destinada a conter, transportar e servir líquidos, com bordo em bico, trilobado ou redondo, colo cilíndrico ou com perfil em “S” e com arranque de asa de fita

ou de rolo. Jarrinho – Peça, destinada a conter, transportar e servir líquidos, com os mesmos atributos do Jarro, mas de menores dimensões tanto do bocal como do colo. Panela e Pote – Peças, destinadas a guardar e cozinhar alimentos, com tamanho variável, perfil em “S” e fundo plano. Consequência do elevado estado fragmentário do conjunto estudado não foi possível a diferenciação entre estas duas peças. Talha – Peça, destinada a guardar alimentos sólidos ou líquidos, de grandes dimensões com corpo ovóide, variando as características do bordo.

A fase ulterior abarcou a análise dos motivos decorativos, iniciando-se este processo pela correlação entre material liso e decorado. Seguidamente, para se efectuar a descrição das técnicas decorativas utilizadas, foram considerados a totalidade dos fragmentos, e não apenas os integrados no NMI, de forma a se abranger o maior número de variedades estilísticas.

Para uma mais completa compreensão do tipo de fabrico, assim como inquirição da existência, ou não, de centros produtores, rotas de circulação de produtos, ou formas tipológicas, procedeu-se à comparação macroscópica com outras cerâmicas do mesmo período. Deste modo tomou-se como exemplos, para comparação, as cerâmicas medievais de áreas regionais limítrofes: Santa Cruz de Vilarça, Moncorvo (RODRIGUE, 1994), fase tardia de Conimbriga (DE MAN, 2006), Guarda (PEREIRA, 2008), bem como os estudos que compõem a monografia *“La Ceramica Medieval en el Norte y Noroeste de la Peninsula Iberica”* (1989).

Por fim, é necessário ressaltar-se que, devido ao processo pós-deposicionais já referidos, em algumas sondagens a estratigrafia encontra-se muito alterada não permitindo um reconhecimento crono-evolutivo dos materiais. Por este motivo, foram comparados todos os materiais com os provenientes das Sondagens número 10 e 12 da intervenção de 2007-2008, e com os recolhidos em 1998 os quais são constituídos por cerâmicas medievais. Da mesma forma não se apresentam o NMI, mas são descritos todos os materiais que apresentam semelhanças com o espólio mencionado. Por este facto, o número de ocorrências poderá não ter uma correspondência real com o número de recipientes de cronologia medieval, mas preferiu-se uma abordagem por defeito do que por excesso, excluindo-se, assim, materiais que, actualmente, colocavam dúvidas quanto à sua cronologia. Concretamente, será apresentado o NMI para os materiais recolhidos em 1998, e para os recolhidos nas Sondagens 10 e 12 da intervenção de 2007-2008. Contrariamente, não será apresentado o NMI para as Sondagens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9.

No que concerne aos materiais metálicos, foi igualmente seguida a metodologia utilizada para o Alta Idade Média na região do Alto Mondego (TENETE, 2010). O castro do Jarmelo caracteriza-se pela grande riqueza de materiais metálicos, nomeadamente escórias em grande quantidade, possíveis de se acharem à superfície, como recolhidas nas sondagens. Em menor quantidade, e já provenientes de contextos estratigráficos mais seguros identificaram-se pregos, cravos e ferraduras. Todos estes artefactos foram alvo de um inventário e contabilização, e posteriormente registo gráfico. Na análise deste espólio apenas se teve em conta os materiais que foram recolhidos nas sondagens número 10 e 12 da intervenção de 2007-2008 e dos recolhidos na intervenção de 1998, uma vez que, e como já referido, são os contextos que apresentam materiais cerâmicos medievais e por isso dão garantias de cronologia medieval a este tipo de espólio.

No que respeita aos numismas, seguiu-se a mesma metodologia empregue para os metais, anteriormente referida. Para além disso, sempre que foi possível, efectuou-se a sua leitura, completa ou parcial. Nos casos em que o mau-estado de conservação era bastante avançado somente se contabilizou o numisma.

A metodologia utilizada no estudo das estelas discóides seguiu a metodologia da investigação levada a cabo para artefactos ideotéticos semelhantes em Vilar Maior (MAGRO, 2011). Deste modo, procedeu-se a uma inventarização inicial de todas as ocorrências, fase que foi especialmente importante, uma vez que não se trata de um conjunto artefactual homogéneo e proveniente de contextos arqueológicos *in situ*. Posteriormente, foi realizado o registo gráfico, total ou parcial (dependente do seu estado de conservação e das condicionantes espaciais da sua actual localização); registo do local onde presentemente se acham; identificação, sempre que possível, do local de proveniência; e descrição das características físicas e decorativas.

No que alude às sepulturas escavadas na rocha, estas já foram alvo de um estudo anterior (PEREIRA, 2003). Deste modo, e não se tendo averiguado a existência de mais nenhuma ocorrência funerária deste género, optou-se por realizar a sua inventariação, seguida do registo gráfico, menção à sua localização espacial e descrição das características morfológicas, do estado de conservação, orientação e atributos métricos.

Respeitante à análise da disposição dos vestígios arquitectónicos, no que concerne aos vestígios de carácter civil optou-se apenas por uma breve descrição das estruturas existentes e da sua disposição espacial, uma vez que os dados disponíveis até ao momento não possibilitam inferir a sua exacta cronologia. Para os vestígios alusivos ao carácter militar optou-se pela descrição exhaustiva dos troços de muralhas

actualmente detectáveis, tendo sempre em conta a intervenção, para consolidação das muralhas, que alterou em certos casos a fisionomia anterior. De igual modo, procedeu-se a uma tentativa de datação por comparação com outros povoados fortificados da região tendo por referência os estudos de Mário Barroca (2000 e 2008-2009). Em ambos os casos foi tomada como base de estudo o levantamento topográfico já executado (PEREIRA, 2008) tendo-lhe sido acrescentado novos dados recolhidos durante esta investigação e que, por não terem sido registados topograficamente, se registam graficamente de forma diferenciada (Mapa 11 e 12 Anexo 1).

Para a análise do território, necessária tanto para o capítulo sobre o povoamento alto-medieval como para o capítulo da organização e evolução do povoamento desde época medieval, foi tomado por base o território que outrora pertenceu ao concelho do Jarmelo. Este foi obtido através da conjugação dos limites territoriais das actuais freguesias que compreendem as aldeias e vilas já registadas no Numeramento de 1527 (COLLAÇO, 1929). Note-se que não se procedeu a actividades de prospecção exaustivas do terreno, tendo-se apenas optado por visitar locais mencionados na bibliografia, nas fontes históricas, ou referidos pela população local.

2 - Estado da Arte

O conhecimento científico sobre o Castro do Jarmelo é ainda bastante diminuto. A falta de investigação levou alguns autores a escreverem a história local deste sítio, baseando-se em lendas, tradições orais e contos populares, sem nenhum cuidado ou preocupação por apresentarem provas documentais ou fontes históricas de tais factos. É assim, por este motivo, que tem vindo a vingar uma história cheia de erros históricos, de dúvidas e interrogações, embora exista documentação escrita desde o início do século XIII. Esta só muito recentemente foi alvo de alguma análise (COELHO E MARUJÃO, 2010). Igual situação ocorre com a investigação arqueológica do sítio. As intervenções arqueológicas até agora realizadas foram pontuais e não se inscreveram numa abordagem de investigação do sítio, pelo contrário, foram motivadas por aspectos de minimização de impactos de obras ou inseridos em obras de valorização das estruturas amuralhadas ali existentes. Face a esta situação são muito escassas as publicações científicas sobre o Castro do Jarmelo.

A primeira referência bibliográfica encontrada, remete para o longínquo ano de 1739, na “*Descripçam corográfica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relaçam de suas províncias...*” (MARIA, V, pseud.; RODRIGUES, M.). Tratando-se de uma obra genérica que vai descrevendo o reino de Portugal, reserva um pequeno capítulo sobre a vila do Jarmelo, quando se debruça sobre a descrição da Comarca da Guarda. Inicialmente localiza a vila, no Bispado da Guarda, distanciando-se a três léguas a sul desta cidade. De seguida faz menção à pertença, na época, desta vila ao Marquês de Arronches, a qual possuía 250 vizinhos, distribuídos pelas três freguesias: St^a Maria, São Miguel, e São Pedro. De igual modo, referencia algumas aldeias que pertenciam ao termo do Jarmelo e que estavam anexadas às freguesias supra mencionadas (as quais eram similarmente paróquias), como os casos das aldeias de Rabaça e Castanheira, anexas de St^a Maria, Trocheiros e Pinzio, anexas a São Pedro, e Ribeira dos Carinhos, Cheiras e Toito, anexas a S. Miguel. Por fim, é já narrado a lenda da destruição da vila por D. Pedro I, por ser, supostamente, pátria de Pero Coelho, um dos assassinos de Dona Inês de Castro. Quanto a este facto, não contemporâneo da época em que o autor escreve, este não faz qualquer menção a fonte histórica em que se baseia tal afirmação, a qual será perpetuada ao longo dos tempos por outros autores.

Será passado mais de um século que ocorre nova referência ao Castro do Jarmelo. Concretamente remete para o ano de 1874, em “*Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico & Etimológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias*”, volume III, da autoria de Augusto Pinho Leal. Neste dicionário é referido que o Jarmelo seria já do tempo dos Godos que lhe chamavam *Jarmello* (sem ser apresentada qualquer tipo de evidência documental), sendo, no reinado de D. Afonso Henriques já um couto. Este rei ter-lhe-ia dado carta de foral, sem data, que se encontraria no Livro Preto da Sé de Coimbra. No que remete ao foral, trata-se claramente de uma má interpretação do antigo topónimo, Germanellos, pois refere-se ao foral dado a Germanelo, perto de Penela, o qual sim consta do Livro Preto da Sé de Coimbra. É novamente mencionado que esta vila fora pátria de Pêro Coelho, um dos assassinos de D. Inês de Castro, e devido a tal facto fora mandada arrasar, no ano de 1357, por D. Pedro I. O sucessor deste teria, em 1375, reedificado esta vila. A história que Pinho Leal conta não tem porém sustentáculo na documentação, presumindo-se assim que os mesmos resultem da imaginação do autor, resultantes de malogradas interpretações. No que se refere ao topónimo, Pinho Leal ainda menciona que alguns autores, sem especificar nomes, pretendiam ver no topónimo *Jermêllo*, a corrupção do adjectivo árabe *jobeleia* (montuoso), o que considera ser uma relação etimológica bastante forçosa.

Uma nova referência ao Jarmelo apenas ocorre no século seguinte, mais precisamente na monografia “*História da igreja em Portugal*” (FORTUNATO de ALMEIDA, 1910). Remete para a disputa existente, entre 1202 e 1228, entre os bispos de Viseu e da Guarda. Conta o autor que o bispo de Viseu possuía à época os rendimentos e administração das Igrejas do *Germello*, e de *Castello Mendo*, todavia estes eram reclamados por D. Martinho, bispo da Guarda, para o seu prelado. Embora apareça a menção na documentação consultada por Fortunato de Almeida há existência das igrejas dos Jarmelo, o que permite ter-se uma percepção cronológica destas, não são especificadas o seu número nem os oragos correspondentes.

Posteriormente, no ano de 1935 é editado o terceiro volume da obra “*Terras portuguesas: arquivo histórico-corográfico ou corografia histórica portuguesa*”, da autoria de Baptista Lima, o qual nada mais faz que referir o que Pinho Leal relatou na obra já mencionada.

Será na década de 40 do século XX que Leite Vasconcellos publica o terceiro volume da sua obra *Etnografia Portuguesa*, na qual dedica um pequeno sub-capítulo para a vila do Jarmelo. Neste excerto evidencia que se trata de uma sub-região, que outrora englobava partes dos concelhos de Pinhel e da Guarda, caracterizada pelo seu clima muito frio. Embora se trate de uma obra de cariz etnográfico, este autor menciona alguns documentos medievais referentes a este sítio, como um documento de 1239, no qual o pároco da Igreja de S. Pedro declara haver edificado esta igreja às suas próprias expensas e doando-a ao Bispado do Porto. Curiosamente, nenhum dos autores, que posteriormente serão abordados, mencionam tal documento, facto que já não ocorre no que remete para as Inquirições de 1290 e 1314, que L. Vasconcellos aborda sobre a óptica filológica do topónimo *Germanellus*, diminutivo da palavra *Germanus*. Sobre o mesmo prisma refere a existência do foral do Germanelo, localidade a qual remete para o termo de Penela, apenas referindo que como o topónimo Jarmelo, está-se igualmente na presença de uma derivação da palavra *Germanus*. Por fim, continuando a tradição historiográfica, alude à lenda de D. Pedro I e Dona Inês de Castro, não tecendo qualquer consideração, apenas regista as quadras populares referentes a esta lenda.

Igualmente na mesma década, mas no ano de 1943, é publicado, pelo General João de Almeida, o “*Roteiro dos Monumentos da Arquitectura Militar do Concelho da Guarda*”, no qual surge um capítulo referente especificamente ao Castro do Jarmelo. Este capítulo constitui-se como a primeira monografia conhecida sobre este sítio. Porém, procedendo-se a uma análise crítica, vislumbra-se várias premissas erróneas, as quais ou não são atestadas no terreno, ou não são demonstráveis pelas fontes e documentos escritos. Segundo este autor, existiria uma primeira fortaleza a qual seria um forte castro lusitano, erguendo-se sobre o cabeço sul, com reduto central e cerca de muralhas envolvendo a povoação, funcionando como cabeça de várias aldeias circunvizinhas. Desta fortaleza ainda subsistiriam alicerces visíveis e parte da muralha do lado poente, composta por grandes blocos graníticos, a qual posteriormente seria reaproveitada nas fortificações de épocas posteriores. Seria detentora de uma segunda linha de muralhas castrejas que circunscreveria uma área muito superior à das fortificações posteriores “... *estendendo-se até ao Esporão, a sul da Igreja de S. Miguel, onde se encontram também vestígios de construções castrenses lusitanas, englobando o adro e o terreiro da Casa da Câmara.*” (ALMEIDA, 1945, p.93). Teria tido, igualmente, uma ocupação romana, que seria atestada pela existência de “...*bastantes provas e documentos da sua existência, como alicerces de muralha,*

calçadas que ainda hoje dão acesso à povoação, duas fontes de mergulho, e se encontrem com frequência muitos restos de materiais de construção, de fabricação romana...”, (Idem, p.93) como telhas, tijolos, ladrilhos, mosaicos, e moedas romanas.

Pelo anteriormente referido, denota-se que também o Castro do Jarmelo foi vítima da demanda de atribuir as origens de um sítio arqueológico a períodos proto-históricos e romanos, encetadas pelo General João de Almeida, de forma quase sistemática, a muitos outros locais com vestígios de estruturas defensivas. Este, inclusivamente, socorreu-se de plantas elaboradas pelo próprio, as quais não podem ser tomadas como verídicas pela consecutivamente falta de testemunhos artefactuais e arquitecturais coevos desses períodos.

É nesta mesma espiral de factos baseados na tradição e na lenda, sem serem apresentadas provas artefactuais ou documentais, que o autor continua a narrar o percurso histórico do Jarmelo. Segundo ele, o Jarmelo teria desempenhado papel importante nas querelas entre Suevos-Alanos e Godos, devido aos seus recursos minerais, riqueza agro-pecuária e localização geo-estratégica, existindo conhecimento de moedas visigóticas. João de Almeida refere ainda que teria sido D. Afonso Henriques a outorgar foral a esta povoação, aquando da fundação além-côa do Mosteiro de Santa Maria de Aguiar; as muralhas teriam sido restauradas no reinado de D. Sancho I e no tempo de D. Pedro I teria procedido à destruição da vila e salga das terras, em 1327, por ser esta a terra de Diogo Lopes Pacheco, ou Pêro Coelho, assassinos de D. Inês de Castro; O rei D. Fernando, no âmbito das lutas com Castela, acabaria por restaurar as muralhas em 1375, “...e reduzida a fortaleza ao traçado que hoje apresenta, voltando a povoação a ser habitada.” (Idem, p.96). Avança ainda o autor que durante as guerras de restauração e invasões francesas fora a Vila várias vezes assaltada e saqueada, motivos que levariam os habitantes a dispersarem-se, em volta do cerro, em pequenas aldeias. O concelho haveria de ser suprimido na reforma administrativa de 1855, e o castro e então completamente abandonado.

Todas estas afirmações são passíveis de serem refutadas como se verificará, por não assentarem em dados documentais e arqueológicos concretos. Efectivamente de época visigótica ou alto medieval não se encontram mencionados em quaisquer outras obras ou autores vestígios integráveis nestes períodos, nomeadamente numismas. Apenas as sepulturas escavadas na rocha ali existentes poderão integrar-se nestas cronologias. Quanto ao foral afonsino, e demais referências aos feitos dos monarcas da primeira dinastia falta-lhe as referências directas aos documentos que sustentariam tais

teorias. Por fim, e no que respeita ao período de abandono da vila, o autor coloca-o num momento histórico claramente posterior ao que terá ocorrido uma vez que as Memórias Paroquiais, de 1758, referem que a vila é deserta, ou seja, que estaria já abandonada em meados do século XVIII.

João de Almeida descreve ainda as muralhas que estariam conservadas e que remontariam à Idade Média. Faz um reparo relativo à destruição da torre castelã, levantada no cabeço Norte, aquando da construção de uma pirâmide geodésica de 1ª Ordem, que ainda ali se localiza. Igualmente refere a existência de um torreão levantado no cabeço sul, sendo ainda possível observar desmoronamentos pétreos sobre os seus alicerces. Em ambos os casos não se conhece, actualmente, qualquer vestígio destas edificações, podendo-se, inclusive questionar a sua existência. Porém, é necessário ressaltar que tais edificações tenham sido destruídas aquando da construção, do já mencionado, marco geodésico no cabeço norte, assim como da colocação de um posto de vigilância florestal no cabeço sul. No que se refere ao urbanismo, as informações disponíveis não são tão dúbias, permitindo uma boa contribuição para o entendimento do povoado. A descrição das vias e arruamentos, a qual é acompanhada por registo fotográfico (IDEM, pág. 94 e 98), permite uma melhor percepção do urbanismo intramuros, do que o que se observa actualmente. Este dispunha-se ao longo de duas largas ruas que se entrecruzavam numa grande praça. Outro contributo é o relato do estado de alguns edifícios que ainda apresentavam paredes de pé, vãos de portas e janelas, e telhados. Porém existe uma, provável, errada referência à desaparecida Igreja de Santa Maria, a qual o autor faz situar na zona norte, fora da muralha, sendo que outros autores, bem como a tradição popular, colocam-na na zona Este, também fora do recinto, perto de uma sepultura escavada na rocha de feição antropomórfica.

Será somente no final da década de 70, do mesmo século, que é publicado um novo estudo sobre este sítio arqueológico. Trata-se de um artigo da autoria de Clara Portas, apresentado às I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, em 1979, denominado “*Origens da antiga vila do Jarmelo*”. Sendo o evento um encontro científico seria de esperar que uma contribuição para o conhecimento científico sobre este castro, no entanto, salvo algumas excepções, tal objectivo não foi integralmente alcançado. Esta autora faz remontar a origem do Castro do Jarmelo à época romana. Todavia esta sua afirmação não está, mais uma vez, sustentada em dados arqueológicos concretos. A sua teoria estaria sustentada na existência de um troço de calçada romana localizada nas imediações da Igreja de S. Miguel, calçada essa que não se documenta

efectivamente no terreno. Na mesma senda refere que “*Há quem avance a hipótese de ter sido ali [Porta da muralha virada a Oeste] o local onde se levantaria o Fórum quando da ocupação romana – informação para a qual não dispomos de fundamentos.*” (PORTAS, 1979, p.71), não sendo especificado o(s) autor(es) de tal afirmação, o que impossibilita verificar quais os argumentos empregues pelo(s) próprio(s). De qualquer forma, para esta autora não só haveria uma origem romana como este local teria tido, provavelmente um fórum, o que ao integraria num povoamento romano de primeira ordem.

Por outro lado, a mesma autora, igualmente continua a perpetuar a errónea existência de foral outorgado por D. Afonso Henriques. No mesmo âmbito se reafirma, sem serem referidos documentos ou fontes, o arrasar da vila por D. Pedro I, a sua reconstrução por D. Fernando, chegando-se ao ponto de se declarar a existência de uma descendente de Pêro Coelho, através de uma lápide funerária, do século XVII, que se encontra no inteiro da Igreja de S. Miguel (IDEM, pág.72). Porém, é de exceptuar a credibilidade da análise de outras fontes históricas que permitiram reconhecer a primeira referência fidedigna ao Jarmelo (*Germanelos*), no foral de Pinhel 1209; a disputa de jurisdição nas inquirições de D. Dinis, de 1290; assim como as menções feitas ao povoamento da vila e seu termo, no Cadastro da população do Reino (1527).

Por fim, a mesma autora, descreve o plano das muralhas e suas portas, não sendo acrescentado mais nenhuma informação do que aquelas dadas pelo General João de Almeida, assim como a enumeração das Igrejas e fontes que se estabelecem fora do recinto fortificado. No segundo caso é referido que a Igreja de S. Miguel seria detentora de traços românicos, “Atarracada, de interior pouco iluminado, uma só nave e capela-mor separada desta por um arco de volta inteira” (Idem, p.69) e possuidora de um cemitério que remontaria ao século XVII. Esta igreja, bem como as outras, são atestadas documentalmente do início do século XIII, embora tenha sofrido várias remodelações, apresentando um altar de estilo Barroco. Ainda referente às igrejas, é afirmado que a desaparecida Igreja de Santa Maria seria românica, sendo que em 1938 ainda existiam consideráveis vestígios, que nessa data foram totalmente destruídos para se tornar o seu local terra de cultivo agrícola, sendo pertença desta igreja a Tela de S. Lucas, que se encontra na capela da aldeia da Castanheira, e a imagem de Santa Maria, que se encontra na igreja de S. Pedro.

Só com o virar da centúria surge nova menção ao Jarmelo, em “*Guarda: pré-história, história e Arte*”, da autoria do arqueólogo Adriano Vasco Rodrigues, publicado

em 2000. Este autor, uma vez mais, remete-se à tradição historiográfica de incluir esta vila num capítulo da História trágico-romântica de D. Pedro I e D. Inês de Castro. Narra, assim, que a comitiva nupcial de D. Constança deteve-se no Jarmelo. D. Pedro teria partido da Guarda para receber a noiva, mas ao ver a aia D. Inês de Castro ter-se-ia apaixonado. Esta teria montado a cavalo subindo a uma pedra existente na povoação, que a tradição oral apelida de “pedra de montar”. Igualmente refere que um dos juizes que condenou Inês de Castro, neste caso Diogo Lopes Pacheco, teria tido o senhorio daquela vila. Segundo a tradição, Lopes Pacheco ao fugir picou violentamente o cavalo que este bateu com a pata na “pedra de montar” deixando ali uma moessa, a qual ainda hoje é visível. Trata-se de referências que caem ainda no campo das lendas e das tradições orais, e que não se sustentam como tem vindo a ser afirmado, em documentos concretos que atestem a sua veracidade.

Também a nível da investigação arqueológica novas referências surgem sobre este sítio. Decorria o ano de 2003 quando seria publicado o artigo “*Contributo para o estudo da vila do Jarmelo*” da autoria do arqueólogo da Câmara Municipal da Guarda, Vítor Pereira. Resultante de uma acção de prospecção e levantamento de estruturas para definição de uma Zona Especial de Protecção, realizada no ano anterior, tinha como principal premissa indagar a existência ocupacional romana do sítio. Recorrendo inicialmente a referências de outros autores (ALMEIDA, 1945; FARIA, 1985), os quais apontam a existência de materiais de época romana, menciona que após uma prospecção realizada foi encontrado apenas um fragmento de *terra sigillata* hispânica, o que não permite afirmar peremptoriamente a ocupação romana deste local. Quanto ao período medieval, evidencia que as construções existentes, nomeadamente a cerca pertencem a esta época, para além de ressaltar a preponderância da implantação deste sítio (num local altaneiro com um excepcional domínio visual de todo o planalto beirão) na malha de povoamento medieval. Descreve a linha de muralhas medievais, identificando similitudes com os castelos roqueiros de início da Reconquista na área de Trás-os-Montes, pela inexistência de uma torre de menagem e de cubelos, e a utilização dos afloramentos rochosos que integram o sistema defensivo. A uma escala mais reduzida compara o sistema do Jarmelo com o conjunto defensivo de Moreira de Rei (IDEM, pág.10). Através da análise da cerca, conclui que em período medieval, não detinha nenhum torreão ou barbacã adossado, embora não negue a hipótese de terem existido um torreão no cunhal sudoeste, que é desenhado por ALMEIDA (1945, pág.60), e na porta sul, onde a muralha apresenta uma maior espessura. Estas hipóteses, reconhece, só

serem possíveis de testar após a realização de sondagens arqueológicas. Completando as análises de outros autores, alude para a presença de um lanço de escadas localizadas na porta sul, no interior da cerca e que dariam acesso ao adarve, as quais, seguindo a teoria de BARROCA (2008-2009), atribui ao estilo gótico. Porém estas escadas após a intervenção na cerca defensiva levada a cabo em 2007-08 ficaram “ocultas” com a reconstrução da muralha feita então. Ainda na mesma senda, ressalva o facto de que na área nordeste da muralha, a cerca apresentar um aparelho mais regular, fazendo alusão ao facto de outros autores mencionarem que na época de D. Fernando este monarca teria mandado efectuar remodelações, reduzindo o perímetro da cerca, embora não evidencie que seja esta a sua opinião. Como anteriormente afirmado, as fontes históricas já consultadas no âmbito desta investigação, não é exequível demonstrar que tal facto tenha ocorrido neste reinado, sendo que as referências existentes sobre (re)construção da linha de muralhas apenas aparecem referenciadas no reinado de D. Afonso V e D. João II. Todavia, esta premissa leva V. Pereira a levantar, e bem, a questão de que todos os imóveis religiosos se situarem extra-muralhas, algo que em época medieval não seria muito comum. Reconhece, porém que apesar de mais raro tal podia ocorrer, dando como exemplo a Vila de Mós. Referindo o seu passado medieval, reconhece que as remodelações sofridas em períodos recentes nas Igrejas de S. Pedro e S. Miguel não permitem vislumbrar traços de arquitecturas medievais. Já o caso da Igreja de Santa Maria não se conhecem vestígios materiais, consequência do desmantelamento que sofreu para reaproveitamento dos seus silhares. De se estacar neste artigo a referência feita às evidências do mundo funerário medieval. A enumeração das estelas funerárias, ainda presentes no actual cemitério de S. Pedro, bem como a estela, descontextualizada, que se encontra nas imediações da Igreja de S. Miguel, aliado à descrição e registo gráfico das duas sepulturas escavadas na rocha no adro da Igreja de S. Pedro, e de uma terceira situada onde possivelmente se situaria a Igreja de Santa Maria, são elementos que inequivocamente atestam o passado medieval do Jarmelo. No entanto, estes dados podem ainda ser complementados, uma vez que há conhecimento de mais estelas medievais, na posse de particulares, bem como fragmentos de uma, ou duas, estelas que se encontram intra-muros, as quais não foram alvo de estudo nesta investigação. Há ainda referência à existência de tampas de sepultura encontradas perto da Igreja de S. Miguel, *“Obras recentemente efectuadas, no largo desta igreja, permitiram identificar diversas tampas de sepultura junto à entrada do edificio, todavia, com leitura ilegível.”* (PEREIRA, 2003, p.12). Contudo, para além de não ser mencionado o seu número

exacto, não é dito o local onde actualmente se encontram. As únicas conhecidas, no total de duas, encontram-se junto das sepulturas que ladeiam a Igreja de S. Pedro, e claramente fora do seu contexto primitivo. Através destas evidências, conclui que o Castro do Jarmelo possuiria, em época medieval, uma componente urbana, para além da militar. Por outro lado, considera as sepulturas pertencentes aos séculos XI-XII, sendo que as estelas pertencerão a um período mais tardio, balizado no século XIII. Avança assim, que as Igrejas de S. Pedro e Santa Maria se teriam implantado sobre anteriores necrópoles de sepulturas escavadas na rocha, correspondentes à primeira ocupação medieval. Porém a, até agora, inexistência de outros vestígios materiais desta época, condiciona um pouco esta cronologia.

Quanto ao urbanismo intra-muralhas, articulado em volta de dois eixos viários que confluem numa praça central, o autor refere ser comum nos povoados fortificados regionais, dando o exemplo de Marialva. Quanto à cronologia afirma ser um fenómeno tardio, da Baixa Idade Média, mais concretamente do século XIV, o que leva à interrogação sobre a disposição urbana dos primórdios da época medieval. Referente ao urbanismo extramuros, é referido o importante arrabalde sul onde, para além de se ter estabelecido a Igreja de S. Pedro, se edificou os Paços do Concelho, situado num amplo e plano largo. Todavia não é referido o urbanismo do arrabalde Oeste, onde se situa a Igreja de S. Miguel, no qual ainda é possível identificar, actualmente, paredes de casas, e um forno, embora não seja possível, à falta de investigação arqueológica, avançarem-se cronologias. Para este é somente referido que teria sido o local escolhido para se fixarem as actividades poluentes, como as ferrarias e o açougue, uma vez que no local se encontram em grandes quantidades vestígios de escórias. Porém, é também visível a olho nu uma grande quantidade de escória intramuros, perto da porta sul do castro.

O mesmo autor, concertante ao termo da Vila e suas aldeias, as quais elucida se dispõem de forma rádio-concêntrica, refere-as como possíveis pequenas quintas em épocas alto-medievais. Posteriormente, estas ter-se-iam vindo afirmando como aldeias, como se constata já pelo Numeramento de 1527. Mais uma vez trata-se de uma hipótese ainda não verificada arqueologicamente, sendo que ao nível das fontes históricas, até agora consultadas no âmbito da investigação em curso, apenas são referidas a Castanheira (Foral de Pinhel de 1209), Pinzio (Foral de Pinhel de 1209), Argomil (Foral de Pinhel de 1209 e Inquirições Dionisianas de 1290) e Pomares (Inquirições Dionisianas de 1290). Levantada, por fim, a questão da ocupação do castro em época alto medieval, sendo que as sepulturas escavadas na rocha são o sustento deste

argumento, é mencionado que se poderia estar na presença de uma presença humana não ocupacional, uma fortificação de carácter rural, em que a população dispersa pelo vale se refugiaria dos ataques das tropas muçulmanas recorrendo a antigos povoados pré-históricos (IDEM, pág.15). Embora se refira que a muralha actual é já do século XIII, é notado que a existência de certos pontos em que o aparelho não é isódomo poderá corresponder à Alta Idade Média, ressalvando que esta hipótese só poderá ser verificada com o recurso a sondagens arqueológicas. Ressalvando-se o facto de se tratar de uma mera conjectura, é necessário referir-se a pouca sustentabilidade desta teoria. Comparativamente a sítios estudados no vale do Mondego com cronologias da Alta Idade Média (TENETE, 2010), o sítio em estudo não possui características de implantação idênticas (meia-encosta) nem espólio datável deste período.

Investigações mais abrangentes que mencionam o castro no âmbito de análises territoriais foram igualmente surgindo, concretamente “*A Romanização na bacia do rio Côa*” (PERESTRELO, 2003), e a “*Génese e Transformação da Estrutura de Povoamento do I milénio a.C. na Beira Interior*” (SILVA, 2005). Todavia, meramente enunciam esta estação arqueológica, continuando a remeter as suas referências à obra do General João de Almeida, sem serem apresentados novos dados arqueológicos ou criticarem a pouca cientificidade do estudo do general. Mais recentemente, em 2008, foi editado um roteiro arqueológico do concelho da Guarda, no qual se inclui um capítulo dedicado ao Castro do Jarmelo (PEREIRA e FAUSTINO, 2008). Apesar de neste ano se finalizassem as campanhas de acompanhamento arqueológico do restauro das muralhas e paramentos de alguns edifícios no seu interior, muito pouco é avançado de novo comparativamente ao já enunciado por um destes autores anteriormente (PEREIRA,2003). É novamente referido uma ocupação remontante à Idade do Ferro, e a importância deste Castro em época medieval, sendo apenas apresentadas algumas representações de materiais de cronologia moderna, e uma ponta de seta sem indicação de cronologia.

Estudos científicos de âmbito historiográfico e arqueológico que, concretamente e exclusivamente, abordem este lugar, surgem apenas no ano de 2010, tanto a nível histórico como arqueológico. É o caso do estudo, encetado por Maria Helena Cruz Coelho e Maria do Rosário Barbosa Marujão, sobre o foral manuelino do Jarmelo, de 1510. À análise, transcrição e comentário deste documento, é precedida por uma breve introdução ao passado medieval do Jarmelo através de fontes, as quais cita de forma exemplar, ao contrário dos autores anteriormente mencionados, o que permite aclarar a

evolução do sítio tanto a nível demográfico, jurídico, urbanístico, e comercial. É através desta monografia que é possível chegar a documentos, dispersos, os quais fazem menções ao Jarmelo, tais como doações a mosteiros de herdades, prédios rústicos, e bens imóveis nesta vila e seu termo, documentos régios expedidos desde esta localidade, doações e expropriações régias referentes à jurisdição e posse desta vila a determinados nobres, escambos de propriedades, e inclusive referentes à reconstrução da muralha no século XV. O estudo posterior do foral permite evidenciar que nesse período a Vila estaria a passar por uma fase de alvor, já num período da Idade Moderna, após o período de crise dos finais do século XIV e XV, que também parece ter afectado esta localidade.

Como referido previamente, neste ano, a nível arqueológico, foi apresentado no II Simpósio Internacional sobre Castelos Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI), um poster intitulado “*Espólio Arqueológico do sítio do Jarmelo (Guarda): Intervenção de emergência realizada em 1998*” (TENTE, et al., *no prelo*). Trata-se concretamente do estudo feito por Catarina Tente, conjuntamente com um grupo de alunos da licenciatura em Arqueologia da F.C.S.H-UNL, no âmbito da cadeira de Arqueologia Medieval Cristã. Foi assim analisado os materiais recolhidos em 1998, após a abertura de um estradão para acesso ao marco geodésico. Devido a este facto, não foi possível efectuar-se um registo estratigráfico. Porém, através do estudo empreendido, o qual compreendeu o registo gráfico de cerâmicas, materiais metálicos e numismas, foi possível atribuir uma cronologia de ocupação entre os séculos XIII e XIV, assim como evidenciar a presença de actividades têxteis e metalúrgicas, e paralelos cerâmicos com conjuntos de Santa Cruz de Vilariça, Castelo Novo e fase tardia de ocupação de *Conimbriga*. Todavia, os materiais referidos foram recolhidos numa zona fora das muralhas, do lado nordeste, zona esta em que o potencial estratigráfico é bastante reduzido, como foi possível averiguar-se com a abertura do referido estradão de acesso.

Em suma, como foi sido ressaltado ao longo das páginas anteriores, ainda não existe nenhum trabalho que tenha feito um enquadramento do sítio com o seu termo concelhio, nem abordando de forma contextualizada todos os vestígios materiais e arquitectónicos, nomeadamente os resultantes da campanha de escavação de 2007-2008, permitindo assim um melhor conhecimento e entendimento das origens e funções deste castro em época medieval.

2.1 - O contributo das fontes históricas

Uma investigação arqueológica que se desenvolva sobre períodos históricos deve, sempre que possível, indagar a existência, ou não, de documentação relacionada com o sítio ou contexto em análise. Esta multidisciplinidade permite, em alguns casos, como ocorre no Jarmelo, a recolha de preciosa informação, a qual deve ser cruzada com os resultados obtidos das disciplinas arqueológicas de forma a permitir uma melhor compreensão das problemáticas e conclusões. Note-se que, no entanto, por vezes, estes dois registos podem apontar diferentes perspectivas, não podendo ser passíveis de cruzamento de dados.

No caso em estudo foi possível recolher informações em diferentes, e dispersas, fontes históricas, as quais foram alvo de compilação e análise e que se apresentam de seguida.

2.1.1 – Período entre 1209 a 1389

No estado actual dos conhecimentos, tanto a nível historiográfico como arqueológico, e embora existam autores que remetem a sua cronologia para períodos proto-históricos (PORTAS, 1979; ALMEIDA, 1945), e alto-medievais (PEREIRA, 2003), a documentação histórica, conhecida até ao momento, apenas remonta ao início do século XIII.

A primeira referência, até agora, a este local remete à delimitação do termo concelhio do Foral de Pinhel de 1209, “... vai pela Atalaia de Tramaz, em direcção à Atalaia de Argomil e ao Jarmelo; passa no cimo da Castanheira, na fonte dos Castelos (= Fonte Santa) e no Porto do Carril.” (COSTA, 2010, pág.35). Concretamente, é utilizado o topónimo de “*Germanelos*” (IDEM, pág.100) o qual vai sofrendo ao longo do tempo uma evolução fonética, perceptível nas fontes, até ao actual topónimo “Jarmelo”.

Avançando-se cronologicamente no tempo, é no Livro das doações do mosteiro de Tarouca que se encontram três novas referências a esta localidade. Tratam-se de doações feitas ao Mosteiro de S. João de Tarouca, com a finalidade de poderem ser sepultados nele. Na doação de 1229, João Martins doa a sua herdade de acourelamento que tem nos Jarmelos, no lugar de *Caroçal* (FERNANDES, 1991, pág. 472).

Igualmente, em 1240 um tal de Soeiro Peres e sua mulher, doam ao mosteiro uma casa, com seu forno e uma herdade (IDEM, pág. 473). Por fim, em 1241 Perelinho de Eiras “vende, por um poldro, ao mosteiro de S. João de Tarouca, uma “herdade” em termo dos Jarmelos [Germaelos], onde dizem Carvalhal [carvalhar]” (IDEM, pág. 471) ficando à guarda do mosteiro após a sua morte.

Também a alta nobreza, concretamente a família dos Sousas, possuía bens nesta localidade. Já em 20 de Outubro de 1270 se conhece um escambo feito entre D. Afonso Lopes de Baião e D. Mor Gonçalves de Sousa com o mestre da Ordem de Santiago, D. Paio Pires Correia. Neste acto, os primeiros cediam bens, onde se incluía o Jarmelo, em troca de herdamentos que valiam o triplo em rendas (PIZARRO, 1997)

Após esta referência, novos dados surgem em 1286. Trata-se novamente da presença de ordens monásticas, agora o Mosteiro de Arouca. Um documento datado de 20 de Outubro desse ano relata que o procurador da priora D. Maior Martins, Geraldo Fernandes, recebe em nome do Mosteiro, de Domingos Miguéis, alcaide da condessa D. Leonor, o quinhão que esta tinha doado (VENTURA, 1992; e RÊPAS, 2000)

Posteriormente, em 1289, esta mesma condessa fará doações *post mortem* à Ordem do Hospital de todos os herdamentos e possessões que lhe pertenciam ou que lhe provinham do seu falecido marido, conjunto este onde se incluía o Jarmelo (VENTURA, 1992).

Nas Inquirições de D. Dinis, 1290, vem referida uma contenda entre o concelho da Guarda e um seu vizinho nobre que tinha sido incumbido de povoar a aldeia do Jarmelo como termo da Guarda (HERCULANO, 1890). Narra-se que existiam queixas sobre este nobre, o qual, durante o reinado de D. Afonso III, teria convertido “...em honras esta e mais duas aldeias, deixando de contribuir com as rendas que deviam dar à vila [Guarda], e apenas acompanhavam a sua bandeira (no serviço militar ou hoste).” (IDEM, pág. 98). Embora o mesmo autor apenas mencione este nobre pelas iniciais “D.N.”, Rita Costa Gomes (1987) avança que se trataria do nobre Gonçalo Mendes de Vasconcelos. Contudo, resultante do decorrer desta investigação, foi possível indagar que esta informação não corresponde à verdade. Está-se, antes, perante o Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, Rico-Homem das cortes de D. Afonso III e D. Dinis, e que casaria, em 1273, com D. Leonor, filha bastarda de Afonso III e de Elvira Esteves (VENTURA, 1992; PIZARRO, vol.1, 1997), a qual já anteriormente foi referida.

D. Dinis viria posteriormente, e enquadrado na sua demanda de centralização do poder régio, e interferência no processo de divisão herança dos Sousas (KRUS, 1993), a

devassar essa honra ordenando que o mordomo da Guarda de novo aí actuasse e os moradores novamente remontassem as suas rendas em favor do concelho da Guarda. Rei que expediu, inclusive, um documento datado de 27 de Abril de 1292, deste local. (FERNANDES, 1991).

Porém, por pouco tempo durou a não interferência da nobreza nesta localidade. Sabe-se que Afonso Sanches, também bastardo régio, de D. Dinis, adquire, em 1293, por intermédio de troca, feita pelo seu tutor Pêro Afonso Ribeiro com o Mosteiro de Arouca, algumas propriedades que este mosteiro detinha nesta localidade (PIZARRO,1997; RÊPAS, 2000). Tais propriedades tinham sido doadas ao Mosteiro, anteriormente, por D. Sancha Gonçalves de Sousa, monja de Arouca e descendente de Gonçalo Mendes de Sousa (VENTURA, 1992). O mesmo tutor chegou posteriormente, no ano de 1295, a realizar nova troca de propriedades, desta vez com a Ordem de Santiago, entregando o que Afonso Sanches possuía em Beja, recebendo em permuta a metade do que a dita Ordem detinha na vila do Jarmelo (PIZARRO,1997).

Novamente se acham reclamações do concelho da Guarda, nas cortes de Évora de 1327, sobre usurpação do direito de jurisdição por parte do poderoso Afonso Sanches. Este teria invocado para si tal direito, retirando o Jarmelo, e aldeias do seu termo, da esfera jurídico-administrativa do concelho da Guarda (COELHO e RÊPAS, 2006).

Novos dados surgem aquando da morte de D. Afonso Sanches, em 1329. D. Afonso IV, seu meio-irmão, enceta uma tentativa de reaver para a coroa o termo do Jarmelo. Porém, esta localidade, ficaria sob o poder do filho de Afonso Sanches, D. João Afonso de Albuquerque (conhecido por ter negociado a parte portuguesa do tratado de Alcanises), e ulteriormente de seu sucessor D. Martinho de Albuquerque, através do reconhecimento por D. Pedro I em 1357 (FERNANDES, 1991). Tendo este falecido era ainda sua mãe, Dona Isabel de Molina que tutelava a vila: “...*Isabel teria retido para si um lugar pertencente ao património testamentário de seu marido.*”(IDEM, pág. 1455 e nota 9 da mesma pág.). Todavia, devido ao facto de apoiar D. Henrique de Castela, nas querelas sobre o trono de Castela, D. Fernando retirou-lhe o lugar e entregou-o em Janeiro de 1370, com todas as suas herdades, casais, rendas, direitos, e a plena jurisdição, mero e misto de império, ao conde de Barcelos D. João Afonso Telo, irmão de Leonor Teles, futura esposa do soberano.

No entanto, por pouco tempo detém a posse do Jarmelo, caído em desgraça pelo apoio prestado a D. João I de Castela nas guerras de sucessão do reino português,

monarca castelhano que terá passado pelo Jarmelo numa das suas incursões ao reino português (FIGUEIREDO, 1961). Por tal motivo, D. João I entregará o lugar do Jarmelo, e suas ferrarias, a Afonso Gomes da Silva, em 1384 (DIAS, 2004). Porém, a posição política deste nobre tendia para a facção castelhana, levando-o a não acompanhar o mestre de Avis no cerco de Lisboa.

No ano seguinte, D. João I reincorporará o Jarmelo no concelho da Guarda, para meses depois a doar a Egas Coelho. Todavia, a política levado a cabo por D. João I, com novas expropriações, levaria Egas Coelho a um acto de rebelião que culminou com a sua definitiva partida para Castela, o que levou a que os seus bens, nos quais se encontrava a vila do Jarmelo, fossem confiscados e entregues a D. Diogo Lopes de Sousa, filho de D. Lopo Dias de Sousa, último mestre da Ordem de Cristo, em 1389. Com esta doação hereditária, que incluía todos os direitos régios e a jurisdição cível e crime, a vila do Jarmelo ficará na casa dos Sousas até à extinção do concelho (COELHO e MARUJÃO, 2010).

2.1.2 - Período entre 1389 e 1496

Após a, antes referida, doação de D. João I, somente no início do reinado do seu sucessor se encontra nova referência a este povoado. Trata-se da confirmação da anterior doação com todos as anteriores prerrogativas, com data de 1433 (DIAS, 1998).

Posteriormente, é durante o reinado de D. Afonso V que se começa a notar a participação activa dos Sousas no desenvolvimento do Jarmelo. Sabe-se assim que, em 1451, D. Álvaro de Sousa transmite ao monarca que “... *no julgado do Jarmelo, como noutros da sua posse, havia herdamentos em mortórios, casas transformadas em pardieiros e derrubadas e vinhas e herdades de pão a jazer em mato.*” (COELHO e MARUJÃO, 2010, p. 14). Pretendia este nobre que o rei lhe concedesse o direito de doar esses prédios, em sesmarias, a algumas pessoas que manifestavam interesse em cultivá-los, acção esta que se encontrava sujeita a prévia autorização régia. Este pedido seria deferido, possibilitando uma nova dinâmica de reaproveitamento do espaço urbano e agrícola.

É, igualmente, durante este reinado que se conhecem vários documentos que atestam a nova dinâmica da vila, e o poder que o comércio detinha. Vários documentos emanados relatam as contendas existentes entre o Jarmelo e concelhos limítrofes como

Castelo Mendo, Castelo Bom, Vilar Maior, Sortelha, Guarda, Celorico, Trancoso, Pinhel, Castelo Rodrigo e Sabugal sobre o privilégio de isenção de passagem e portagem das mercadorias nesses concelhos (IDEM. pág.15 e notas 37 a 41 da mesma pág.). Toda esta actividade comercial gera por si circulação de pessoas, a qual se demonstra identicamente atestada através de uma carta de privilégio concedida, em 1471 a um tal de Martim Gonçalves, detentor de uma estalagem nesta vila (IDEM.pág.15).

Esta dinâmica impulsionaria mesmo a que os seus habitantes a cercarem a vila de muros, recorrendo às suas próprias expensas. Por este motivo, D. Afonso V isentá-los-ia “...de velar, roldar e servir noutros lugares, mas exigindo que o muro da vila se refizesse com quarenta palmos de altura.” (IDEM, pág.15) em documento emanado de 1478.

Será já no reinado de D. João II que, muito provavelmente, este grande empreendimento culminará. Este monarca autorizaria, através de carta exalada em 1494, que os moradores do Jarmelo e seu termo lograssem, sem restituir qualquer tributo, pastar, pascer e montar os seus gados nas vilas, concelhos e lugares pertencentes à contadoria da cidade da Guarda, desde que não provocassem qualquer malefício em pães, vinhas, árvores de fruto ou herdades (IDEM, pág..15 e nota 45 da mesma página).

Por fim, e como inicialmente referido, a última fonte analisada, a inquirição manuelina de 1496, demonstra o continuar do vigor económico que a vila possuía à época. Neste ano, os rendimentos proporcionados pelo aglomerado da cobrança do imposto de portagem, do jantar, de foros, e da pensão dos tabeliães, os quais pertenciam a D. Diogo Lopes de Sousa, ascenderia ao montante de 10000 reais (DIAS, 1982). Esta mesma fonte permite indagar outros aspectos de índole demográficos. Isto é, regista-se o número de vizinhos que constituía o termo do Jarmelo, o qual se cifrava nos 231, sendo que a percentagem populacional pertencente a classes privilegiadas era bastante diminuta, concretamente trata-se de um tabelião, de seu nome Fernando Afonso (IDEM, pág.182).

Uma breve análise às fontes anteriormente analisadas denota-se que inicialmente esta localidade possui relevância geopolítica e prosperidade. Para isso em muito contribui a presença da alta nobreza, tanto monástica como fundiária, que por vezes se cruza nas teias de parentescos, assim como de ordens militares eclesiásticas. Após esta inicial clima de prosperidade, os documentos demonstram uma fase diferente caracterizada por um clima instável a nível geopolítico, como demonstram as

sucessivas, e pouco espaçadas no tempo, doações do Jarmelo a diferentes donatários. É de ressaltar que se está em plena crise do século XIV-XV (MARQUES, 1990). A esta junta-se a crise política e dinástica que culminaria com a acensão do Mestre de Avis, a qual teve bastantes acontecimentos na região beirã, onde o Jarmelo se situa.

Esta decadência é, ainda, bem patente no reinado de D. Afonso V, como anteriormente foi referido. Já na posse de D. Álvaro de Sousa este ciclo inverte-se e uma nova dinâmica de prosperidade toma conta da vila nos tempos seguintes, com o comércio a ter um papel preponderante.

3 - Enquadramento geográfico

Uma região geográfica caracteriza-se por certa conformidade de aspectos comuns. Não somente as condições gerais de clima e posicionamento geográfico, mas igualmente as singularidades da natureza, do relevo, do solo, o manto vegetal e as marcas da presença humana, transmitindo o sentimento de não se sair da mesma terra (RIBEIRO, 1986).

A geografia de uma região auxilia a moldar a sua ocupação humana que se firma num sustentáculo de relações com o território, originando protótipos espaciais, formando-se a partir da unidade uma ampla multiplicidade de vivências. Por outro lado, a paisagem é constantemente aculturada, derivado da necessidade que as sociedades humanas têm de conceber uma disposição convencional no meio físico e ambiental, socializando-a. Deste modo, é indiscutível a tentativa de reconstrução da paisagem antiga e sua evolução, a decomposição dos ecossistemas e sua articulação com o entendimento das interferências que transmitem na actividade humana e como esta o metamorfoseia (SILVA, 2005).

3.1 - O Jarmelo na bacia hidrográfica do Côa

O rio Côa tem a sua nascente na serra das Mesas e atravessa todo o distrito da Guarda até desaguar em Foz Côa no Douro. A sua bacia hidrográfica encontra-se circunscrita a oriente pelas bacias da ribeira de Aguiar e rio Águeda (também afluentes da margem esquerda do Douro); a ocidente pelas bacias do rio Mondego e ribeira da Teja ou pelo alinhamento formado pelas elevações de S. Cornélio, Cabeço da Fráguas, Serra da Estrela, Lapa e Leomil; a norte pelo Douro; e a sul pela serra das Mesas.

Trata-se de um espaço geográfico que corresponde à continuação do maciço central peninsular para ocidente. As altitudes da Serra da Estrela vão abatendo progressivamente para noroeste, até que na região da Guarda quase se mesclam com estes planaltos da denominada Beirã Transmontana.

A superfície da Meseta Norte, onde se engloba a bacia hidrográfica do Côa, é uma autêntica peneplanície de fim de ciclo, a qual alcançou a actual altitude através de um levantamento que teria empedado no meio do Pliocénico, o qual, como demonstram

as manifestações sísmicas actuais, ainda perdura. Na Beira Transmontana, a peneplanície, plana como uma mesa, sobe para o sul, até atingir cerca de 1000 m de altitude perto do Sabugal e findar no forte declive que representa a Cova da Beira (RIBEIRO, 1987).

A nível geológico, esta região enquadra-se no Maciço Hespérico, composto por formações pré-mesozoicas, cimentadas desde o fim dos movimentos hercínicos. De natureza, principalmente, granítica apresenta numerosos filões, sobretudo de quartzo e de rochas básicas, e alguns depósitos aluviais recentes. O granito, que faz parte do maciço batolítico da Beira, originado no final do Carbónico, é correspondente ao tipo monzonítico, de duas micas, com predomínio da biotite, sendo a sua composição mineralógica bastante uniforme: quartzo, oligoclase ou oligoclase-andesina, microlina-pirite, micropertite, albite, biotite e moscovite, em que o quartzo se apresenta geralmente com fracturação acentuada. Genericamente a rocha está alterada à superfície, e em muitos casos, arenizada até grande espessura. Quanto à variedade textural é predomina a do granito porfiróide, de grão grosseiro e grosseiro a médio, o qual ocupa grandes manchas na região da Guarda (TEIXEIRA, 1963).

As importantes acções tectónicas que atingiram o grande maciço granítico logo após a sua consolidação, fracturando-o, permitiram a instalação de filões ao longo das fracturas encaixados nas rochas graníticas e xistosas. As intrusões mais abundantes são constituídas por filões quartzosas, uns de quartzo leitoso, outros, a maioria, têm aspectos brechóide, com cimento de calcedónia ou jaspe e impregnações ferruginosas. Apresentam como direcção predominante NE-SW ou NNE-SSW e frequentemente, constituem, por erosão diferencial, relevos de certa importância, como cristas ou lamba (IDEM, pág.16).

Concretamente, sobre o sítio arqueológico em estudo, o geógrafo Orlando Ribeiro toma-o como exemplo de um fenómeno que ocorre na já referida Meseta Norte: *“Em Portugal e nas regiões espanholas fronteiriças, relevos residuais, de vertentes côncavas e altura relativa de 100 a 200 m., elevam-se acima da Meseta. Correspondem só em parte as rochas especialmente resistentes, como os quartzitos silúricos; outras vezes trata-se de montes-ilhas típicos, como é o caso do Jarmelo, colina granítica, a NE da Guarda”* (RIBEIRO, 1987, p.146).

Estas superfícies encrespadas de relevos residuais do tipo *Ilseberg* enquadram-se no âmbito de processos de erosão de sopé em clima semiárido. Emergem, por um ângulo vivo, da planura de base, coexistindo nelas, como nos vales largos de granitos, o

vigor da escarpa e a platitude do sopé (fig.2 Anexo2). Durante o último surto orogénico, os desníveis gerados por ele desencadearam, numa estádio de clima favorável, os processos de erosão e de sedimentação do sopé, testemunhando os montes-ilhas o recuo das montanhas e os derrames grosseiros e descomunal formação de escombros. Não surpreende que tanto os resíduos como as feições tenham, no sopé dos principais relevos, as representações mais específicas (RIBEIRO, 1987). A nível geológico, estes cabeços são compostos por granito não porfiróide, de grão médio, envolvido por granito porfiróide de grão grosseiro.

O território, em que o Castro do Jarmelo se situa, corresponde assim a uma zona de transição de unidades geomorfológicas diferentes, a ocidente o Maciço Central e a oriente o início da Meseta ainda em território português. Porém, em termos micro-regionais, faz já parte da superfície mesetanha, região oriental, irregular, em que as altitudes andam à volta dos 800m destacando-se o cerro do Jarmelo com uma altimetria que ascende aos 943m.

3.2 - Os recursos hídricos, florestais e pedológicos

Alusivamente à disposição da rede hidrográfica do Côa, esta descobre-se directamente relacionada com a geomorfologia e a tectónica da região. Desde o início do levantamento da Meseta, os rios foram entalhando regressivamente, cada vez mais, a peneplanície pliocénica. Na Beira Transmontana, a superfície mesetanha ostenta uma inclinação descendente para norte, o que ocasiona a circulação das águas dos rios e ribeiras para norte ou noroeste. Concretamente, na área em estudo, existem algumas ribeiras que percorrem os vales, caso da Ribeira dos Montes e o Ribeiro da Ima, que irão depois engrossar o caudal de outras ribeiras, no primeiro caso a Ribeira da Pêga, e no segundo a Ribeira das Cabras. A ribeira da Pega confluirá na margem esquerda da Ribeira das Cabras, a qual posteriormente irá desaguar na margem esquerda do rio Côa. As duas ribeiras, que possuem nomes de localidades circundantes do Jarmelo, caracterizam-se por terem um caudal estival, secando durante a estação estival quase na sua totalidade, formando pequenas lagoas.

Quanto à cobertura florestal, acima dos 700-800 m, a oliveira detêm-se e a vinha principia a escassear. Está-se já e terras de carvalhos e castanheiros, os quais cercam campos de centeio, batata, e pastagens frescas. *“Ao norte do Mondego e nas montanhas*

da Beira predominam as árvores de folha caduca da Europa oceânica...” (RIBEIRO, 1987, p.51). Como se depreende, as espécies mais representativa corresponde ao carvalho, nomeadamente o carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) e carvalho alvarinho (*Quercus robur* L), seguindo-se o castanheiro (*Castanea sativa*). Devido às políticas de reflorestamento da I República, o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), ocupa igualmente um lugar de preponderância, seguindo-se o pinheiro manso (*Pinus pinea*) em menor cifra. Em número ainda mais diminuto aparece a azinheira (*Quercus ilex*), a qual figura nas margens do Rio Côa, da Ribeira das Cabras e ocupa os montes graníticos e pedregosos do cerro do Jarmelo. Igualmente na proximidade das linhas de água descobrem-se salgueiro (*Salix*), freixo (*Fraxinus excelsior*), amieiro (*Alnus glutinosa*) e por vezes o vimeiro (*Salix fragilis*). Por outro lado, as zonas graníticas, que apresentam solos cobertos com vegetação pobre, predominam as espécies arbustivas tais como rosmaninhos (*Lavandula* L), giesta (*Cytisus striatus*), baracejo (*Stipa gigantea*), tojo (*Ulex europaeus*), ou piorno (*Geneis florida*). Denota-se, assim, claramente que a vegetação das margens dos rios e ribeiras diferencia-se da vegetação dos montes e cabeços. Ou seja, vales com bosques de castanheiros, carvalhos, pinheiros e árvores pluviais, cimo dos montes com plantas arbustivas, rareando as espécies arbóreas.

Por fim, em termos de recursos pedológicos, a zona em estudo, caracteriza-se pela existência maioritariamente de terrenos de cobertura formados por aluviões recentes e depósitos de fundo de vale. Deste modo, os solos graníticos, parcamente extensos, são de composição arenosa exibindo uma cor esbranquiçada ou parda. Nas terras altas mesetanhas, onde os afloramentos graníticos são em número reduzido, o solo é constituído por areias grossas, pobres em potássio e em calcário. Tratam-se, assim, de solos muito permeáveis, com diminuta produção agrícola e ostentando parca cobertura arbórea. Por outro lado, surgem igualmente áreas de colossal acumulação granítica, denominados de barrocais, de fraco aproveitamento agrícola, concentram-se junto à Guarda. Entre os barrocais desenvolveram-se alguns terrenos usualmente utilizados para pastagens ou mesmo para a oliveira, a videira ou a amendoeira. Predominam em larga escala os solos de classe F, de utilização não agrícola, interrompidos por solos de classe A, utilização agrícola, os quais se encontram situados nos vales talhados pelos rios e ribeiras e nas zonas de confluência destes com outros rios de maior caudal, nomeadamente a Ribeira das Cabras e o Rio Côa. Seguem-se os solos de classe A+F, utilização florestal, e classe C, utilização agrícola condicionada. Quanto ao que alude aos recursos mineiros, seguindo-se a nota explicativa da folha 18-C da

Carta geológica de Portugal (TEIXEIRA, 1963, p.19), são conhecidos numerosos jazigos de estanho, volfrâmio, urânio, tantálio, lítio e berílio, na zona compreendida por esta parcela. Porém, para a época em estudo, derivado da pouca investigação sobre esta temática, não são conhecidas zonas de exploração de recursos mineiros.

Como inicialmente referido, a geografia de uma região, no conjunto de todas as suas premissas, condicionam e inferem para a forma como a presença humana se estabelece. Consequente deste facto, no território alvo de estudo, “... *a população que se junta em aldeias compactas pratica uma economia mais próxima da Europa média do que das baixas mediterrâneas.*” (RIBEIRO, 1987, p.44), em que as comunidades rurais se conservam graças ao isolamento perseverante, à aglomeração exclusiva do povoamento, onde a quase maioria das aldeias formam freguesias, e ao afolhamento bienal.

4 - O Contributo da arqueologia

4.1 – A intervenção de 1998

A intervenção de 1998, que se pautou por uma pequena intervenção de emergência, efectuada pela Extensão do IPA na Beira Interior, ocorreu no seguimento de várias visitas que os arqueólogos daquela Extensão realizaram ao Castro do Jarmelo em Junho do mesmo ano. Estas foram decorrentes do processo de diferendo sobre a instalação de uma antena de telecomunicações que contrapunha a Junta de Freguesia de São Pedro e a população das aldeias envolventes. Numa destas visitas detectou-se a abertura de um estradão para acesso ao marco geodésico no lado Este do povoado. Embora tivesse sido financiado pelo programa Leader II, não foram realizados quaisquer trabalhos de minimização ou acompanhamento arqueológico (TENTE et alli., *no prelo*). Deste modo, foram irremediavelmente destruídos vários níveis arqueológicos na encosta Este do povoado e de parte de um paredão de sustentação de terras junto à denominada fonte de Santa Maria.

A intervenção executada teve como objectivo o registar minimamente os níveis arqueológicos e relativos materiais que se descobriam expostos no talude deixado aberto pela passagem da máquina aquando da abertura do estradão. Somente se procedeu à limpeza e registo gráfico de um perfil de 8 metros de extensão orientado Sul/Norte. Sempre que praticável os materiais arqueológicos recolhidos foram referenciados consoante os níveis arqueológicos ali observados, porém uma parte apreciável do material recolhido encontrava-se tombado junto do talude, não sendo possível a identificação do nível arqueológico de proveniência. Colaboraram na intervenção o arqueólogo, da Câmara Municipal da Guarda, Vítor Pereira e alguns habitantes locais. No decorrer dos trabalhos foi possível observar-se uma sequência estratigráfica composta por seis níveis distintos (IDEM).

4.1.1 – Os contextos identificados

Como referido anteriormente, e tendo em conta o estudo já efectuado (IDEM) a sequência estratigráfica identificada compunha-se:

U.E. [1] - Nível superficial de terras húmusas, contendo alguns materiais arqueológicos, com cerca de 0.20 a 0.30 m de espessura;

U.E. [2] - Nível espesso de terras castanhas acinzentadas com uma espessura que varia entre os 0.40 e os 0.60 m e que apresenta muitos materiais arqueológicos (cerâmicas, ossos e alguns metais);

U.E. [3] - Nível compacto de terras castanhas acinzentadas escuras, com cerca de 0.10 m de espessura e praticamente estéril do ponto de vista de materiais arqueológicos Parece corresponder a um paleosolo do povoado. A mesma era observada em apenas 4 metros do perfil;

U.E.[4] - Terras castanhas mais soltas que se encontravam à mesma cota do [3] ocupando os 4 metros norte do perfil. O nível era praticamente estéril do ponto de vista arqueológico;

U.E. [5] - Terras castanhas arenosas que se dispunham por debaixo de [3] e [4] e por cima do substrato rochoso de granito, apresentava uma espessura média de 0.10 m e era estéril em materiais arqueológicos;

U.E. [6] - Terras castanhas amareladas sem espólio arqueológico e com muito areão de granito que ocupavam os interstícios da base rochosa.

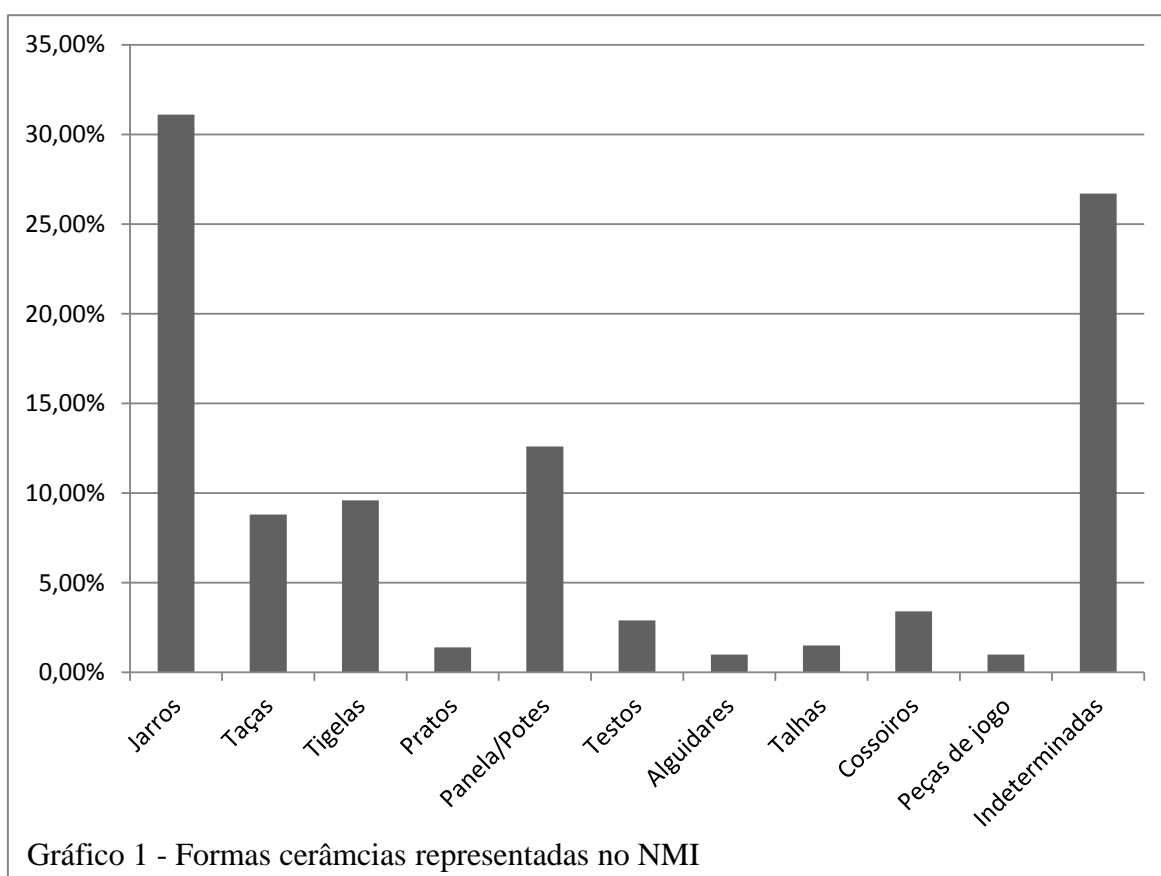
4.1.2 - Espólio cerâmico da intervenção de 1998

O espólio cerâmico recolhido durante a intervenção de emergência de 1998 foi já, como anteriormente referido, alvo de um primeiro estudo (TENETE et all, *no prelo*). Não obstante, no decorrer desta investigação optou-se igualmente por retomar o seu estudo de forma articulada com o restante espólio entretanto identificado. Deste modo foi possível corroborar e dilatar as conclusões do estudo referido. O catálogo com a descrição das peças e representação gráfica encontra-se no Anexo 4.

O material recolhido encontrava-se na sua maioria muito fragmentado, o que resultou do facto de uma parcela do conjunto ter sido recuperado sem contexto arqueológico, consequência da abertura do estradão de acesso ao marco geodésico. Assim, foi particularmente difícil estabelecer o NMI, segundo a metodologia referida no capítulo 1.3.

O conjunto da olaria é dominado por cerâmicas de mesa predominando os jarros (31,1%), precedidos das taças (8,8%), das tigelas (9,6%) e dos pratos (1,4%). Em

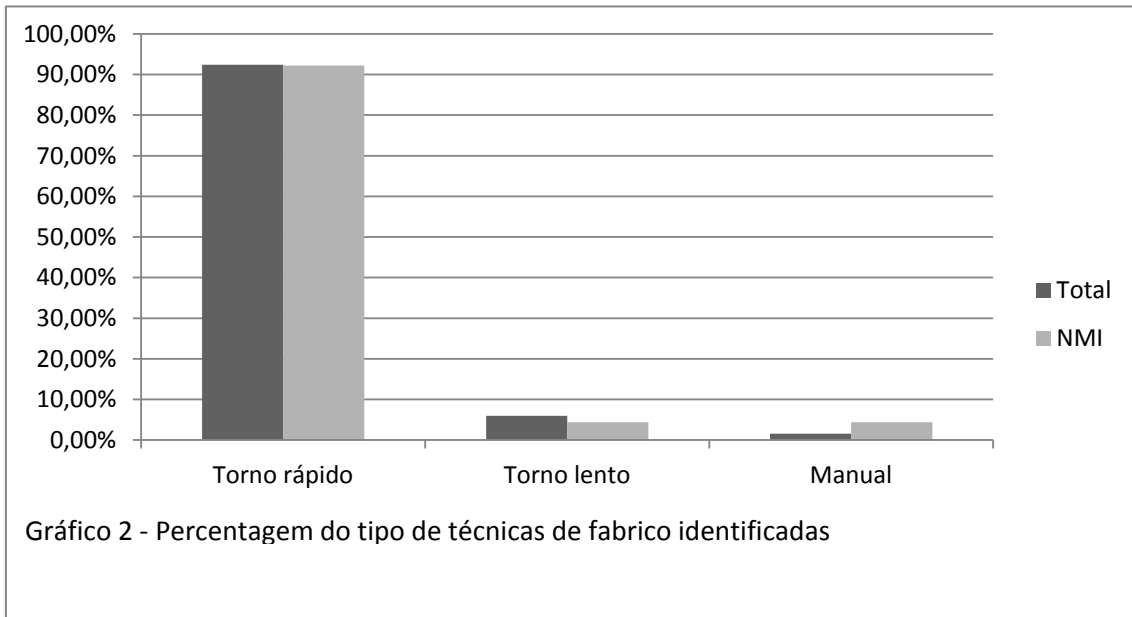
nenhuma destas peças foi possível a reconstituição total da respectiva forma, ainda que, em alguns casos, se compreenda qual seria a sua configuração geral. A maioria dos jarros apresenta bordos de morfologia direita, mas também se identificaram de morfologia redonda e espessados externamente e/ou internamente. Em menor quantidade foi possível ainda a identificação de cerâmica de cozinha como panelas/potes (12,6%), testos (2,9%) e alguidares (1%), sendo que a presença de cerâmicas de armazenamento, tipo talhas (1,5%) ocupa uma percentagem irrisória. Foi possível ainda a inventariação de um conjunto de 7 cossoiros (3,4%) e de duas peças de jogo (1%). Todavia, devido ao estado fragmentário do espólio já mencionado, não foi possível reconhecer-se a forma de 26,7% das peças inventariadas.



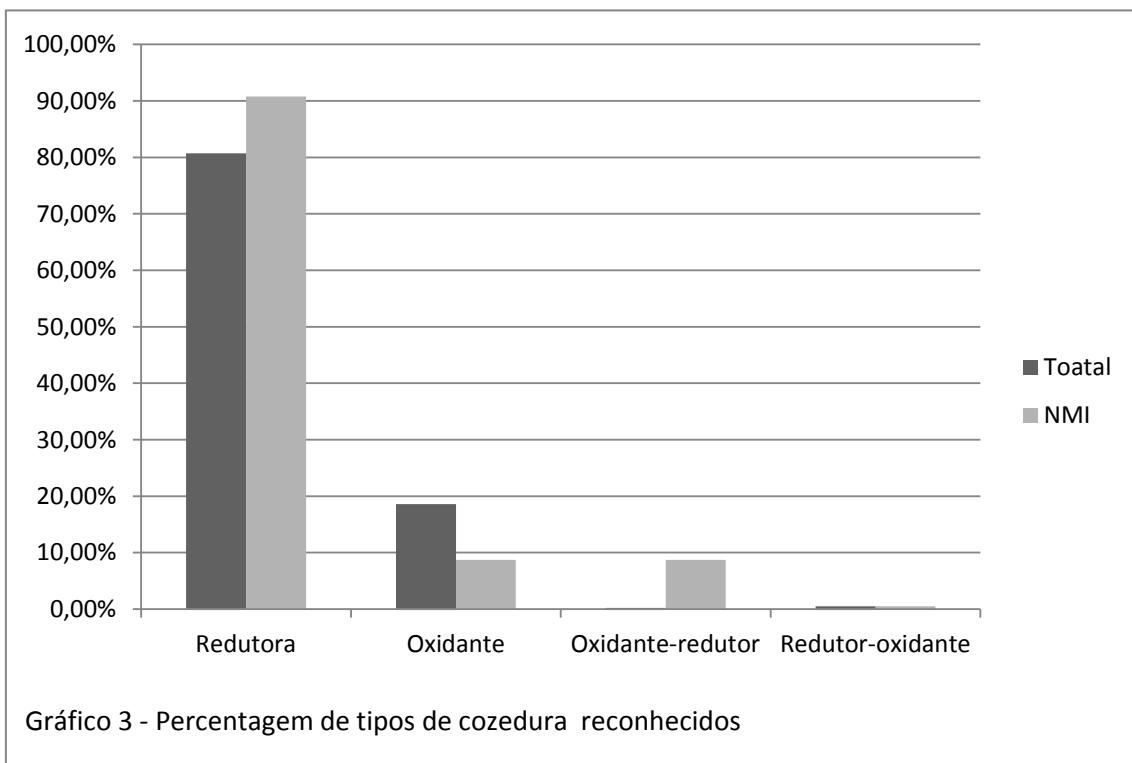
Devido à mesma razão não foi possível estabelecer-se correlações entre bases e bordos. No que se refere às bases é apenas exequível mencionar-se que no conjunto de bases recolhidas (78 no total) apenas se identificou uma base em disco, sendo o restante conjunto constituído por bases planas.

No que se refere à técnica de fabrico, tanto se se considerar o espólio no seu total como se somente se atender ao NMI, predomina o fabrico a torno rápido, com valores na ordem dos 92,4%, e 91,2%, respectivamente. A torno lento a percentagem cifra-se em 6%, para o total do conjunto e 4,4% para o NMI. Constatou-se ainda o fabrico

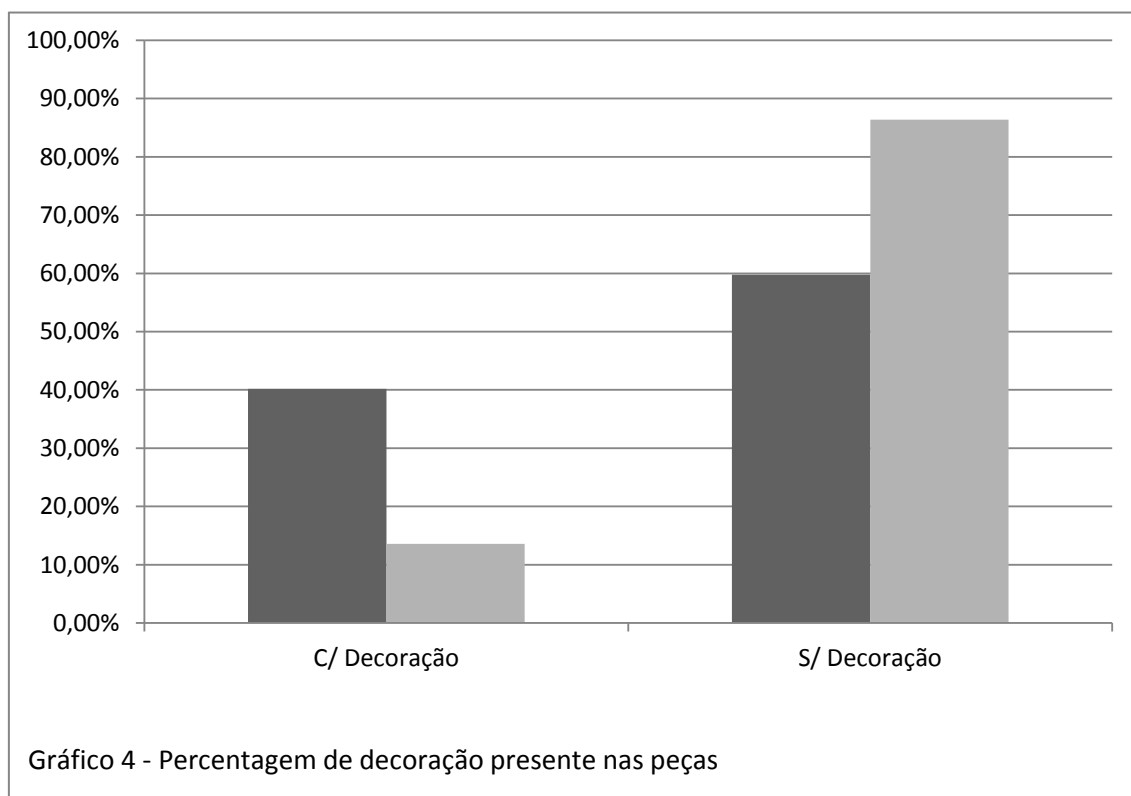
manual utilizado para montar o conjunto de cossoiros e peças de jogo, o que em termos estatísticos corresponde a 1,6% do conjunto total e 4,4% do NMI..



Quanto ao tipo de cozedura, seguindo-se a mesma perspectiva anterior, tendo-se em conta o conjunto num todo, predomina o tipo redutor (80,7%) seguido pelo tipo oxidante (18,6%). Sendo ainda de assinalar a ocorrência de alguns casos do tipo oxidante-redutor (0,2%) e redutor-oxidante (0,5%). Se apenas se atender ao NMI, continua o predomínio do tipo redutor (90,8%), seguido pela tipo oxidante (8,7%) e em percentagem residuais (0,5%) o tipo oxidante/redutor.



A percentagem de peças decoradas difere conforme a análise em questão. Isto é, se apenas se atender ao NMI, a percentagem é baixa (13,6%). Contrariamente se se atender ao total do conjunto, embora não se verifique em nenhum caso decoração no conjunto das bases, a percentagem é bastante elevada (40,2%). Dominam as decorações constituídas por linha incisa horizontal, seguidas por linha ondulada e por punções. Existem alguns casos em que se conjugou mais que um elemento figurativo na decoração da peça.



4.1.3 - Espólio metálico

A intervenção de 1998 permitiu similarmente a recolha de um número significativo de artefactos metálicos, os quais foram igualmente já alvo de estudo (TENTE et al, *no prelo*). Na sua maioria este conjunto é composto pelos 19 pregos (8 na limpeza de perfil, 2 na UE0, 3 na UE1, 1 na UE2, 1 na UE3, 2 na UE4 e 2 na UE6). Encontraram-se também 8 cravos (2 na limpeza de perfil, 1 na UE1, 1 na UE2, 1 na UE5 e 1 na UE6), tendo sido ainda recolhidos duas talas, uma na limpeza de perfil e outra na UE2, representados no Anexo 4.

Além disso, fazem ainda parte deste conjunto três barrinhas de ferro, as quais não foi possível estipular a sua funcionalidade, provenientes da limpeza de perfil, UE1 e

UE2. Uma agulha de grande dimensão (oriunda da UE2), que poderia ser usada para cozer albardas/sapatos ou sacas (TENTE et alii, *no prelo*). Uma dobradiça originária da UE6. Um gancho de fivela, um fecho e uma ferradura de pequena dimensão, a qual poderá ser de um burro ou cavalo garrano, tendo paralelos com as ferraduras proveniente de contextos medievais, séculos XII-XIII, do Sabugal-Velho (SILVA,2001), tendo sido recolhidos na limpeza de perfil. Por fim, também se presenciou a existência de três pequenas escórias de pingo

4.1.4 - O espólio numismático

Igualmente nesta intervenção recolheram-se seis numismas (quatro inteiras e duas fragmentada, de cronologia medieval, embora apenas se tenha conseguido estabelecer o reinado de cunhagem para quatro. Utilizou-se como referência o estudo elaborado por Mário Gomes Marques (1996). O catálogo dos numismas encontra-se no Anexo 6.

A presença de numismas permite mais um contributo para se estabelecer uma datação relativa para os contextos estudados. Todavia, é necessário ter-se em conta que se tratar de um conjunto de moedas resultantes de perdas ocasionais e não de um acto de ocultação/entesouramento. Tal facto apenas permite tomar em consideração que as unidades estratigráficas não serão anteriores aos inícios do século XIII, data de entrada em circulação destas moedas.

4.1.5 - Materiais líticos

Na limpeza de perfil foram recolhidos igualmente alguns materiais líticos (Anexo7). O conjunto é constituído por três fragmentos de sílex talhado, dois deles tratando-se de pequenos raspadores e o terceiro um pequeno núcleo de resto de talhe, dois fragmentos de ardósia, um seixo rolado, e um machado de pedra polida. Infelizmente, não foi possível correlacionar os materiais mencionados com o restante espólio recolhido nas unidades estratigráficas identificadas.

Embora não seja o quadro cronológico em estudo nesta investigação, e face à breve análise feita, apenas se pode avançar uma hipotética suspeita sobre uma ocupação pré-histórica na vertente ocidental do cabeço norte.

4.1.6 - Elementos de adorno

Por fim, foram recolhidos dois elementos de adorno nesta intervenção (Anexo5). Na limpeza de perfil foi achado um pendente de bronze com comprimento de 5,5cm. Trata-se de um sonda de corpo alongado e enrolado com extremidade em forma de espátula e outra bífida, possuindo uma argola para utilização como pendente. Foram estabelecidos paralelos semelhantes de época romana (TENTE et alii, *no prelo*) sendo que poderia ser utilizada para limpar ouvidos ou narinas, ou para mesclar substâncias medicinais para posteriormente serem colocadas sobre feridas. Nos paralelos referidos a extremidade oposta à espátula tem forma arredondada que podia servir para espalmar as substâncias para fazer os medicamentos. Devido ao facto de não possuir contexto estratigráfico, nem de possuir paralelos cronológicos no restante espólio, indicia tratar-se de uma peça reaproveitada em época medieval.

O outro elemento de adorno, uma conta de pasta vítrea azul-escuro, foi recolhida na UE2. No decorrer desta investigação não foi possível estabelecer-se nenhum paralelo. Apresenta como dimensões: 0,3cm de diâmetro interno; 0,6cm de diâmetro externo; e 0,3cm de espessura.

4.2 – A intervenção arqueológica de 2007-2008

A intervenção realizada no Castro do Jarmelo, a qual decorreu em duas fases: a primeira entre 12 de Novembro a 21 de Dezembro de 2007 e uma segunda fase desenvolvida entre 14 de Abril e 16 de Maio de 2008, enquadrou-se no projecto “Patrimonium, Estudo e Valorização do Património do Concelho da Guarda”. Este projecto previa a realização de intervenções em sítios históricos e emblemáticos do concelho da Guarda, entre os quais o Castro do Jarmelo, no qual se previa um vasto programa de restauro de estruturas da antiga vila medieval (PEREIRA, 2008).

Para a concretização do programa de restauro que tinha a maior incidência nos panos de muralha, embora também incluísse a limpeza de diversos imóveis que se localizavam no interior do perímetro amuralhado, era necessário a realização de uma intervenção arqueológica prévia, de forma a se salvaguardar vestígios arqueológicos que pudessem ser afectados com a intervenção. *“Apesar do projecto de consolidação e restauro nos panos de muralha e nos edifícios ser mínima, o facto de ser necessário proceder-se à sua conservação de ambos os lados dos paramentos, onde possivelmente existiriam níveis arqueológicos, sobretudo na face interna do pano de muralha, implicava a realização prévia de sondagens arqueológicas”* (IDEM, pág.3)

Procedeu-se assim à prévia realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico, em locais onde a obra de restauro e consolidação dos panos de muralha iriam provocar maior impacto. De igual modo se realizaram sondagens de diagnóstico no interior de alguns dos imóveis os quais seriam restaurados com a implementação do projecto no interior do recinto. Por fim, também se efectuaram sondagens de diagnóstico para aferirem alguns dados sobre a ocupação que se terá verificado neste sítio arqueológico, tanto no interior do recinto com no exterior norte, para se balizar a cronologia da ocupação do sítio.

Neste sentido, efectuaram-se diversas sondagens diagnóstico, com diferentes dimensões e orientações, segundo a morfologia do terreno e do projecto de consolidação e restauro. Todas as sondagens foram orientadas a Norte, permitindo, caso se pretenda a escavação em área, relacioná-las de acordo com uma rede de quadrículas (PEREIRA, 2008).

A remoção das unidades pautou-se pela remoção das camadas naturais de deposição, procedendo-se à descrição pormenorizada de cada uma, visando a reconstituição do desenvolvimento histórico do espaço. A diferenciação das camadas teve por base as suas diferenças ao nível da coloração, textura e composição

Os meios utilizados estiveram a cargo dos Serviços da Câmara Municipal da Guarda. Os trabalhos foram orientados pelo arqueólogo da Câmara Municipal da Guarda, Vitor Pereira, com a participação de trabalhadores do Município da Guarda e também do Dr. António Carvalho. Os trabalhos de conservação e restauro foram dirigidos pelos técnicos de Conservação e Restauro da Câmara Municipal da Guarda, Hugo Faustino e pela Dr.^a Vera Duarte (IDEM).

4.2.1 – Os contextos identificados

Das treze sondagens efectuadas foram identificados materiais de cronologia medieval em dez delas. Serão estas as que, em seguida, se enunciará a estratigrafia descrita no relatório da intervenção arqueológica de 2007-2008 (PEREIRA, 2008). Note-se que no decorrer desta investigação não foi possível o estudo dos materiais da Sondagem 13, não se apresentando aqui a sua estratigrafia.

Sondagem 1. Esta sondagem foi realizada na área Sul da área intramuralhas, nas proximidades do pano de muralha, com 4x4m de dimensão, orientada a Norte. Foi detectada a seguinte estratigrafia:

[U.E. 1] - Camada de terra, de coloração castanha, heterogénea, correspondente ao coberto vegetal, medianamente solta, com raízes e pedras de pequena e média dimensão. Assenta sobre a [U.E. 2].

[U.E. 2] - Camada de terra, de coloração castanha escura, solta, com poucas raízes e pedras de pequena dimensão. Apresenta alguns materiais arqueológicos, misturados com elementos recentes. Assenta sobre a [U.E. 3] a Oeste, na área Sudeste sobre a [U.E. 4] e a Nordeste sobre a [U.E. 5].

[U.E. 3] - Unidade de derrube de pedras, composta por pedras de pequena e média dimensão, envolto numa camada de terra, de coloração castanha, contendo alguns fragmentos de argamassa de coloração amarela. Apresenta elevada quantidade de raízes. Entre este derrube surgem alguns elementos recentes, como plásticos. Assenta na [U.E. 6] e na [U.E. 7].

[U.E. 4] - Muro, com orientação Sudoeste/Nordeste, construído na base com pedras de grande dimensão, aparelhadas, e nas fiadas superiores com pedras de média dimensão. Assenta na [U.E. 6] e encosta à [U.E. 5].

[U.E. 5]

Muro com orientação Noroeste/Sudeste, construído com pedras de grande dimensão, aparelhadas. Coberto pela [U.E. 2], assenta no afloramento rochoso na área Oeste da sondagem.

[U.E. 6] - Camada de terra, de coloração castanha escura, solta, localizada por toda a sondagem, com materiais arqueológicos e escassas pedras de pequena dimensão. Assenta sobre a [U.E. 7]. Entre os materiais arqueológicos destacamos fragmentos de faiança do século XVIII.

[U.E. 7] - Camada de terra de coloração branca, semelhante a argamassa, solta, homogénea, com alguns materiais arqueológicos. Localiza-se sobretudo na área Este da sondagem (assente sobre a [U.E. 8]), embora pontualmente surja na área Oeste assente sobre o afloramento rochoso.

[U.E. 8] - Unidade de derrube, composta por pedras de pequena dimensão, assente na área Oeste da sondagem sobre o afloramento rochoso. Entre as pedras surge uma camada de terra de coloração castanha, misturada com argamassa de coloração branca.

[U.E. 9] - Localizada na área Este da sondagem, sob a unidade anterior, detectámos uma camada de terra de coloração castanha escura, medianamente solta. Contudo, não foi escavada devido à instabilidade das estruturas.

Afloramento rochoso.

Sondagem 2. Sondagem efectuada numa plataforma inferior que a anterior, localizada a Este, num local onde eram visíveis diversos muros, possivelmente pertencentes a uma habitação. Pretendiam-se obter algumas informações sobre um espaço habitacional, localizado nas proximidades do pano de muralhas. Foi possível verificar a seguinte estratigrafia:

[U.E. 1] - Camada vegetal, de coloração castanha, heterogénea, com elevada quantidade de raízes. Camada pouco compacta, com presença de pedras de pequena e média dimensão. Entre o material detectado salienta-se uma ponta de seta em bronze, cerâmica comum, fragmentos de faiança, cerâmica de construção e alguns fragmentos de materiais de cronologia recente. Assenta na [U.E. 2].

[U.E. 2] - Camada de terra, de coloração castanha escura, pouco compacta, com escassas raízes e pedras de pequena dimensão. Entre os materiais arqueológicos salienta-se cerâmica comum e de construção. É coberta pela [U.E. 1], encosta à [U.E. 5] e assenta na [U.E. 4] e na [U.E. 3].

[U.E. 3] - Camada de terra, medianamente compacta, de coloração castanha escura, com raízes. É coberta pela [U.E. 2] e pela [U.E. 4], marcada pela presença de pedras de pequena e média dimensão. Assenta no afloramento rochoso.

[U.E. 4] - Unidade de derrube de pedras, de pequena e média dimensão, envolta pela [U.E. 7], com raízes.

[U.E. 5] - Muro, com orientação Sudoeste/Nordeste, localizado no canto Sudeste da sondagem, construído com pedras de média dimensão, aparelhadas. É coberto pela [U.E. 1] e assenta na [U.E. 3].

[U.E. 6] - Muro, com orientação Sudeste/Noroeste, construído com pedras de média e grande dimensão, aparelhadas. Assenta na [U.E. 3] e é coberto pela [U.E. 1].

[U.E. 7] - Camada de terra, de coloração castanha escura, medianamente compacta, localizada no canto Sudoeste da sondagem, envolta na [U.E. 4], destacando-se a presença de material de construção (telhas de meia cana). Encosta à [U.E. 6] e assenta no afloramento rochoso.

[U.E. 8] - Camada de terra, de coloração castanha clara, arenosa, localizada na área Nordeste da sondagem, coberta pela [U.E. 4]. Assenta no afloramento rochoso.

Afloramento rochoso.

Sondagem 3 - Sondagem implantada junto ao pano de muralha, na área Sul do povoado, nas proximidades da sondagem 1, com 4x4m de dimensões. Foi possível a seguinte análise estratigráfica:

[U.E. 1] - Camada de terra vegetal, de coloração castanha, heterogénea, medianamente solta, com raízes e pedras de pequena e média dimensão.

[U.E. 2] - Camada de terra de coloração castanha escura, solta, com poucas raízes e pedras de pequena dimensão. Assenta na [U.E. 3] e na [U.E. 4].

[U.E. 3] - Camada de terra, de coloração castanha clara, com argamassa de coloração amarela e fragmentos de telhas de meia cana. Assenta sobre a [U.E. 5].

[U.E. 4] - Camada de terra, de coloração castanha escura, solta, com algumas pedras de pequena dimensão e materiais arqueológicos. Detectou-se por toda a sondagem, assente na [U.E. 6].

[U.E. 5] - Muro, de planta semicircular, com orientação Sul/Nordeste, construído com pedras de média dimensão. Assenta sobre a [U.E. 7].

[U.E. 6] - Camada de terra, de coloração castanha, misturada com argamassa de coloração branca, com pedras de pequena dimensão. Apresenta alguns materiais arqueológicos, assentando sobre a [U.E. 7].

[U.E. 7] - Unidade de derrube de pedras, constituído por pedras de pequena e média dimensão, envoltas numa camada de terra de coloração castanha escura. Esta unidade assenta na [U.E. 9].

[U.E. 8] - Muro, localizado na área Sudeste da sondagem, construído com pedras de média dimensão. Encosta à [U.E. 5] e assenta na [U.E. 7].

[U.E. 9] - Unidade de derrube de pedras, semelhante à [U.E. 7], com maior concentração de argamassa de coloração branca. Assenta sobre a [U.E. 10].

[U.E. 10] - Unidade de derrube, com pedras de pequena e média dimensão, envoltas numa camada de terra de coloração castanha clara, arenosa, compacta. Apresenta alguns materiais arqueológicos. Assenta na [U.E. 11].

[U.E. 11] - Camada de terra, semelhante à anterior, com a presença de telhas de meia cana, muito fragmentadas. Trata-se de uma unidade de derrube de cobertura. Assenta na [U.E. 14].

[U.E. 12] - Camada de terra, de coloração castanha, arenosa, solta com materiais arqueológicos e escassos carvões. Apresenta pedras de média dimensão.

[U.E. 13] - Muro, construído com pedras de média dimensão, do qual restam apenas duas fiadas de pedra. Assenta no afloramento rochoso.

[U.E. 14] - Lajes de média dimensão, assentes no afloramento rochoso, sobre as quais assenta a unidade de derrube de telhas, a [U.E. 11]. É possível que corresponda ao nível de circulação deste espaço.

Afloramento Rochoso.

Sondagem 4. Sondagem realizada na área a Este da anterior, com a qual encosta, confinada por diversas estruturas, entre as quais o pano de muralha a Sul. Apresenta de dimensões 8m (sentido Norte/Sul) x 4m (sentido Oeste/Este). Foi possível verificar a seguinte estratigrafia:

[U.E. 1] - Camada de terra vegetal, de coloração castanha, heterogénea, medianamente solta, com raízes e pedras de pequena e média dimensão. Assenta sobre a [U.E. 2].

[U.E. 2] - Camada de terra, de coloração castanha escura, medianamente solta, com pedras de pequena dimensão.

[U.E. 3] - Na área Sul da sondagem surgiu um derrube de cobertura, composta por telhas de meia cana, envolto numa camada de terra castanha, solta, existente no interior da estrutura semicircular, apresentando materiais arqueológicos, salientando-se fragmentos de faianças do século XVII.

[U.E. 4] - Unidade de derrube, formado por pedras de média dimensão, localizada na área Este da sondagem. Coberta e envolta pela [U.E. 2], assenta na [U.E. 5] e na [U.E. 6], a Sul.

[U.E. 5] - Camada de terra, de coloração castanha clara, medianamente compacta, sob a [U.E. 2]. Surgiu primeiro na área Este, possivelmente associada ao nível de derrube de muros. Encosta à [U.E. 6] e é coberta pela mesma. Apresenta alguns

materiais arqueológicos destacando-se fragmentos de cerâmica com vidrado verde e cerâmica comum. Apresenta ainda alguns fragmentos de telhas de meia cana.

[U.E 6] - Na área Norte da sondagem detectámos uma camada de terra de coloração esbranquiçada, devido à presença de cinzas. Camada solta, localizada sob a [U.E. 2], encosta à [U.E. 5] e assenta sobre a [U.E. 7]. Com fraca expressão no registo, não apresenta materiais arqueológicos. Foi detectada também no interior da estrutura semicircular, sob a [U.E. 11].

[U.E. 7] - Camada de terra de coloração castanha escura, solta, com pedras de grande dimensão em elevada quantidade. Corresponde a uma unidade de derrube, assente sobre a [U.E. 9], com escassos materiais arqueológicos.

[U.E 8] - Na área Nordeste da sondagem surgiu a última fiada de pedras pertencentes a um muro, estrutura muito destruída, assente sobre o afloramento rochoso (a Este). Apresenta uma pedra aparelhada de grandes dimensões e outras de média dimensão, toscamente afeiçoadas. Encontra-se envolta na [U.E. 5].

[U.E 9] - Na área central da sondagem, sob a [U.E. 6] e [U.E. 7] surgiu um muro construído com pedras de média dimensão e orientação Sudeste/Noroeste. Corresponde ao prolongamento da [U.E. 5] identificada na sondagem 1. Assenta sobre a [U.E. 13].

[U.E. 10] - Unidade de derrube de pedras de média dimensão, colocadas de forma irregular, sobre a qual assentou o derrube de cobertura. Assenta sobre a [U.E. 11] e é coberto pela [U.E. 3]. Localiza-se na área Sul da sondagem.

[U.E 11] - Camada de terra, localizada na estrutura semicircular, que envolve as pedras de um pavimento. De coloração castanha escura, solta. Coberta pela [U.E. 10], cobre a [U.E. 6].

[U.E 12] - Camada de terra localizada no interior da estrutura semicircular, de coloração castanha, encostada ao muro localizado na área Este da sondagem. Apresenta alguns materiais arqueológicos. Coberta pela [U.E. 3], confina com a [U.E. 11] e cobre-a. Parece corresponder a um nível de fundação.

[U.E. 13] - Camada de terra de coloração castanha, medianamente compacta, com algumas pedras de pequena dimensão. Assenta na [U.E. 14] e é coberta pelos muros [U.E. 8], [U.E. 21] e [U.E. 9], e pela [U.E. 5]. Entre os escassos materiais arqueológicos detectados salientam-se fragmentos de faiança e vidrado de coloração amarela.

[U.E 14] - Camada de terra de coloração castanha escura, localizada na área central da sondagem, onde o afloramento rochoso atinge uma cota mais profunda.

Camada solta, com escassas pedras de pequena dimensão. Não apresenta materiais arqueológicos. Assenta no afloramento rochoso. Esta unidade encontra-se por toda a sondagem no lado Norte, assente sobre o afloramento rochoso, com fraca expressão estratigráfica.

[U.E 15] - Fina camada de terra, de coloração bege, semelhante a argamassa, solta, coberta pela [U.E. 16] e assente na [U.E. 13].

[U.E. 16] - Unidade de derrube de pedras de média dimensão, com terra de coloração castanha, medianamente solta. Assenta na [U.E. 13] e na [U.E. 15] e é coberta pela [U.E. 2] e pela [U.E. 6].

[U.E 17] - Muro localizado na área Sudeste da sondagem, constituída por pedras de média dimensão, toscamente afeiçoadas. Confina com o Muro [U.E. 9], ao qual encosta e é coberto pela [U.E. 1].

[U.E 18] - No interior da estrutura semicircular, após a remoção da [U.E. 12], junto ao muro mais elevado, foi possível detectar um alinhamento de pedras, de grande dimensão. Confina com a [U.E. 6] a Oeste e assenta na [U.E. 19].

[U.E. 19] - Após a remoção da [U.E. 6], no interior da estrutura semicircular, detectámos uma camada de terra de coloração castanha clara, muito compacta, com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão e telhas de meia cana muito fragmentadas. É semelhante à [U.E. 13], com escassos materiais arqueológicos, coberta pela unidade anterior e assente na [U.E. 20].

[U.E 20] - Camada de terra de coloração castanha clara, no interior da estrutura semicircular, com menos pedras que a unidade anterior, medianamente solta e com escassos materiais arqueológicos. É coberta pela [U.E. 19] e pela [U.E. 9]. Apresenta elevada semelhança à [U.E. 14].

[U.E 21] - Fundação de muro, localizado na área central da sondagem, assente sobre a [U.E. 13] e é coberto pela [U.E. 5]. Formado por pedras de média e de pequena dimensão, toscamente afeiçoadas, sendo a face Norte muito irregular. A ele encosta a [U.E. 17]. É paralelo à [U.E. 9].

Afloramento rochoso.

Sondagem 5. A sondagem foi marcada com 4x4m, implantada na área Oeste do povoado, junto ao pano de muralha, num local onde eram visíveis pedras de grande dimensão, sob o pano de muralha, possivelmente uma estrutura defensiva de um período anterior. Detectou-se a seguinte estratigrafia:

[U.E. 1] - Estrutura construída com pedras de grande dimensão, localizadas sob o pano de muralha.

[U.E. 2] - Camada de terra, correspondente ao coberto vegetal, de coloração castanha escura, com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão, possivelmente resultantes do derrube da muralha. Com uma coloração heterogénea e com elevada quantidade de raízes nesta camada foram detectados alguns materiais arqueológicos.

[U.E. 3] - Camada de derrube, formada com pedras de pequena e média dimensão, em elevada quantidade, possivelmente associadas ao derrube da muralha. Estas pedras encontram-se envoltas numa camada de terra de coloração castanha clara, com alguns materiais arqueológicos. Confina a Este com a [U.E. 4].

[U.E. 4] - Camada de terra de coloração castanha escura, medianamente solta, confinante com a [U.E. 3], encontra-se também sob a mesma, com menor quantidade de pedras que a anterior. Localiza-se na área Este da sondagem e na área central. Apresenta elevada quantidade de materiais arqueológicos.

[U.E. 5] - Camada de terra, de coloração castanha, localizada na área Nordeste da sondagem. Medianamente compacta, com escassas pedras e materiais arqueológicos. Cobre a [U.E. 6] e confina com a [U.E. 4] a Sul.

[U.E. 6] - Camada de terra, de coloração castanha, com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão, compacta, coberta pela [U.E. 4], encosta à [U.E. 5] e assenta no afloramento rochoso. Localiza-se na área Sudeste da sondagem.

[U.E. 7] - Camada de terra, de coloração amarela, localizada na área Nordeste da sondagem, semelhante a saibro. Encontra-se sob a [U.E. 5]. Medianamente solta, assenta no afloramento rochoso.

[U.E. 8] - Sob a [U.E. 3], na área Sudoeste da sondagem, surgiu uma camada de terra, de coloração castanha escura, quase negra, com elevada quantidade de materiais arqueológicos. Camada solta, assenta no afloramento rochoso.

Afloramento rochoso.

Sondagem 6. Sondagem implantada na área Sul do povoado, na zona Este da Porta Sul do sistema defensivo. Com uma orientação distinta das restantes, uma vez que foi necessário adaptar a sua marcação com a orientação do pano de muralha, que a delimitava a Sul. Esta sondagem foi realizada com 4m x 8m (Sentido Oeste-Este).

[U.E.1] - Cobertura vegetal, castanha escura, com elevada concentração de pedras soltas, de pequena e média dimensão (possivelmente o derrube da muralha),

heterogenia, com abundantes raízes. Apresenta escassos materiais arqueológicos. Assenta sobre a [U.E.2], a [U.E.3] e a [U.E.7].

[U.E.2] - Camada de terra de cor castanha muito escura, medianamente solta, homogénea, coberta pela [U.E.1], com elevada concentração de pedras de pequena dimensão. Entre os materiais arqueológicos salientamos escória, cerâmica comum, alguns objectos em ferro e alguns fragmentos de telha de meia cana. Cobre a [U.E.5], encosta à [U.E.4]

[U.E.3] - Derrube de muralha, com pedras de pequena e média dimensão, ao longo da muralha (à qual encosta), no lado SW da sondagem. Entre os materiais arqueológicos salientam-se: cerâmica comum, alguns fragmentos de telha de meia cana. Assenta sobre a [U.E.4].

[U.E.4] - Camada de terra semelhante à [U.E.2], mas com uma concentração mais elevada de materiais arqueológicos: cerâmica comum, fragmentos de telha (pouco numerosos) e muita escória. Esta camada, coberta pela [U.E.3], desenvolve-se no lado SW da sondagem, por baixo do derrube. Apresenta elevada concentração de pedras de pequena e média dimensão. Camada medianamente solta e homogénea, com presença de muitas raízes. Encosta à [U.E.2], cobre a [U.E.8], e cobre parcialmente a [U.E.5].

[U.E.5] - Camada de terra heterogénea, medianamente solta, de cor castanha, coberta pela [U.E.2] e a [U.E.4]. Apresenta um menor número de material arqueológico, escassas raízes e uma menor quantidade de pedras, quando comparada com as camadas anteriores. Encosta à [U.E.7] e à [U.E.9].

[U.E.6] - Pequena bolsa, na área central da sondagem e no canto SW, com alguma concentração de fragmentos de telha de meia cana, e escassa cerâmica comum. Encosta à [U.E.5] e é coberta pela [U.E.2].

[U.E.7] - Muro, localizado ao longo do perfil NE da sondagem. Coberto pela [U.E.1], encosta na [U.E.5] e na [U.E.9]. Apresenta como comprimento máximo: 3,80mts e largura máxima: 76cm. Composto por blocos graníticos (pequeno, médio e grande porte), não afeiçoados, encontra-se muito destruído, exibindo uma orientação NO/SE.

[U.E.8] - Camada de terra de coloração castanha clara, pouco compacta e granulosa, ao longo da muralha. Coberta pela [U.E.4], apresenta pedras de média e grande dimensão. Parece corresponder ao derrube do pano de muralha, com semelhanças com a [U.E. 3]. Encosta à [U.E. 5].

[U.E.9] - Bolsa de areia e saibro, junto ao perfil NE da sondagem, entre este e o muro ([U.E.7]). Não apresenta materiais arqueológicos. Encosta na [U.E.5] e na [U.E.7].

Sondagem 7. Sondagem localizada no interior do compartimento 6, abrangendo a área Sul do compartimento. Pretendíamos aferir a cronologia construtiva das habitações. Uma vez mais não foi possível efectuar a orientação a Norte, adaptámos a sondagem aos muros do compartimento.

[U.E.1] - Camada de terra de coloração bege, compacta, resultante do derrube de pedras existentes neste compartimento, com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão. Assenta sobre as [U.E. 2] e [U.E. 3].

[U.E.2] - Camada de terra de coloração castanha, solta, com telhas de meia cana em elevada quantidade, correspondente ao derrube da cobertura do compartimento.

[U.E.3] - Camada castanha, com elevada quantidade de pedras de pequena dimensão, solta, com elevada quantidade de raízes. Entre o derrube de telhas de meia cana surgem materiais arqueológicos, entre os quais um fragmento de faiança do século XVII e um fragmento de plástico.

[U.E.4] - Unidade correspondente a uma área de circulação, formada por saibro, de cor castanha clara. Coberta pela [U.E.3], assenta sobre o afloramento rochoso e a [U.E.5].

[U.E.5] - Camada de terra, de coloração castanha escura, granulosa, moderadamente solta, com presença de raízes, pedras de pequeno porte e manchas castanhas claras (saibro). que preenche uma fossa, de planta circular, localizada na área poente do compartimento, numa cota inferior ao nível de circulação. Esta unidade apresenta abundante material arqueológico (dos séculos XVII e XVIII, no qual se destacam fragmentos de faiança), misturados com ossos, cerâmica comum (de ir à mesa e de armazenamento), objectos em ferro (pregos), objectos em bronze (botão), uma conta de colar, fragmentos de vidro. Unidade que preenche a [U.E. 7].

[U.E.6] - Estrutura pétreia, composta por blocos graníticos, afeiçoados, de média e grande dimensão localizada na parede /perfil SO, numa cota ligeiramente superior ao nível de circulação (28cm). Coberta pela [U.E.1].

[U.E.7] - Fossa, de planta circular, localizada na área poente do compartimento, escavada no afloramento rochoso.

Sondagem 9. A fraca potência estratigráfica detectada na sondagem anterior levou-nos à realização de uma nova sondagem, desta vez encostada ao grande maciço

rochoso que delimita o povoado a Sudeste. A sondagem foi delimitada com 2x4m (sentido Norte – Sul), observando-se a seguinte leitura estratigráfica:

[U.E.1] - Camada vegetal, castanha escura, com presença de raízes, heterogénea, envolvendo escassos fragmentos de cerâmica comum e escória. Assenta sobre a [U.E. 2].

[U.E.2] - Camada de terra de coloração castanha escura, pouco compacta, heterogénea, com algumas pedras soltas, de pequeno porte. Presença de alguma escória e cerâmica comum, destacando-se fragmentos de faiança do século XVIII. Assenta sobre a [U.E. 3].

[U.E.3] - Unidade de saibro, resultante da desagregação do afloramento rochoso, localizada apenas em alguns pontos da sondagem. Ausência de material arqueológico. Assenta sobre o afloramento rochoso.

Sondagem 10. Um segundo ponto onde era necessário efectuar uma análise do estado de conservação do pano de muralha correspondia à área Nordeste do perímetro muralhado, num local onde parecia visível um aumento do pano de muralha em direcção a nascente, num período posterior, caracterizado por um distinto aparelho construtivo. Assim, definimos como local de abertura desta sondagem de diagnóstico a área de confluência dos dois panos de muralha. Com as dimensões de 3x4m (sentido Norte – Sul), uma vez mais adaptando-se à área de intervenção, nesta sondagem foi possível verificar a seguinte leitura estratigráfica:

[U.E.1] - Camada vegetal, castanha, heterogénea, com presença de raízes, parcialmente coberta com pedras do derrube da muralha. Presença de cerâmica comum e fragmentos de telha de meia cana, em escasso número.

[U.E.2] - Camada de terra castanha escura, pouco compacta com pedra pequena e média dimensão (em algum número), cerâmica comum e telha de meia cana (muito fracturada). Coberta pela [U.E.1], cobre a [U.E.3] e [U.E.4].

[U.E.3] - Alinhamento pétreo, constituído por pedras de médio e grande porte, com pedras de pequena dimensão no seu interior. Coberto pela [U.E.2]. Apresenta de comprimento 3,80m e de largura 1,40m.

[U.E.4] - Derrube da muralha, constituído por pedras de pequeno, médio e grande porte, não facetadas. Coberto pela [U.E.2].

[U.E.5] - Camada de terra castanha escura, compacta e granulosa. Presença de fragmentos de cerâmica comum e de telha (muito fragmentada). Coberta pela [U.E.4], apresenta elevada quantidade de material arqueológico, todavia descontextualizado,

encontrando-se misturados materiais aparentemente de cronologia medieval e cerâmica vidrada.

[U.E.6] - Unidade de saibro, correspondente à desagregação do afloramento rochoso. Assenta no afloramento rochoso, estéril de material arqueológico.

Afloramento rochoso.

Sondagem 11. Esta sondagem foi realizada no interior do compartimento 4, localizado na área Sul do povoado, nas proximidades da Porta Sul. Pretendia-se, uma vez mais aferir a cronologia construtiva dos edifícios localizados junto à Porta Sul do povoado. A orientação da sondagem foi realizada de acordo com o espaço interior do compartimento, detectando-se a seguinte análise estratigráfica.

[U.E. 1] - Camada de terra de coloração castanha clara/bege, com pedras de pequena dimensão, telhas de meia cana muito fragmentadas. Esta unidade encontra-se sensivelmente 10cm acima do nível da soleira. Assenta sobre a [U.E. 2].

[U.E. 2] - Camada de coloração castanha, arenosa, sob a anterior, com telhas de meia cana mais inteiras que na anterior. Entre os materiais arqueológicos destaca-se uma conta de colar azul. Coberta pela [U.E. 1] e cobre a [U.E. 3].

[U.E. 3] - Camada castanha, com pedras de pequena e média dimensão medianamente solta, com presença de algumas raízes. Presença de material arqueológico (cerâmica comum) e fragmentos de telha. Coberta pela [U.E.2], encosta à [U.E.4].

[U.E. 4] - Alinhamento pétreo. Estrutura quase à mesma cota do nível de circulação, na zona NE da sondagem, constituída por pedras de grande dimensão. Coberto pela [U.E.2].

[U.E. 5] - Camada de terra de coloração castanha escura, localizada na zona SO da sondagem, humosa e medianamente compacta. Presença de cerâmica comum, destacando-se um fragmento de faiança e cerâmica vidrada.

[U.E. 6] - Estrutura pétreo, na zona SO da sondagem, a 35cm abaixo do nível de circulação (da cota da soleira). Parte de uma estrutura mais antiga, anterior à construção deste compartimento. Assenta na [U.E. 5].

[U.E. 7] - Unidade de saibro, correspondente à desagregação do afloramento rochoso, marcada pela ausência de material arqueológico.

Afloramento rochoso.

Sondagem 12. Optámos ainda pela realização de duas sondagens na área nordeste do povoado, já no exterior do perímetro muralhado, uma vez mais no intuito de

definirmos algumas cronologias deste povoado. Assim, a sondagem 12 foi realizada numa plataforma, com 2x2m, observando-se a seguinte estratigrafia:

[U.E.1] - Camada vegetal, castanha, solta, com presença de raízes e algumas pedras de pequeno porte. Presença de cerâmica comum e alguns fragmentos de telha de meia cana. Cobre a [U.E.2] e a [U.E.3].

[U.E.2] - Camada de terra castanha escura, medianamente compacta, com presença de raízes, com fragmentos de telha de meia cana e algumas pedras de pequeno porte. Entre os materiais arqueológicos recolhidos destacam-se cerâmica comum, com características medievais, e objectos em ferro.

[U.E.3] - Unidade de derrube, composto por pedras de pequeno e médio porte, localizado ao longo do perfil Oeste da sondagem. Poderá corresponder ao derrube de alguma estrutura que se desenvolvesse nesta área, encostada ao afloramento rochoso. Coberta pela [U.E.1] e pela [U.E.2]. Presença de objectos em ferro, telhas de meia cana, cerâmica comum e de armazenamento. Cobre a [U.E.4].

[U.E.4] - Camada de terra castanha (ligeiramente mais clara que a [U.E.2]) medianamente solta. Presença de cerâmica comum e telhas de meia cana. Coberta pela [U.E.2] e [U.E.3], cobre a [U.E.5].

[U.E.5] - Camada castanha clara, argilosa, com presença de pedra solta, de pequeno porte, com cerâmica comum, de cozedura redutora, e telhas de meia cana, ossos, cinzas e carvões. Localiza-se no canto SE da sondagem. Coberta pela [U.E.4].

Afloramento rochoso.

4.2.2 - Espólio cerâmico

Como anteriormente exposto, no capítulo 1.3, exceptuando a Sondagem 8 e a Sondagem 11, e não tendo sido possível o exame dos materiais da sondagem 13, a análise das restantes onze sondagens permitiu a identificação de espólio cerâmico de cronologia medieval. Todavia, face aos vários processos pós-deposicionais que o Castro do Jarmelo sofreu, somente foi exequível estabelecer-se o NMI para os materiais cerâmicos provenientes das Sondagens 10 e 12. Subsequentemente, para as restantes sondagens apresentar-se-ão em seguida a descrição de todos os objectos cerâmicos que, com maior grau de fiabilidade, se enquadram dentro do contexto cronológico em estudo. Consequentemente, esta opção pode, e deve, errar por defeito o número total de

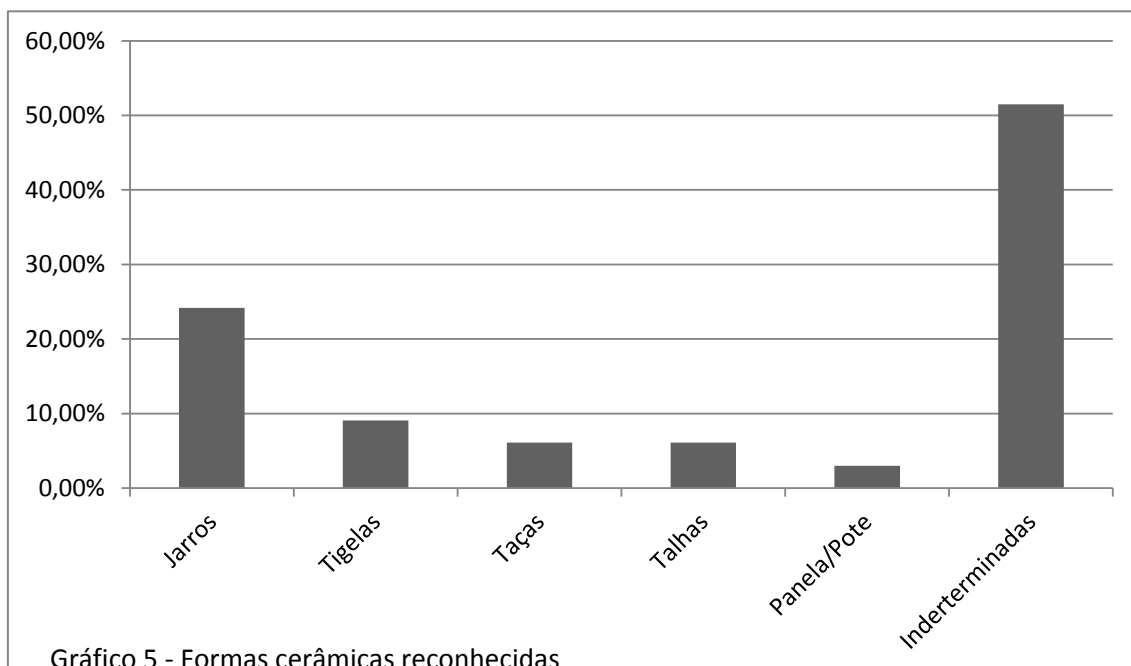
materiais de cronologia medieval, mas foi a opção metodológica que mais se adequou face ao tempo disponível e objectivos traçados. Não se apresentará o registo gráfico de todos os materiais, somente dos mais representativos (Anexo 8).

Na sondagem 1 identificou-se espólio cerâmico medieval nas UE2 (quatro ocorrências), UE3 (três ocorrências) e UE6 (vinte ocorrências), os quais se apresentam no anexo 8. Na sondagem 2 somente se reconheceram materiais cerâmicos medievais na UE2 (duas ocorrências). A análise do espólio da Sondagem 3 permitiu identificar materiais cerâmicos medievais na UE2 (seis ocorrências), UE4 (trinta e oito ocorrências), UE5 (uma ocorrência), UE6 (seis ocorrências) e UE7 (uma ocorrência). Na Sondagem 4 foi unicamente identificado material cerâmico de cronologia medieval na UE2. Na Sondagem 5 somente na UE2 se acharam dois elementos cerâmicos com cronologia medieval. Na Sondagem 6 foram reconhecidos materiais cerâmicos medievais nas UE2 (quatro ocorrências), UE4 (nove ocorrências) e UE5 (nove ocorrências). Na Sondagem 7, apenas se identificaram materiais cerâmicos de cronologia medieval na UE2. Na Sondagem 9 foram inventariados materiais cerâmicos medievais apenas na UE2.

Como anteriormente mencionado, embora se tenha procedido à contabilização do NMI na Sondagem 10 e Sondagem 12, tal tarefa não foi fácil de se realizar. Optou-se inicialmente por se estabelecer o NMI para cada uma das sondagens de forma individualizada uma vez que se realizaram em contextos diferentes, isto é, dentro e fora do perímetro amuralhado. Ainda que a sequência estratigráfica nestas sondagens não se encontre tão alterada como ocorre nas restantes sondagens anteriormente abordadas, existem estratos em que se misturam materiais de cronologia medieval e materiais de cronologia moderna. Por outro lado, o elevado estado de fragmentação não permitiu grandes correlações entre bordos, bojós e bases, não sendo assim possível reconhecerem-se a reconstituição total de nenhuma peça.

Na sondagem 10 o conjunto de peças inventariado é mais numeroso confrontado com as peças enumeradas na Sondagem 12, embora a percentagem de peças em que se conseguiu identificar a sua morfologia seja menor. O conjunto cerâmico (35 peças) é dominado por cerâmicas de mesa predominando os jarros (24,2%), que conjugados com as tigelas (9,1%), e as taças (6,1%) possibilitam esta primazia. Similarmente, em nenhum desta foi exequível a reconstituição total da respectiva forma, ainda que em alguns casos se compreenda qual seria a configuração geral. A maioria deste conjunto apresenta bordos de morfologia direita, mas também se reconheceram de morfologia

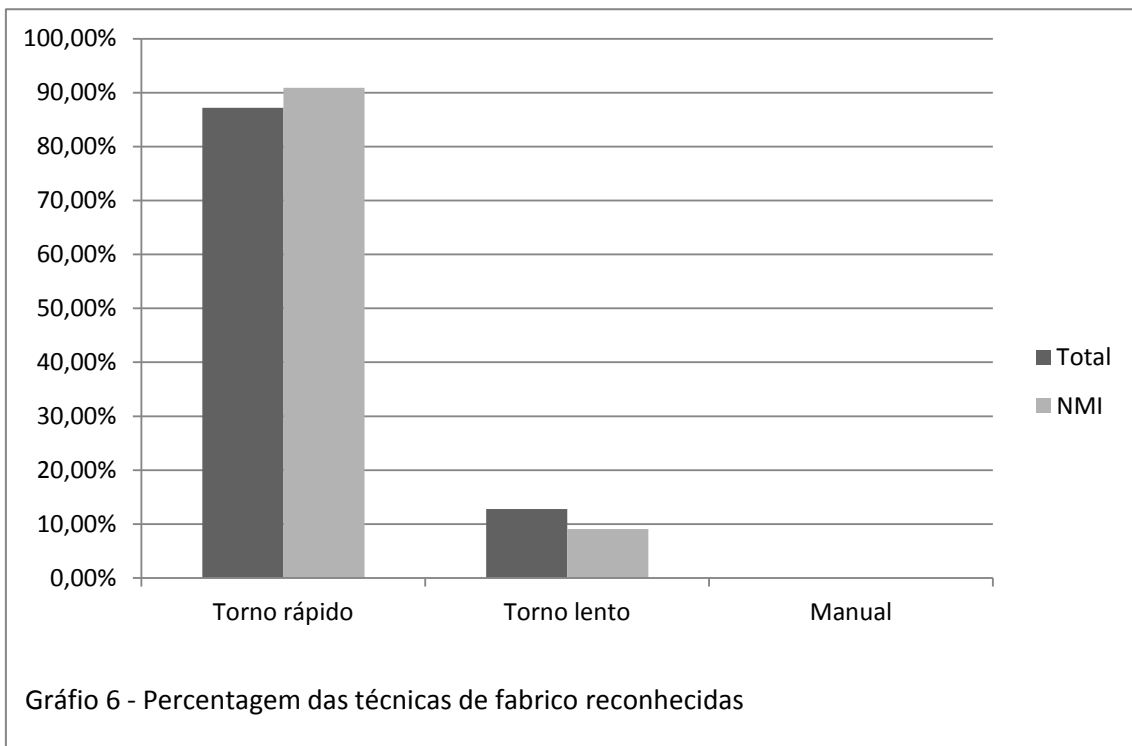
redonda e espessados externamente e/ou internamente. Em menor quantidade foi possível ainda a identificação de cerâmica de armazenamento, ou seja, talhas (6,1%). Foi ainda inventariado uma peça de cozinha – panela/pote o que corresponde a 3% do conjunto. Como já mencionado, também consequente do estado fragmentário do espólio, não foi possível reconhecer-se a forma da maioria das peças catalogadas (51,5%).



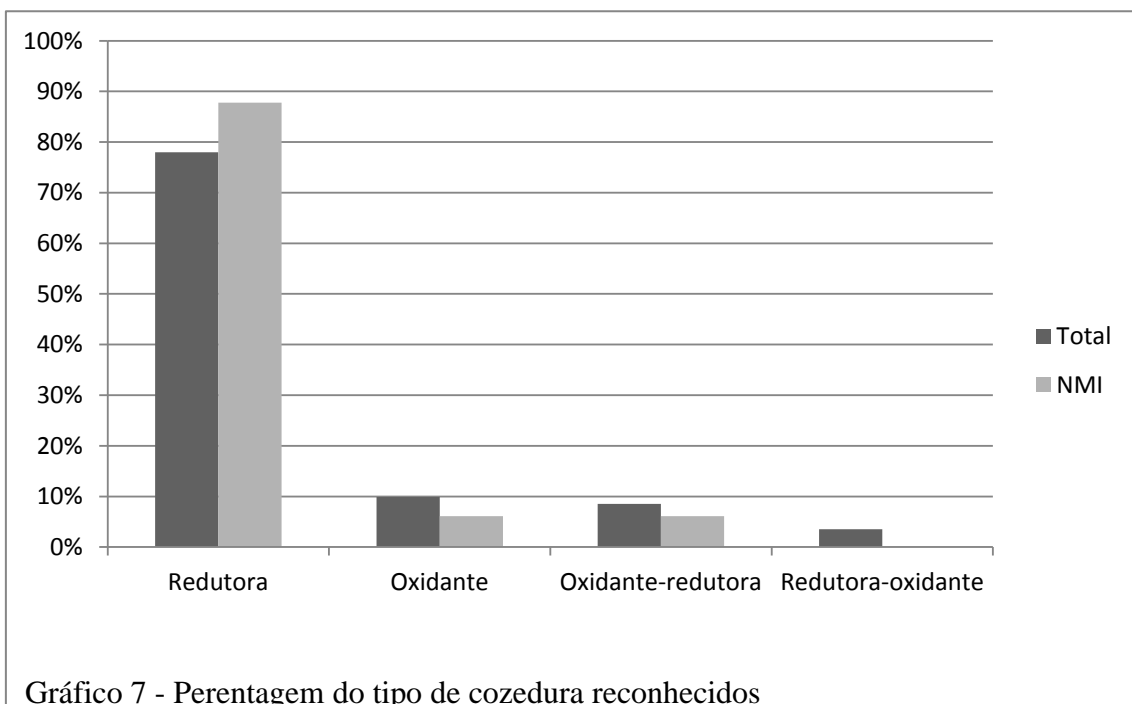
Identicamente, nesta sondagem, não foi viável determinarem-se conexões entre bases e bordos. Por este motivo somente é praticável mencionar-se que no conjunto de 24 bases recolhidas somente se reconheceram bases planas.

Referente à técnica de fabrico, tanto se se olhar o conjunto medieval no seu total como se puramente se se considerar ao NMI, predomina o fabrico a torno rápido 87,2%, e 90,9%, respectivamente. A torno lento a percentagem cifra-se no primeiro caso em

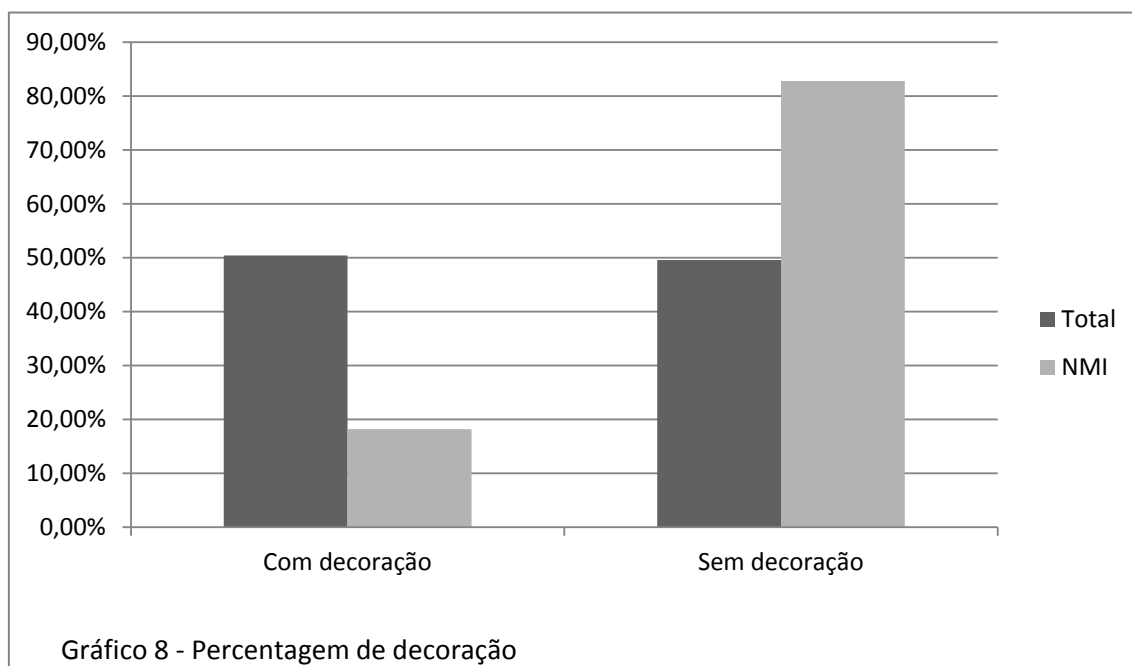
12,8%, e no segundo em 9,1%.



Quanto ao tipo de cozedura, seguindo-se a mesma perspectiva anterior, tendo-se em conta o conjunto num todo, predomina o tipo redutor (78%) seguido pelo tipo oxidante (9,9%), sendo que existem alguns casos do tipo oxidante-redutor (8,5%) e redutor-oxidante (3,5%). Se apenas se atender ao NMI, continua o predomínio do tipo redutor é ainda maior (87,8%), seguido pela de tipo oxidante (6,1%) e oxidante-redutor (6,1%), não se registando a presença de cozedura redutora-oxidante.

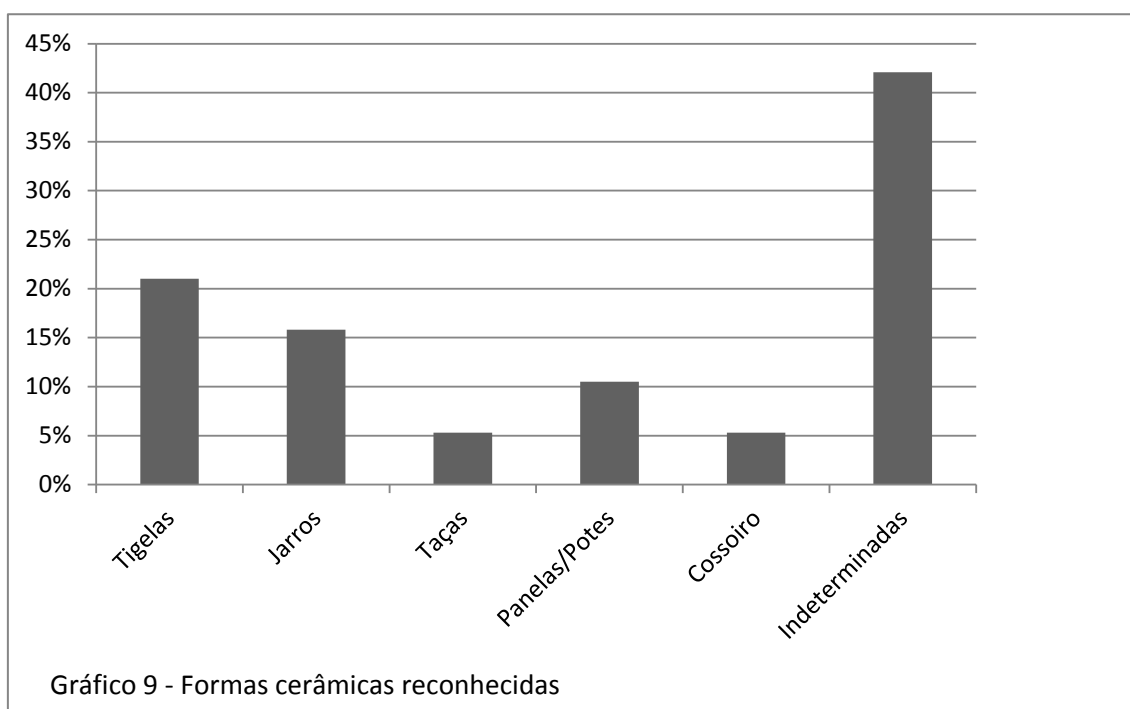


A percentagem de peças decoradas difere conforme a análise em questão. Isto é, se apenas se atender ao NMI, a utilização da decoração é bastante baixa (18,2%). Contrariamente se se atender ao total do conjunto, embora não se verifique em nenhum caso decoração no conjunto das bases, a percentagem atinge os 50,4%. Dominam as decorações constituídas por linha incisa horizontal, seguidas por linha ondulada e por punções. Existem alguns casos em que se conjugou mais que um elemento figurativo na decoração da peça.



Na sondagem 12 o conjunto de peças inventariado é bastante diminuto comparado com as peças recolhidas na campanha de 1998. O conjunto da olaria (20 peças) é dominado por cerâmicas de mesa predominando as tigelas (21%), que conjugados com os jarros (15,8%), e as taças (5,3) possibilitam esta preponderância. Em nenhum destas peças foi possível a reconstituição total da respectiva forma, ainda que em alguns casos se compreenda qual seria a configuração geral. A maioria deste conjunto apresenta bordos de morfologia direita, mas também se reconheceram de morfologia redonda e espessados externamente e/ou internamente. Em menor quantidade foi possível ainda a identificação de cerâmica de cozinha, ou seja, panelas/potes (10,5%). Foi ainda inventariado um cossoiro. Todavia, devido ao estado fragmentário do espólio, não foi possível reconhecer-se a forma de um elevado número

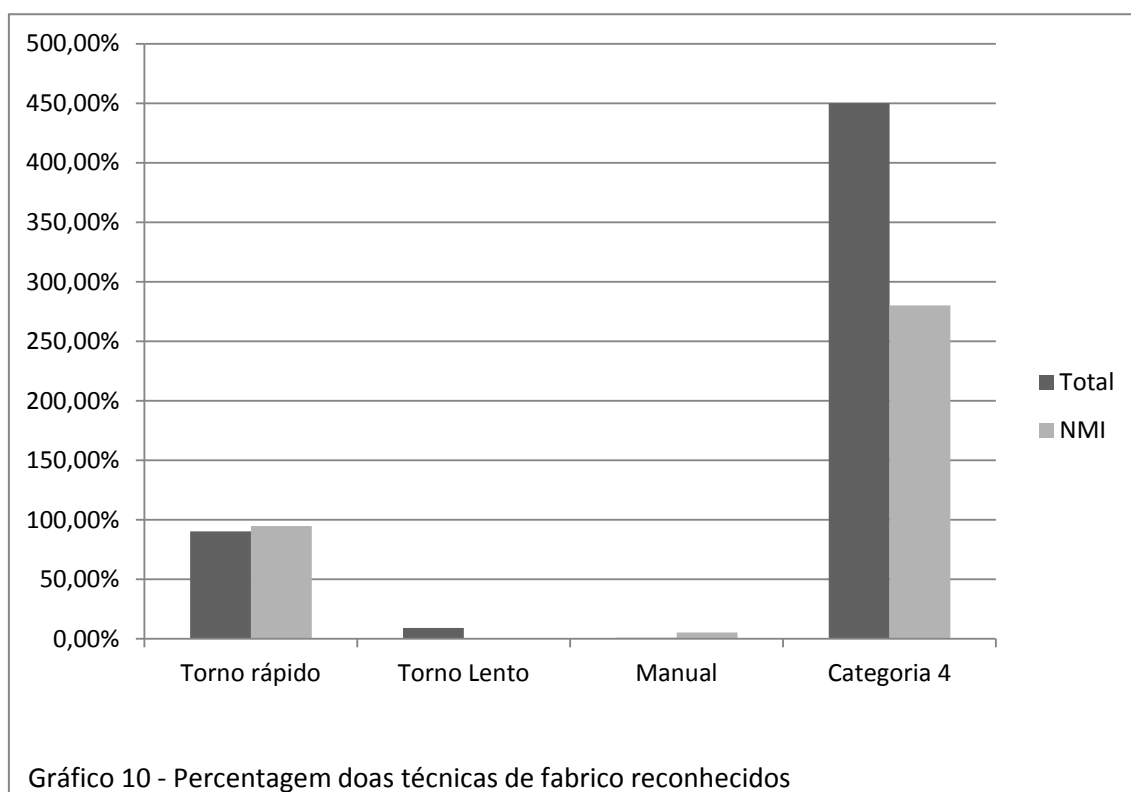
de peças (42,1%).



Como já referido, não foi exequível estabelecer-se correlações entre bases e bordos. Por este motivo somente é praticável mencionar-se que no conjunto de bases recolhidas (9 no total) apenas se identificou uma base em disco, de pasta branca, sendo o restante conjunto constituído por bases planas.

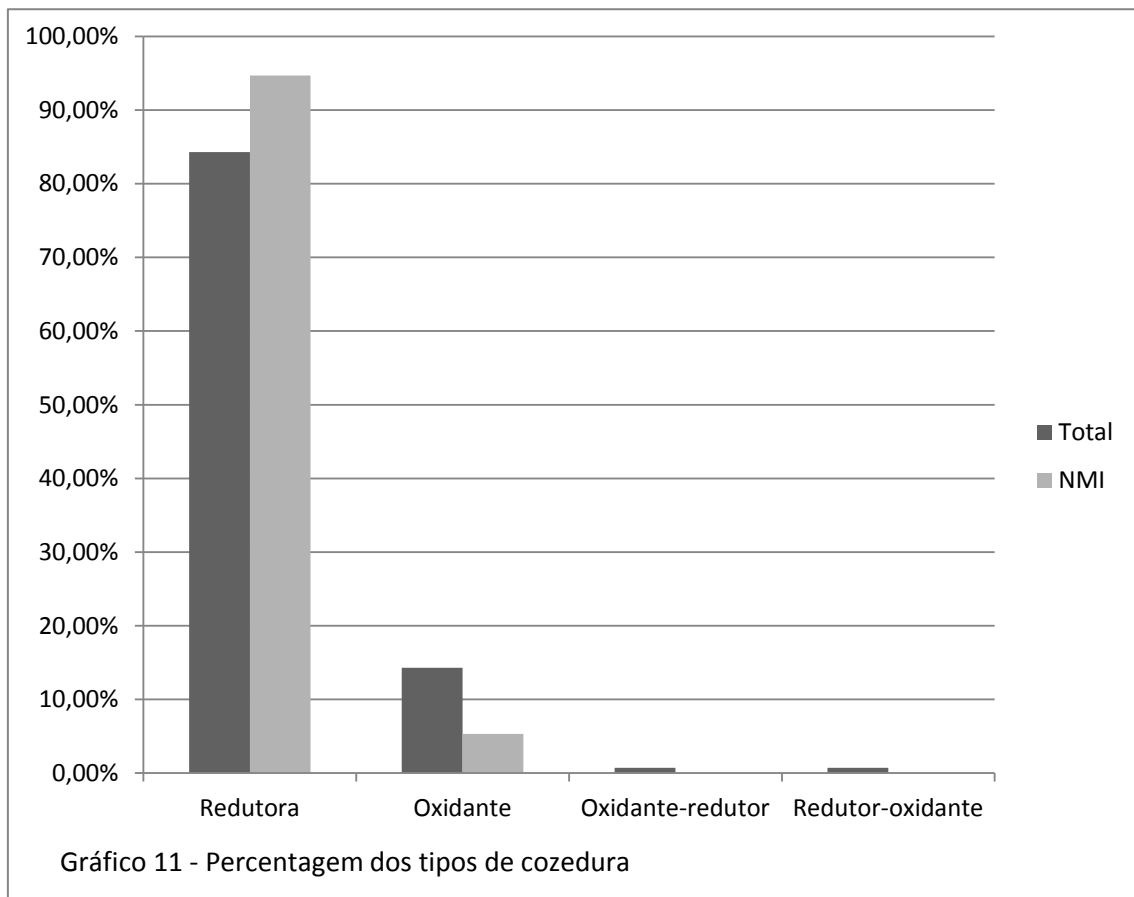
Referente à técnica de fabrico, tanto se se olhar o conjunto medieval no seu total como se exclusivamente se atender ao NMI, predomina o fabrico a torno rápido 90,3%, e 94,7%, respectivamente. A torno lento a percentagem cifra-se no primeiro caso em 9%, não estando presente no NMI. Constatou-se ainda o fabrico manual na concepção

do cossoiro, o que analiticamente corresponde a 0,7 % e 5,3%.



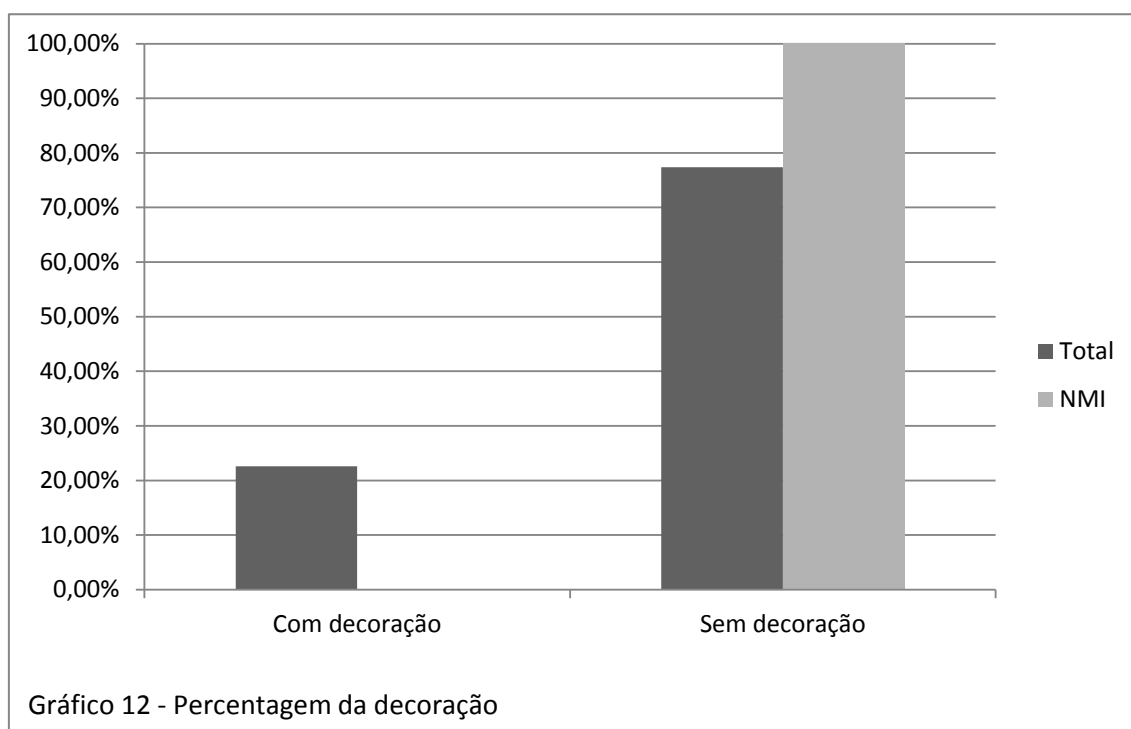
Quanto ao tipo de cozedura, seguindo-se a mesma perspectiva anterior, tendo-se em conta o conjunto num todo, predomina o tipo redutor (84,3%) seguido pelo tipo oxidante (14,2%), sendo que existem alguns casos do tipo oxidante-redutor (0,7%) e redutor-oxidante (0,7%). Se apenas se atender ao NMI, continua o predomínio do tipo redutor é ainda maior (94,7%), seguido pela tipo oxidante (5,3%), não existindo

representatividade nos dois restantes tipos de cozedura.



A percentagem de peças decoradas difere conforme a análise em questão. Isto é, se apenas se atender ao NMI, a decoração é inexistente. Contrariamente se se atender ao total do conjunto, embora não se verifique em nenhum caso decoração no conjunto das bases, a percentagem atinge os 22,6%. Dominam as decorações constituídas por linha incisa horizontal, seguidas por linha ondulada e por punções. Para além de outras formas de decorações que se encontram descritas, existem alguns casos em que se

conjugou mais que um elemento figurativo na decoração da peça.



Apesar de registarem materiais cerâmicos em toda a área do Castro do Jarmelo e em todas as intervenções arqueológicas realizadas, a sua maioria encontra-se descontextualizada o que dificulta a obtenção de cronologias. Deste modo a principal ilação mais pertinente, e segura, a ser retirada do estudo é a de que em todas as áreas do recinto amuralhado existe uma ocupação medieval.

Na Sondagem 10, a qual se localiza dentro do recinto amuralhado e junto a um troço de muralha, a grande maioria dos materiais cerâmicos proveio da UE5. Esta encontrava-se debaixo de uma unidade de derrube da muralha, o que selou este contexto. Porém, o derrube da mesma correu já após época medieval, e só assim se explica a identificação, por Vitor Pereira (2008), de materiais cerâmicos de cronologia moderna. Quanto aos materiais medievais encontram-se paralelos tipológicos com espólio medieval dos séculos XIII a XIV, exumados na Guarda (PEREIRA, et al, 2008) e em Santa Cruz de Vilariça (RODRIGUES e REBANDA, 1998). O estabelecimento destas cronologias neste contexto pode proporcionar uma datação para a edificação deste troço de muralha. Ou seja, deverá ter sido edificado entre os séculos XIII e XIV, sofrendo um abandono já em período moderno, o que explica os materiais mais recentes.

Quanto à zona da sondagem 12, a qual se localiza a poucos metros a oeste da intervenção realizada em 1998, não possibilita uma correlação exacta com as conclusões que se extrapolam dessa intervenção. No caso do espólio da intervenção de 1998 não se registou a presença de materiais com cronologias pós-medievais, algo que ocorre na sondagem 12. Como já referido, o espólio da intervenção de 1998 encontra-se genericamente balizado entre os finais do século XII e o século XIV. No caso do espólio da sondagem 12, para além de estarem presentes materiais com paralelos morfológicos enquadráveis neste período de tempo, a baliza cronológica é mais dilatada chegando a época moderna. Por outro lado, igualmente se pode recuar alguns materiais, embora com bastantes reservas, para finais da Alta Idade Média, no que concerne a duas bases. É possível estabelecer paralelos com espólio cerâmico da região do Alto Mondego (TENTE, 2010) datado do século IX/X com balizas cronológicas situadas no final da Alta Idade Média. Infelizmente estes materiais encontram-se descontextualizados pois provêm de uma camada que se sobrepõe a outra onde se recolheram materiais pleno medievais.

4.2.3 - Espólio metálico

A intervenção de 2007-2008 possibilitou similarmente a recolha de alguns artefactos metálicos. Porém, nesta investigação, somente foram alvo de estudo os materiais metálicos provenientes das Sondagens 10 e 12. Esta escolha ocorre pelo facto, já anteriormente abordado, de que são as únicas que razoavelmente conservam contextos estratigráficos de época medieval, nomeadamente espólio cerâmico da época em análise.

Na Sondagem 10 foi recolhido espólio metálico nas UE5, constituído por dois cravos, uma barrinha de ferro, um pequeno fragmento de ferro, uma barrinha de ferro cilíndrica, uma provável agulha para prender cabelo e um resto de escória de pingo.

Na sondagem 12 recolheu-se materiais metálicos na UE1 e UE2. No primeiro caso trata-se de um cravo, um prego e uma pequena chave. Este último elemento apresenta características que, segundo Mário Barroca (2012), se enquadram no tipo mais utilizado na Idade Média, concretamente entre os séculos XII e XIII. Ou seja, palhetão alinha-se segundo o eixo da peça, de morfologia geométrica relativamente elementar, em que a pega, circular, apresenta igualmente uma forma simples. Por outro

lado, na UE2, foram recolhidos três cravos, um prego, duas barrinhas de ferro, e um possível fragmento de fíbula.

Como se sabe “*Na Idade Média, onde existisse um núcleo populacional haveria um ferrador e/ou um ferreiro.*” (DUARTE,1995, pág.99). Tendo em conta o presente espólio, e conjugando com o espólio metálico recolhido na campanha de 1998, é notório que esta premissa se adequa ao sítio em estudo. Todavia, a existência de tais artesãos não indica que se estaria invariavelmente na presença de minas de ferro (DUARTE,1995; PLANAS, 2008), uma vez que a redução dos óxidos de ferro ocorria junto dos locais de extracção, em fornos, geralmente junto a cursos de água. Só posteriormente a esta redução é que o mineral seleccionado era transportado para as ferrarias. Estas costumavam situar-se dentro ou em zonas adjacentes a núcleos urbanos, estabelecimentos paroquiais, monásticos, ou em zonas rurais perto de recintos amuralhados (PLANAS, 2008). No sítio em estudo não se identificou nenhuma estrutura que indicia-se a função de ferraria, nem a existência de nenhum forno de fundição. Porém, um pouco por todas as sondagens realizadas encontram-se restos de escórias de pingo, mas com maior incidência na Sondagem 6, e na zona envolvente a esta. Como já demonstrado no capítulo 2.1, a siderurgia deveria possuir um elevado grau de presença e importância socio-económica neste sítio, uma vez que o monarca D. João I, ao fazer doação do Jarmelo, em 1384, pormenoriza a existência de ferrarias, as quais inclui nesta dádiva (DIAS, 2004).

No estado actual da investigação não é possível avançarem-se mais dados, sem se entrar em especulações. Apenas é relevante referir-se a existência, na região de um outro povoado, Sabugal Velho, em que o trabalho metalúrgico é um dos vectores da sua existência (SILVA, 2001). Neste povoado, com uma ocupação final entre os séculos XII e XIII, foi identificada uma ferraria, descobrindo-se um forno, e determinado espólio metálico.

4.2.4Espólio numismático

A campanha realizada em 2007-2008 permitiu a recolha de um considerável espólio numismático (22 moedas) proveniente, na sua maioria, das sondagens arqueológicas e alguns recolhidas, sem contextos, em caminhos de acesso ao povoado.

Exceptuando os numismas que, pelo seu elevado grau de desgaste e/ou oxidação, não permitem uma leitura fiável, e os ceitis, por se tratarem de uma das “*moedas mais características da numária da época moderna e que já pouco tem a ver com a numária própria da Idade Média*” (MARQUES, 1996, pág.144), o conjunto medieval cifra-se em 9 moedas. Por este motivo serão estes os que se encontram descritos no anexo 9.

5 - As Igrejas do Castro do Jarmelo – São Pedro, São Miguel, Santa Maria

Actualmente, das três igrejas já reconhecidas na documentação de época medieval, somente duas se encontram ainda edificadas, São Pedro (fig.5, Anexo 2) e São Miguel (fig.6, Anexo 2). Segundo a tradição local, a terceira, a de Santa Maria, foi desmantelada para aproveitamento dos seus silhares na construção de uma nova igreja erigida na aldeia da Castanheira, outrora pertencente ao termo da vila do Jarmelo. Por esta razão, da igreja medieval não se reconhecem no terreno vestígios edificadas. Porém, durante esta investigação, foi possível o reconhecimento de alguns vestígios que podem estar relacionados com a desaparecida igreja. Estes serão alvo de uma abordagem mais pormenorizada mais à frente nesta investigação.

As actuais igrejas de São Pedro e São Miguel, as quais continuam presentemente a ser sede das paróquias com os mesmos nomes, sofreram ao longo dos séculos algumas remodelações que lhes transformaram o seu traçado medieval original. Derivado deste facto, as mesmas não apresentam, actualmente, características arquitectónicas medievais visíveis. Porém, as fontes históricas permitem atestar o passado medieval destas três igrejas, mais concretamente a partir da primeira metade do século XIII.

No caso da Igreja de São Pedro, a documentação dá a conhecer o seu fundador, um cónego do Cabido da Sé do Porto, Pedro Fernandes. O clérigo que afirma ter construído esta igreja às suas expensas, doou-a, em Julho de 1239, ao bispo do Porto, (SILVA, 2006). Nova menção a esta igreja ocorre no rol das igrejas de 1320, como pertença do bispado da Guarda, pagando 80 libras de dízima. Valor que ascendeu a 150 libras no ano de 1336, montante destinado ao patronato régio (BOISSELLIER, 2012).

Quanto à igreja de S. Miguel, aparece documentada, também na primeira metade do século XIII (GOMES, 1981). Encontrava-se, à época, na posse do bispo de Viseu, mas foi reclamada pelo bispo da Guarda, D. Martinho Pais. Passaria para o prelado do bispado egitanense por decreto papal de Inocêncio IV em 1249 (IDEM). Tal como a anterior figura igualmente no rol das igrejas de 1320, pagando a quantia de 100 libras de dízima, valor que aumentou para 150 libras no ano de 1336, importância reservada ao patronato régio (BOISSELLIER, 2012).

No que respeita à desaparecida igreja de Santa Maria, esta figura também na querela, anteriormente referida, entre os bispos de Viseu e da Guarda. Volta a ser

mencionada no rol das igrejas de 1320, tributando 100 libras de dízima, valor que duplica em 1336.

A criação destas igrejas paroquiais enquadra-se no contexto da repovoação encetada na região a partir da década de 60 do século XII. Segundo Iñaki Martín Viso (2008) “*La repoblación conlleva la afirmación de las estructuras diocesanas, que encuadran a las poblaciones utilizando como relato legitimador el traslado de antiguas sedes (Egitania y Caliabria) a los nuevos centros de poder dependientes de la monarquía (Guarda y Ciudad Rodrigo).*” (Idem, pág.108). De forma a ordenar este enquadramento, o qual ocorre desde as principais vilas concelhias, foi necessário um esforço de criação de igrejas paroquiais, processo que estava finalizado em 1320, quando se compila a lista de paróquias portuguesas (IDEM).

5.1 - Vestígios arquitectónicos da desaparecida Igreja de Santa Maria

Numa das deslocações ao Castro do Jarmelo efectuou-se uma visita à zona onde a toponímia, e a presença de uma sepultura escavada na rocha, indiciam a localização da desaparecida igreja de Santa Maria. Esta deslocação fora motivada pela notícia recolhida durante a investigação bibliográfica da existência de três estelas medievais, embora, à data, apenas fora possível a recolha de uma delas (FONSECA, 1951). Infortunadamente não foram detectadas as outras estelas referidas. Porém, a prospecção do terreno permitiu a recolha e registo de alguns elementos arquitectónicos que poderão pertencer ao templo cristão citado.

Numa zona de afloramento granítico foi achado um aglomerado de blocos graníticos de média dimensão aparelhadas e com marcas de afeiçoamento (fig.32, Anexo2). Algumas destas marcas (fig.33, Anexo2) são claros entalhes para os batentes de portas. Deste modo, pelas morfologias apresentadas, poderiam pertencer ao sistema de portas da igreja.

Igualmente foi registado a existência de um grande muro com orientação oeste-este constituído por pedras graníticas de pequena dimensão e não aparelhadas. A sua grande dimensão, que destoa comparada com os muros de delimitação das propriedades existentes nas imediações, aliada ao facto de que a tradição popular situar, naquele terreno, a proveniência da tampa de sepultura que se encontra junto da Sepultura nº1, podem apontar para a sua correlação com a igreja citada.

Como se depreende, através destes vestígios não é possível auferir-se uma correlação indubitável com a igreja, nem o estabelecimento de cronologias. Todavia, a descoberta de um fragmento de ajimez (fig.34 Anexo2) na mesma zona possibilita o avançar de novas hipóteses e cronologias.

5.1.1 - Ajimez

Antes da análise concreta sobre o ajimez encontrado é peremptório realizar-se uma breve análise sobre esta manifestação arquitectónica de forma a um melhor enquadramento histórico-arquitectónico. O ajimez, enquanto peça arquitectónica constituída por um monólito rasgado por arcos peraltados ou ultrapassados, foi uma forma utilizada para iluminar os lugares interiores dos monumentos, substituindo a utilização de frestas. Quanto à sua origem, os dados mais antigos (segunda metade século IX), apontam para uma origem muçulmana (BARROCA, 1990). Porém, foi a arquitectura asturiana quem mais aplicou este elemento arquitectónico na construção dos seus monumentos, aceitando a influência arquitectónica vinda do Sul islâmico. *“Ele não aparece, ainda, no tempo de Afonso II mas, um século depois [reinado de Afonso III], a paisagem asturiana encheu-se com soluções muito parecidas”* (FERNANDES, 2008, pág. 31). Em Portugal o núcleo regional mais importante e representativo encontra-se no Entre-Douro-e-Minho (BARROCA, 1990). No entanto encontram-se registados ocorrências a sul do Douro, como em São Pedro do Sul (REAL, 2005), em Lourosa, Tondela (FERNANDES, 2008), em Vilares, Trancoso (FERREIRA, 2005) e (PERNARDAS, 2010) Vilar Maior, Sabugal (PERNARDAS, 2010; MAGRO, 2011), e em Soure (BARROCA, 1990; FERNANDES, 2005).

O fragmento de ajimez recolhido (fig. 34 e 35, Anexo2) encontrava-se igualmente nas imediações dos vestígios anteriormente referidos, no cimo de um penedo granítico, a servir de banco improvisado. Apenas se preserva a parte central, não tendo sido possível averiguar a existência na zona dos seus restos fracturados. Utilizou-se o granito local para se esculpir, apresentando actualmente 25 cm de altura, 20 cm de largura de base, e 23 cm de largura no topo. Na sua base é visível uma supressão circular, com 11 cm de diâmetro médio, a qual serviria para encaixe de uma coluna.

Há falta de outros indícios arquitectónicos e arqueológicos, é necessário o recurso a comparações com outros ajimez para se conseguir estabelecer um plausível

contexto arquitectónico e cronológico. Os exemplares que mais se aproximam esteticamente, do recolhido no Jarmelo, remetem-se ao ajimez de São Pedro do Sul (REAL, 2005) e ao ajimez da fachada principal da igreja pré-românica de Lourosa (FERNANDES, 2008). Tendo-se em conta Manuel Real (2005) que afirma ser relativamente segura a tendência de imitação das construções religiosas galaico-asturianas por parte das congéneres do sul do Douro até às faldas da serra da Estrela, aliado ao facto de que o ajimez de Lourosa revelar fortes analogias com os ajimez da igreja de San Salvador de Valdediós, mandada edificar por Afonso III (FERNANDES 2008), o ajimez recolhido no Jarmelo deverá possuir uma cronologia balizada entre o século IX e X. Sendo assim, será mais antigo do que o de Vilar Maior, datado do século XI (PERNADAS 2010; MAGRO, 2011).

Como brevemente referido no capítulo 8 a identificação desta peça arquitectónica indicia a presença de povoamento a meia encosta do lado ocidental do Castro do Jarmelo entre o século IX e X. Mais uma vez, e como se depreende das conclusões do capítulo 7, denota-se que não se estava perante uma região ermada. Todavia, esta descoberta pode começar a levantar, e contribuir, para novas questões. A edificação de um templo cristão nesta zona, que ainda não se pode afirmar como correspondente à igreja de Santa Maria documentada no século XIII (GOMES,1981), à qual o ajimez pertenceria, remete para uma grande influência do mundo asturo-leonês nesta região. Segundo Paulo Fernandes (2008), as conquistas de Afonso III e seus mais directos sucessores transporiam, em muito, o rio Mondego chegando até ao rio Tejo. De igual modo na parte ocidental da Serra da Estrela, Manuel Real (2005) tem indicado a possibilidade de o mesmo monarca ter conquistado e integrado Idanha-a-Velha na esfera de controlo do poder asturiano. O mesmo autor (2005) admite a influência asturiana na arquitectura da Igreja de São Pedro da Capinha (Fundão), situada no trajecto entre Viseu e Idanha. Estes exemplos atestam a influência do mundo asturo-leonês numa região que a historiografia tradicional remetia para um plano secundário. Porém, esta influência não seria feita de uma forma directa, como refere Manuel Real: *“Embora a Beira Interior nada tenha a ver com o que se passa em Coimbra e mais a sul, irá haver uma certa triangulação com esses centros através da arte erudita dos condes portucalenses...”* (IDEM, pág. 284). A ainda pouco abundante, e dispersa, historiografia sobre as elites condais portucalenses não permite averiguar-se quem, como e o porquê da presença, ou influência, de uma elite condal na zona em estudo. Um inicial contributo para a historiografia das elites condais portucalenses é dada por

Manuel Real (2005) para a cidade de Viseu. Este autor projecta um quadro vincadamente asturo-leonês para Viseu, atribuindo-lhe um estatuto de capitalidade no Ocidente Peninsular, entre os finais do século IX e inícios do X, proveniente da sua localização geoestratégica de cruzamento de vias e ao estabelecimento de uma corte regional pelo revoltoso e exilado irmão de Afonso III. Consequência do complexo enleado de relações familiares evidenciadas por este autor, Paulo Fernandes (2008) avança a possibilidade de Lourosa ter sido um dos resultados da deslocalização de parte da corte para outras regiões. Poderá este fenómeno de deslocalização, analogamente, ocorrido para a região do Jarmelo? Ou estar-se-á perante uma das “*penelas et populaturas sunt in ipsa strematura...*” (BARROCA 2008-2009, pág. 208) referidas na doação da condessa D. Flâmula ao mosteiro de Guimarães em 960?

No estado actual de conhecimentos ressaltam mais questões do que respostas sobre a temática que o ajimez do Jarmelo levantou, esperando-se que futuramente novos dados, quer historiográficos quer arqueológicos, permitam a resposta às questões que se levantaram.

5.2 – O mundo funerário

5.2.1 – As sepulturas escavadas na rocha

Actualmente são conhecidas três sepulturas escavadas na rocha no local em estudo. Estas encontram-se, duas delas, junto à Igreja de S. Pedro, e a terceira perto do local onde se ergueria a desaparecida Igreja de Santa Maria.

Como já anteriormente mencionado, a primeira referência a uma destas arquitecturas fúnebres é dada por Martins Sarmento, durante a Expedição Científica à Serra da Estrela no ano de 1881, que inclusivamente regista-a através de um esboço. Trata-se da sepultura que se encontra a ladear, a norte, a Igreja de S. Pedro. Somente na década de 50 do século XX, aquando do rearranjo do perímetro do cemitério da Igreja de S. Pedro, se noticia a existência de outra sepultura situada no lado sul da igreja referida (FONSECA, 1951). A terceira sepultura, embora conhecida pela população local há muitos anos, só foi alvo de referência bibliográfica muito recentemente (PEREIRA, 2003).

O levantamento gráfico das três sepulturas foi realizado em 2003 pelo Gabinete Técnico local de Arqueologia da Câmara Municipal da Guarda, no âmbito do estudo encetado pelo arqueólogo Vitor Pereira que culminou no artigo supramencionado. Derivado do elevado rigor científico, são utilizados neste trabalho os dados e os desenhos coligidos pelo autor, que amavelmente os cedeu para esta investigação, os quais se exporão em seguida.

A sepultura situada no lado Norte da Igreja de S. Pedro, denominada como Sepultura 1, enquadra-se na tipologia das sepulturas antropomórficas, encontrando-se orientada a 302°. Possui um comprimento máximo de 1,64 m e largura máxima, ao nível dos ombros, de 0,48 m. A cabeceira é de arco ultrapassado, apresentando 0,20 cm de comprimento. Embora na sua imediação exista uma tampa de sepultura, esta não seria correspondente, uma vez que a sepultura não aparenta possuir encaixe para tampa. Para a mesma conclusão pesa a informação dada pela população local de que o número de tampas de sepultura, que se encontravam no local, seria maior (embora não quantificado) e tendo como proveniência o antigo, e desaparecido, cemitério da Igreja de Santa Maria.

Respeitante à sepultura do lado Sul da mesma igreja, referenciada como Sepultura 2, igualmente se trata de uma sepultura antropomórfica, encontrando-se orientada a 293°. Ostenta 1,74 m de comprimento máximo, e 0,44 cm de largura máxima ao nível dos ombros. A cabeceira é de arco de volta perfeita, possuindo 0,22 m de comprimento. Igualmente na sua imediação se encontra uma tampa de sepultura que não tem correspondência com a sepultura, pois esta não apresenta encaixe para tampa. Esta terá a sua proveniência do cemitério de S. Pedro, após o já mencionado rearranjo da década de 50 do século XX (FONSECA, 1951).

Quanto à sepultura situada perto da desaparecida Igreja de Santa Maria, designada por Sepultura 3, identicamente se trata de uma sepultura antropomórfica, com uma orientação de 290°. Tem de comprimento máximo 1,60 m e de largura máxima ao nível dos ombros 0,44 m. A cabeceira é de arco peraltado, possuindo 0,24 cm de comprimento. Não aparenta ter possuído encaixe para tampa.

No decorrer desta investigação foi prospectada a zona envolvente do povoado, não se tendo registado a ocorrência de mais nenhuma sepultura rupestre, nem de outra forma de manifestação fúnebre medieval. Embora pese este facto, não se pode excluir a outrora existência de mais sepulcros rupestres em conexão com as igrejas existentes. Note-se que os templos cristãos, documentados já no século XIII, foram alvo de

modificações arquitectónicas ao longo dos séculos, e de intervenções nos adros no século XX (abertura e pavimentação de acessos e estradões, calcetamento dos adros), o que poderá ter ocultado estes vestígios sepulcrais.

Relativamente à cronologia destes sepulcros Vitor Pereira (2003), embora ressalve a difícil e complexa datação cronológica destes enterramentos sem espólio associado, avança que “...podemos referir que tendo em atenção o antropomorfismo e a orientação Oeste/Este podem ser consideradas tardias, do século XI-XII, possivelmente do século XI...” (IDEM, pág.12). O mesmo autor refere, posteriormente, que as Igrejas de São Pedro e Santa Maria “... implantaram-se sobre e nas proximidades (respectivamente) de anteriores necrópoles de sepulturas escavadas na rocha...” (IDEM, pág.13). Porém, tendo em conta os estudos sobre este tipo de manifestações funerárias elaborados para o Entre-Douro-e-Minho (BARROCA, 1987) e para o Alto Mondego (TENTE, 2010), será mais verossímil afirmar-se que, cronologicamente, devem ser contemporâneas da época de implantação das Igrejas mencionadas. Nesse caso, e face à falta de vestígios arquitectónicos medievais, somente se pode avançar como uma proposta cronológica, através das fontes escritas, na primeira metade do século XIII, para as sepulturas que ladeiam a Igreja de S. Pedro, podendo a sepultura de St.^a Maria possuir um cronologia mais recuada, século IX/X, face à já referida existência de um ajimez na zona em questão.

5.2.2 - Estelas funerárias

O conjunto de estelas discóides alvo deste estudo cifra-se num total de 12 (Figs. 1 a 12, Anexo10). Este conjunto subdivide-se em três, que correspondem aos núcleos pertencentes a cada uma das igrejas. De ressaltar que nenhuma foi identificada *in situ*, o que inviabiliza o estudo do seu contexto original. Este fenómeno é aliás bastante recorrente, o que leva José Menchón a referir que “*apesar que en la actualidad disponermos de um amplo elenco de estelas funerarias medievales y modernas en la Península Ibérica, las piezas que procedem de contextos arqueológicos son muy pocas cuantitativa e percentualmente...*” (2002, pág. 654).

No cemitério da Igreja de S. Pedro foram identificadas dez estelas discóides, semi-enterradas que se encontravam deslocalizadas e que haviam sido dispostas ao longo do corredor central, que atravessa o cemitério no sentido este-oeste. Esta

disposição resultou do arranjo, que visou o alargamento do recinto funerário ocorrido na década de 50 do século XX. Testemunhos orais recolhidos (PEREIRA, 2003) relatam que o conjunto seria numericamente mais elevado, tendo algumas das estelas, em número indeterminado, sido levadas para Trancoso e para Castelo Branco. Igualmente à época foram encontrados sarcófagos (FONSECA, 1951), desconhecendo-se a sua actual localização.

Nas imediações da igreja de S. Miguel, numa plataforma de betão, de cronologia recente que se destina a suportar logisticamente as festividades em honra do orago, localiza-se mais uma estela discóide. Segundo os relatos da população local, a mesma terá sido recolhida no cemitério da igreja de S. Miguel. No estado actual dos conhecimentos não foi possível apurar se foram recolhidas mais estelas deste local. Tendo sido prospectada toda a área interior e exterior do cemitério, não deixa de ser curioso que não se tenha conseguido identificar mais nenhuma ocorrência.

Quanto à estela que terá pertencido ao cemitério anexo à igreja de Santa Maria, a mesma encontra-se, presentemente, à guarda do Museu da Guarda. Segundo um relato da década de 50 (FONSECA, 1951), esta estela encontrava-se inserida num muro moderno, juntamente com mais duas, as quais não foram à época recolhidas. A localização deste muro encontra-se descrita como adjacente à suposta localização da igreja.

Para uma melhor compreensão do enquadramento das estelas é necessário compreender o local onde se inseriam. Os cemitérios cristãos de Baixa Idade Média situavam-se, preferencialmente, no exterior das igrejas, mais concretamente no seu adro. As sepulturas que as estelas assinalavam, normalmente eram orientadas no sentido nascente-poente, consistiam numa fossa aberta no solo que era depois coberta por um pequeno *tumulus*, de pedra e terra, ou apenas coberta por terra.

O que mais se destaca numa cabeceira de sepultura pétreia é a sua iconografia. Já Beza Moreira o destacou quando refere que “*A iconografia nas cabeceiras de sepultura é, sem dúvida, o aspecto mais relevante no estudo destes documentos.*” (1979, pág. 167). Porém, Cardim Ribeiro salienta que é “*...útil considerar antes o objecto como um todo, não apenas pois quanto aos motivos que ostenta mas também quanto à forma do respectivo suporte; e seguidamente, encarar o conjunto suporte/iconografia no âmbito do contexto histórico e cultural em que se insere...*” (2006, pág. 602). A iconografia das estelas do Castro do Jarmelo é marcada predominantemente pelas representações cruciformes, nomeadamente a cruz grega nas suas variantes. Registam-

se ainda, mas em menor número, outro motivo iconográfico, de uma representação astral.

Segundo Cardim Ribeiro (2006) a cruz grega é uma constante na iconografia paleocristã, mesmo quando inscrita numa moldura circular. Esta conjugação é frequente na arquitectura Tardo-romana e Altomedieval e perdura para a Plena Idade Média. Note-se que a cruz é o símbolo ícone do Cristianismo, tendo um alto valor apotropaico. A presença de outros motivos e de outras cruzes, surgem também na arquitectura e em suportes paleocristãos e medievais como monumentos epigráficos, elementos escultórios-arquitectónicos, e objectos e livros litúrgicos. Todavia, não são comuns em estelas medievais as representações astrais. No actual território português apenas se conhece uma estela em Silves na qual foram representados em conexão um sol e uma lua (GOMES, 2005). A lua, simbolizando a noite remete para a morte, por outro lado se se considerar o seu carácter feminino indicará a presença de um defunto do sexo feminino? Igualmente é necessário compreender que *“na Idade Média, dos eruditos aos vulgares religiosos vai um abismo, e um outro – porventura mais profundo – se cava entre estes últimos e o comum da população. Quando o símbolo se massifica, normalmente perde em significado aquilo que ganha em popularidade.”* (RIBEIRO, 2006, pág. 606).

Por outro lado, é de destacar que as igrejas às quais estavam associadas as estelas, também recorriam por si a estes símbolos na sua própria decoração. Deste modo *“Cremos que a estela funerária medieval cristã tem exactamente a sua origem directa neste contexto...”* (IDEM, pág. 602). Contudo, nas actuais igrejas adjacentes não são visíveis estes motivos.

6 - A arquitectura civil e a disposição planimétrica intra e extra muralhas

Mais uma vez, e como tem vindo a ser repetidamente referido, o conhecimento actual não permite ainda construir um verosímil quadro sobre a composição, e cronologias fidedignas, da morfologia urbana tanto intra-muralhas como extra-muralhas. Por outro lado, os processos pós-deposicionais, já previamente expostos, levaram a que se tenha igualmente perdido informação. Consequentemente apenas se tentará, em seguida, ensaiar um contributo para esta questão. Assim, é necessário inicialmente ter-se em conta as observações feitas por outros autores anteriormente (ALMEIDA, 1945; PEREIRA, 2003), não se tendo tido em conta as conclusões de Clara Portas (1979) por carecerem de rigor científico como ficou demonstrado no capítulo 2. Assim, a análise realizada iniciar-se-á primeiro pela morfologia intra-muralhas, e só posteriormente se comentará as estruturas extra-muralhas.

Quanto à morfologia intra-muralhas, o primeiro autor referido menciona a existência de restos de construções urbanas, que ainda conservavam “... *as paredes de pé, com os vãos das portas e janelas, e uma parte dos telhados.*” (ALMEIDA, 1945, pág. 98). O interior do recinto era rasgado, em toda a sua dimensão, por duas largas ruas perpendiculares uma à outra, as quais formavam uma grande praça no seu cruzamento. Uma delas atravessaria de nascente a poente o recinto, ligando as entradas que se abrem nos tramos da muralha a este e oeste, a qual é bastante reconhecível numa das fotos que o autor utiliza como ilustração. A outra “*partindo da base do cabeço do castelo, vem desembocar no lado sul, por uma porta de carro, no vasto terreiro da igreja de S. Miguel*” (IDEM, pág. 98) - note-se que esta última referência, encontra-se incorrecta, uma vez que se trata da igreja de São Pedro e não a igreja de São Miguel. Na mesma senda, Vitor Pereira (2003) evidencia a existência destas duas vias internas do povoado, que conduziriam a uma praça, formando uma malha de implantação planificada. Porém, não deixa de acautelar que “*o urbanismo intra-muros é actualmente de difícil caracterização face ao seu estado de abandono, denunciando alinhamentos de habitações, testemunhos de uma comunidade estruturada no interior da cerca.*” (IDEM pág. 13). Por fim, complementa que a tipologia organizativa tem paralelos com outros povoados fortificados regionais, dando o exemplo de Marialva, além de referir

igualmente que o fenómeno da construção de praças enquadra-se no século XIV, o que o leva a interrogar-se sobre uma possível organização urbanística anterior aquele século.

Resultante desta investigação pouco mais é possível acrescentar sobre a planimetria interna do povoado. Contudo é possível enunciar-se alguns novos dados para uma melhor percepção da realidade. Assim, é plausível referir-se que as estruturas arquitectónicas, localizadas junto à porta sul (mapa10, anexo1), e que parecem pertencer a uma habitação de grandes dimensões (palacete?), resultaram claramente de um plano urbanístico em que a muralha já não detinha um papel fulcral na organização e defesa do povoado. Esta seria mesmo desmantelada, sendo apenas visível o reaproveitamento de uma parte junto à entrada sul (fig.25, Anexo2). Tendo em conta que, segundo as fontes (GOMES, 1999; COELHO e MARUJÃO, 2010), existe o relato da (re)edificação das muralhas entre os reinados de D. Afonso V e D. João II, esta obra balizar-se-á já em Época Moderna. De igual modo, inferem os materiais cerâmicos recolhidos, durante a intervenção de 2007-2008, nas sondagens situadas nesta zona, os quais são maioritariamente de época moderna, havendo uma mínima presença de materiais medievais como se demonstra no capítulo 4. Por outro lado, no interior sudeste desta estrutura, e embora actualmente descontextualizadas, são visíveis partes de uma estrutura pétreo de canalização de água (fig.30, anexo2). Este facto aliado à existência de um grande bloco pétreo de feições circulares (fig.29, anexo2), e aos relatos da população local sobre a existência de um antigo poço atulhado de pedras, poderá indiciar a existência de uma cisterna nesta zona. A hipótese de presença de uma cisterna ou de poços no interior da vila, embora sem especificar a sua localização, já fora levantada por Vitor Pereira (2003). Porém, note-se que se trata de uma hipótese que carece de mais dados para ser fundamentada. A nível regional são conhecidos exemplos deste tipo de soluções para armazenamento de água, imprescindível em caso de cerco, como em Castelo Rodrigo (BARROCA, 2000) ou Vilar Maior (MAGRO, 2011). Por fim, e também situado nas imediações da entrada sul, servindo no presente como tampo de mesa, encontra-se um bloco pétreo de feições rectangulares que aparenta ter talhado, numa das suas faces, medidas-padrão (fig.31, anexo2). Apresenta como dimensões 96 cm de comprimento por 86 de largura, sendo que ostenta dois sulcos gravados de diferentes dimensões, um com 58 cm e outro com 96 cm. A não correspondência destas medidas com as diferentes medidas-padrão até agora conhecidas (BARROCA, 1992) conjuntamente com a existência de exemplos – Colegiada de Guimarães, Marialva, Redondo ou Monsaraz - em que se procedeu à utilização de dois ou três blocos pétreos

para compor a medida (IDEM) leva a que se constate a provável ocorrência desta solução no Jarmelo. Num mero ensaio hipotético, face às medidas apresentadas, poderiam estar representados o côvado (de 66 cm) e a vara (de 110 cm).

Quanto a vestígios arquitectónicos, e sua disposição planimétrica extramuralhas, o contributo do General João de Almeida (1945) é mais parco. Somente relata a existência de estruturas perto da igreja de S. Miguel, os quais apelida de construções castrenses lusitanas, de calçadas que davam acesso à povoação, de fontes de mergulho, das Igrejas e da Casa da Câmara. Contrariamente, Vitor Pereira (2003) faz uma análise mais elaborada sobre os arrabaldes que identifica, num total de três, avançando propostas sobre a sua origem e funcionalidade. Para este autor, estar-se-ia perante uma diferenciação social através do espaço em época medieval, processo que refere ser verificável também na Guarda. Para o autor tal processo não teria ocorrido por falta de espaço dentro das muralhas mas sim porque seria “...possível que nem todas as classes pudessem residir no interior da cerca, como os camponeses, procurando, todavia a sua protecção, instalando-se no seu exterior.” (IDEM,. pág. 13). Todavia, mesmo entre arrabaldes parece existir uma diferenciação. Nesta senda, o autor avança que no arrabalde sul se desenvolveu um importante núcleo, pela constatação da presença do edifício dos antigos Paços do Concelho. Por outro lado, afirma que, face à existência de um maior número de vestígios de escória no arrabalde oeste, se localizariam aí as actividades ligadas ao trabalho do ferro. Por fim, são mencionadas a existência de fontes de mergulho, assim como de calçadas que partindo da vila se ligam à rede de aldeias circundantes, embora em nenhum dos casos se avencem cronologias.

Face ao que foi enunciado, muito pouco pode ainda ser acrescentado, resultante da investigação que se encetou, sobre aos vestígios arquitecturais e sua disposição extramuralhas. Recorde-se que a intervenção arqueológica de 1998, e as sondagens 12 e 13 de 2007-2008, as quais ocorreram no exterior norte do recinte amuralhado, não permitiram identificar estruturas edificadas. Todavia a presença de telhas de cana, na sondagem 12, indicia a existência de edificações cobertas por estes materiais, mas é necessário ter-se em conta que se poderá estar perante depósitos secundários resultantes do elevado grau de declive da encosta. Pelo que se expôs, as observações, que se enumerarão em seguida, resultam de informações recolhidas junto da população local e de prospecções de terreno adjacentes ao exterior das muralhas, realizadas pelo autor, o que somente permite uma leitura fraccionada e limitada da realidade.

Assim, referente ao arrabalde Sul, é necessário referir-se a grande afectação da sua morfologia ao longo do século XX. O actual largo que se vislumbra era anteriormente constituído por campos agrícolas, os quais foram apropriados pela junta de freguesia de S. Pedro na década 80 do século XX, tendo sido removidas as terras para local incerto. Consequentemente, o conhecimento desta zona terá sido afectado irremediavelmente, bem como o potencial estratigráfico, uma vez que, actualmente, é visível o subsolo rochoso na maioria da área referida. Mais recentemente, entre o final da década de 80 do século passado e os inícios do século XXI, a construção do novo cemitério de São Pedro, da praça de touros e da nova sede da junta de freguesia de São Pedro do Jarmelo não usufruíram de acompanhamento arqueológico, sendo que equitativamente se terá perdido informações sobre o arrabalde sul. Assinala-se que, segundo relatos da população local, existiam ainda casebres derruídos onde actualmente se situa a praça de touros. Deste modo, não se reconhecem actualmente vestígios arquitectónicos, para além da Igreja de São Pedro, campanário e Casa da Câmara, que infiram para a origem e desenvolvimento deste arrabalde. Quanto a vestígios materiais, foram identificados dois fragmentos de vasilhame cerâmico por Vitor Pereira (1997), que aparentam possuir uma cronologia medieval. Porém, não foi possível o estudo destes materiais no decorrer desta investigação. Prospecções no terreno possibilitaram identificar materiais cerâmicos, de cronologia medieval e moderna, junto ao actual edifício da junta de freguesia de S. Pedro. Todavia, observou-se que o terreno onde se acham sofreu deslocações mecânicas de terra, o que impossibilita estabelecer uma zona de dispersão primária dos artefactos fidedigna.

Quanto ao arrabalde oeste, são ainda visíveis os vestígios de edificações referidos pelo General João de Almeida (1945), junto à igreja de São Miguel. Porém nada indicia que a sua cronologia seja a apontada por este autor. Igualmente, esta zona sofreu grandes modificações durante o século XX. Como se presenteia na fig.6 do anexo 2, nos inícios do século XX era ainda possível constatar-se a existência de mais edifícios, embora já em avançado estado de degradação. A prospecção do terreno envolvente não possibilitou o reconhecimento de materiais de cronologia medieval, embora sejam abundantes materiais de época moderna, como faianças. Identicamente foi possível identificar-se um pequeno edifício derruído, localizado entre a igreja de S. Miguel e o marco geodésico, o qual não foi possível de datar. Similarmente, adossados ao pano de muralha oeste, entre a densa vegetação, são perceptíveis alinhamentos de muros de casas. Quanto às duas fontes que se encontram neste arrabalde, não é possível

a atribuição de cronologias indubitáveis. No caso da fonte situada a oeste da igreja de S. Miguel, a sua cobertura foi feita através do reaproveitamento de elementos pétreos côncavos originários de um púlpito de igreja. Quanto à fonte de mergulho localizada a sul da mesma igreja, esta apresenta várias datas epigrafadas nas paredes laterais que vão desde o século XVII, a mais antiga de 1660, ao início do século XX, 1910, assim como representações cruciformes.

Respeitante ao arrabalde Este, também este sofreu alterações na sua morfologia derivado das práticas agrícolas, e da movimentação mecânica de terras para a abertura do acesso ao marco geodésico. Para além das informações, já mencionadas, referentes às intervenções arqueológicas na zona nordeste, a prospecção do terreno possibilitou a descoberta de materiais cerâmicos medievais e modernos provenientes de escorrimento de inertes na zona sudeste, assim como de uma estrutura pétreo circular. Para este último elemento apenas se pode avançar como meras suspeitas, ou seja, estar-se-á perante um moinho de vento ou um pombal? Respeitante à fonte de Santa Maria, embora Clara Portas (1979) a apresente como românica, no estado actual da investigação não é possível comprovar-se esta afirmação. Esta fonte foi alvo de restauro nos finais do século XX, nomeadamente na reconstrução total da cobertura em arco perfeito, podendo esta não corresponder à inicial morfologia. No seu interior, nos paramentos laterais, vislumbram-se algumas representações cruciformes, uma figura apotropaica e a data de 1769. Através desta data apenas se poderá avançar que esta fonte existiria, pelo menos, na segunda metade do século XVIII ou que sofreu nesta época alguma obra de reconstrução.

Em suma, como ficou indiciado ao longo deste capítulo, a morfologia e sua disposição planimétrica tanto no espaço interior da cerca como exterior sofreu grandes alterações. Pese este facto, o conhecimento de cronologias de fundação, evolução e abandono, bem como a tipologia de assentamento é possível de se ensaiar, como maior ou menor dificuldade, para o interior do recinto face aos materiais exumados das intervenções arqueológicas. Porém, esta análise já não é tão fácil de se concretizar no espaço extra-muralhas. Os escassos dados arqueológicos conhecidos, que apenas se conhecem para o arrabalde oeste, não possibilitam uma percepção escrupulosa de cronologias de fundação, evolução e abandono, nem de tipologias de assentamento dos três arrabaldes. Apenas é verificável que estes arrabaldes se desenvolveram no prolongar dos três acessos ao recinto amuralhado, e em torno das três igrejas, referidas em fontes históricas no século XIII. Remontarão estes arrabaldes a essa época? Será que

o arrabalde Este possuiu uma ocupação mais antiga que o próprio recinte amuralhado face à existência de um ajimez do século IX/X? São questões que apenas se podem solevar e para as quais ainda não são exequíveis respostas.

7 - Arquitectura militar – o sistema defensivo

Antes de se iniciar o estudo do sistema defensivo do Castro do Jarmelo, é essencial enquadrar-se o fenómeno militar que ocorre paralelamente ao (re)povoamento cristão da região beirã. Assim, e apesar de nesta investigação se ter analisado separadamente, “...a compreensão do fenómeno militar perde sentido sem uma referência à matriz de povoamento...” (BARROCA, 2008-2009, pág.194). Não se pretende com esta citação entrar-se num discurso incoerente sobre as opções metodológicas. Apenas se tenciona referir que o fenómeno militar é indissociável da existência povoamento. Por outro lado, e como referido no capítulo 8, a fronteira beirã foi alvo de contendas sobre a posse deste território desde o início do reino português até ao estabelecimento definitivo da fronteira, pelo Tratado de Alcanises, em 1297. Esta geopolítica foi sendo assimilada pela monarquia portuguesa, a qual compreendeu que “... a preservação da fronteira negociada com Castela pressupunha o rápido povoamento dos lugares raianos, um desiderato que só a garantia de defesa proporcionada pela presença de fortalezas capazes poderia permitir alcançar” (GOUVEIA, 1999, pág. 22). Mais uma vez fica demonstrado a relação fulcral entre povoamento e sistemas defensivos, tanto de controlo como de defesa do território.

De igual modo é necessário perceber-se que a defesa e domínio de um vasto território, ou de uma fronteira, não poderiam ser concretizados sem a articulação geoestratégica de vários núcleos ao longo do território. Assim, numa primeira fase, em que a fronteira entre os reinos portugueses e leonês se situava na linha do Côa, e tendo em conta a referência documental do Jarmelo em 1209 (COSTA, 2010) conjugado com a inclusão por Mário Barroca (2000) desta fortificação no conjunto de castelos anteriores a 1297, o Jarmelo, pelo seu domínio visual, constituiria um elo importante entre a recuada cidade da Guarda, Pinhel, a Norte - uma das vias naturais de penetração pelo planalto beirão - e Castelo Mendo, a Este - situado na fronteira do Côa. Posteriormente, após a assinatura do Tratado de Alcanises a sua importância geoestratégica continuou a existir, uma vez que não é abandonado como alguns povoados da região – Monforte de Riba Côa e Caria Atalaia (IDEM). Para este pressuposto deve ter não só inferido a já mencionada, no subcapítulo 2.1, presença de nobreza de primeira linha (bastardia régia) como a provável passagem de uma via de comunicação secundária da Estrada da Beira referida por Helena Monteiro (2011): “A

partir da Guarda, a estrada passava pela encosta, em direcção a Pínzio e Freixo chegando, 27 quilómetros depois, a Almeida e prosseguindo daí até à fronteira. (IDEM, pág. 92). Note-se que “...são sobretudo as fortalezas que se erguiam sobre grandes eixos de circulação, por onde se poderia esperar que passassem exércitos inimigos em caso de invasão, que conseguem escapar ao espectro da decadência.” (BARROCA, 1994, pág.69). Este eixo de circulação ficará evidente na invasão castelhana de 1384 que se dirigiu à Guarda, passando antes pelo Jarmelo (FIGUEIREDO, 1961). De forma a fazer frente à investida de exércitos inimigos por uma das históricas vias de penetração no reino português, e após a incorporação dos castelos de Ribacôa, formaram-se três linhas de detenção (RILEY, 1991; MONTEIRO, 1999) ao longo do reino numa disposição paralela com sentido Norte-Sul. Segundo estes autores, estas linhas encontravam-se bastante visíveis na zona beirã: uma primeira encostada à fronteira na zona raiana, uma segunda linha mais interior que se estendia desde o Lamego até Castelo Branco, e, por fim, uma terceira em núcleos mais litorais em torno de Coimbra e da estrada de ligação a Lisboa. Seria no contexto da segunda linha defensiva que se enquadraria o Castro do Jarmelo. Segundo as palavras de Helena Monteiro (2011), “*tratava-se de uma linha defensiva mais interior onde há a destacar a importância dos castelos de Trancoso, Pinhel e Jarmelo, uma vez que formavam um triângulo defensivo em torno da Guarda e de Celorico da Beira...*” (IDEM, pág. 106), ou seja, pontos estratégicos tanto de acesso para Castelo Branco e Alentejo, como para Coimbra via Estrada da Beira, respectivamente. Note-se porém que tomando em conta Luis Rêpas (2008), “*Na realidade, o que, em primeiro lugar, se pretendia com esta linha era que ela exercesse um papel dissuasor sobre as ambições expansionistas dos monarcas vizinhos*” (IDEM, pág.131), ou seja, uma predominância da defesa passiva do território.

Após o enquadramento gizado anteriormente, é necessário agora um exame que se foque somente no sistema defensivo do Castro do Jarmelo. A análise do sistema defensivo do Castro do Jarmelo já foi, anteriormente, alvo de observações, com maior ou menor grau de rigor científico, por alguns autores já referidos (ALMEIDA, 1945), (PORTAS, 1979; PEREIRA, 2003). Todavia, tanto as observações como as cronologias apontadas pelos primeiros dois autores, como já referido no capítulo 2, carecem de qualquer comprovação científica, não sendo por isso tomados em conta. Por outro lado o restauro que estas muralhas sofreram no decorrer da intervenção de 2007-2008 alterou, principalmente nos tramos sul e oeste, a morfologia anteriormente existente.

Igualmente, a falta de limpeza da vegetação, tanto dentro do povoado como na sua envolvência, não permite uma observação global de todo o terreno envolvente aos panos de muralha. Por fim, o levantamento topográfico (mapa 10, anexo1) realizado aquando da intervenção de 2007-2008 apresenta algumas lacunas, isto é, não foram registados tramos da muralha, nomeadamente na vertente oriental, nem os afloramentos graníticos aproveitados no sistema defensivo.

Consequente deste panorama, foram analisados os tramos de muralhas actualmente conhecidos, e acessíveis, não se tendo em conta os pressupostos dos autores referidos. Assim, somente após finalizada a descrição o mais pormenorizada possível, se tentará o estabelecimento de tipologias, cronologias, funções e comparações com outros povoados com dispositivos defensivos semelhantes. Note-se que, resultante do tempo disponível e das condições físicas anteriormente descritas, não foi possível recorrer-se ao contributo da arqueologia da arquitectura no exame elaborado.

Antes de uma decomposição pormenorizada, é necessário uma primeira abordagem global do sistema defensivo. O conhecimento actual, e embora se tenha prospectado os terrenos na envolvência do sítio, apenas permite constatar a existência de um único sistema amuralhada (fig3, anexo2) o qual recorre ao granito local para se constituir e se adapta à topografia acidentada do terreno. Este desenvolve-se no terreno utilizando os afloramentos graníticos como suporte e parte integrante da sua malha, num sistema planimétrico ovalado, mas com inflexões rectas, rasgado por três entradas. Partindo do topo do maciço norte, onde se localiza actualmente o marco geodésico, vai descendo para oriente, sofrendo a certa altura uma inflexão recta para sul até atingir a entrada Este. Daqui vai subindo até ao maciço sul, onde aproveita os penedos graníticos no seu troço. Novamente sofre uma inflexão recta para oeste até atingir a entrada Sul numa cota muito inferior. A partir desta, o tramo de muralha não é reconhecível, consequente da construção em época moderna de uma grande estrutura habitacional nesta zona, sendo apenas possível um traçado hipotético até se vislumbrar novamente o troço da muralha mais a ocidente. Aqui a muralha curva para norte, já não de forma tão pronunciada, até atingir a abertura Oeste. Finalmente, desenvolve-se até atingir o maciço onde se acha o marco geodésico, utilizando nesta última fase também blocos graníticos desagregados geologicamente da rocha-mãe.

Seguidamente será encetada a referida abordagem mais pormenorizada ao sistema defensivo, seguindo-se a mesma lógica espacial anteriormente utilizada. Assim, a primeira análise incide sobre o maciço norte, onde se ergueu o marco geodésico, o

qual poderá ter destruído ou ocultado no seu embasamento o antigo sistema defensivo. Relatos da população local referem que a sua edificação teria ocorrido com o recurso à destruição da muralha e aproveitamento posterior da pedra desta. No presente, somente são visíveis marcas de entalhe para dessegregamento num bloco pétreo (fig.8, anexo2) assim como um alinhamento composto por blocos pétreos afeiçoados no sopé oriental do actual miradouro (fig.9, anexo2). Partindo para oeste, o sistema defensiva começa por inicialmente utilizar um grande bloco granítico, sem indícios de talha ou afeiçoamento, ao qual encosta directamente o tramo de muralha (fig.10, anexo3). Este desenvolve-se pela encosta abaixo durante aproximadamente 36 m, com uma largura actual compreendida entre 1,8 m a 2,5 m. Foi edificada com o recurso a pedra de pequena e média dimensão, toscamente afeiçoada, emparelhada a seco e sem qualquer recurso à isodomia. O alargamento na parte final deste tramo deve-se ao adoçamento de muro com escadas de acesso ao adarve, sendo visíveis actualmente cinco degraus (fig.12, anexo2). Igualmente, nesta parte final, e resultante da escavação da Sondagem 10, é possível verificar-se que a muralha forma uma cunha recta para sul, sendo visíveis 4 metros do seu paramento (fig.13, anexo2). Este somente apresenta duas fiadas de blocos pétreos de tamanho médio, toscamente aparelhados, os quais assentam directamente no subsolo rochoso, tendo 1,4 m de largura.

Adossado a este tramo de muralha, e destoando deste tanto na planimetria como no aparelho construtivo, desenvolve-se uma grande estrutura de perfil rectangular (mapa10, anexo1). Apresenta, aproximadamente, 21 m de comprimento por 10 m de largura, variando a espessura dos muros entre 0,9 m e 1,2 m. O aparelho construtivo é composto por paralelepípedos pétreos parcamente talhados, dispostos em seco, embora se denote já uma certa tentativa de isodomia. Porém, na cunha virada a noroeste e na cunha encosta à muralha anteriormente referida, o aparelho é bastante distinto e muito mais trabalhado, sendo composto por grandes silhares bem aparelhados, não siglados (fig.15, anexo2), e recorrendo-se ao aproveitamento de materiais anteriores (fig.16 anexo2).

Apoiando-se à anterior estrutura, parte outro tramo de muralha, em linha recta, que se desenvolve até à porta virada a oriente (fig.17, anexo2). É constituída por blocos pétreos de pequena e média dimensão, medianamente aparelhados, e igualmente disposto a seco em fiadas que não denunciam uma planimetria isódoma. A sua espessura vai variando, partindo de um valor mais diminuto, rondando 1 m de espessura até ao máximo de 2,5 m na chegada à abertura oriental (fig.18, anexo2). Esta entrada, de

dimensões mais reduzidas comparativamente com as entradas sul e oeste, aproveita, e rasga, o afloramento granítico para se desenvolver. Curiosamente, apresenta uma desfasada coincidência entre os dois tramos de muralhas, isto é, a que conflui de norte encontra-se num plano mais acimado do que a que provem de sul que se encontra numa planimetria mais baixa.

Partindo da entrada oriental, a muralha desenvolve-se de forma ondulante até, fazendo uma curvatura pouco pronunciada, encostar ao aglomerado de colossais blocos graníticos (fig.19, anexo2) que formam o maciço sul, e onde se encontra o posto de vigia florestal. Pelo caminho, apresenta uma lacuna, consequente de um derrube para o exterior. O aparelho construtivo deste tramo aparenta apresentar dois momentos construtivos. Para esta hipótese, apontam a diferença entre os blocos graníticos razoavelmente talhados e com uma pseudo-isodomia, aos quais se sobrepõem um tramo de pedras toscamente talhadas e de dimensão menor. Igualmente é visível que se optou pela utilização de blocos graníticos afeiçoados nas faces internas e externas, sendo o seu interior colmatado com pedra não talhada de menor dimensão.

Como referido anteriormente, no maciço sul o sistema defensivo utilizou os colossais blocos graníticos que se desagregaram da rocha-mãe por processos geológicos naturais (fig.20, anexo2). Estes não apresentam indícios de afeiçoamento ou talhe, nem de terem sido alvo de deslocações humanas por forma a uma disposição planificada. Todavia, numa zona perto da base do posto de vigia, é visível um troço de muralha entre os blocos graníticos aí existentes (fig.21, anexo2). Composto por pequenos blocos pétreos, rudemente afeiçoados, descreve uma pequena curvatura para oeste, não sendo visível *à posteriori* indícios da sua continuidade. Note-se que a instalação do referido posto de vigia foi acompanhada da construção de uma base de betão armado, o que poderá ter destruído ou subterrado vestígios do sistema defensivo.

O tramo de muralha a sul desenvolve de forma ondulante entre o maciço anteriormente referido e a entrada sul (fig.22, anexo2). Refira-se que, como já exposto, foi um dos tramos intervencionados em 2007-2008. Na sua parte inicial, encosta também nos penedos graníticos não afeiçoados, utilizando-os inclusivamente como parte do sistema de defesa (fig.23, anexo2). Aparenta possuir dois tipos diferentes de aparelhos. Um mais antigo, caracterizado por blocos mais aperfeiçoados de média dimensão, ao qual se sobrepõem e encosta um aparelho pétreo composto por blocos de dimensões mais reduzidas e toscamente talhados (fig.24, anexo2). É igualmente necessário referir-se que o tramo final na zona da entrada sul, o qual tinha sido

derrubado no século XX para melhorar a passagem das procissões religiosas, foi alvo completo de reedificação em 2007-2008.

Como já anteriormente referido, a construção de um edifício na zona sul desarticulou um troço da muralha que embora sendo visível no paramento ocidental (fig.25, anexo2), só é reconhecível novamente 40 m a ocidente da entrada sul. Num mero exercício hipotético, traçando-se um eixo em linha recta entre os dois locais anteriormente mencionados, a sondagem 2 e a sondagem 4 poderiam dar informações sobre a muralha. Porém, como constatou Vitor Pereira (2008), somente na sondagem 4 a existência de um alinhamento de pedras de grande dimensão afeiçoadas poderá indicar a presença do tramo de muralha (anexo 3). Deste modo a informação possível de se recolher advém da análise do paramento ocidental, sendo possível constatar-se que a muralha teria, pelo menos, nesta zona uma altura de 3,7 m e 2,2 m de espessura. O aparelho pétreo visível é constituído por blocos pétreo de pequena dimensão pouco afeiçoados, disposto em fiadas sem ligantes.

Como exposto previamente, o troço de muralha só é reconhecível novamente na zona sudoeste do povoado, prolongando-se até à entrada ocidental. Note-se, igualmente, que este troço foi restaurado na intervenção de 2007-2008, sofrendo alterações na morfologia do aparelho pétreo. Quando à sua disposição denota-se desde logo que a muralha parece encostar à referida grande habitação (mapa 10, anexo1). Isto é, a construção do edifício não terá assentado na pré-existente muralha, mas sim rasgado esta de forma perpendicular com novos muros. Por outro lado, e ao contrário das inflexões anteriormente descritas, a curvatura para norte da muralha não é feita de forma abrupta, mas antes através de uma arqueação e não de uma cunha. Quanto ao dispositivo pétreo é composto por fiadas de pedras rudemente aparelhadas dispostas em seco e aproveitando os afloramentos rochosos como base.

O último troço a ser analisado, dispõe-se desde a entrada ocidental até ao maciço norte, ao longo de aproximadamente 90 m (fig.26, anexo2). Apesar de repetitivo, é necessário mais uma vez ressaltar-se que também este foi alvo de restauro no decorrer da intervenção de 2007-2008. O seu traçado não é analogamente recto, mas sim ondulado, tendo uma flexão mais pronunciada na zona onde foi aberta a sondagem 5. A espessura actual deste varia entre os 2 m e os 2,5 m. Referente ao aparelho construtivo parece ser reconhecível a existência de três tipos. Um deles é identificado aquando da abertura da sondagem 5 (fig.27, anexo2), sendo constituído por grandes blocos pétreos dispostos em seco e que aparentam uma disposição perpendicular à muralha. Um outro

constituído por pedras de pequenas e médias dimensões, rudemente talhadas e que se sobrepõe e encosta ao anterior, sendo reconhecível desde a entrada ocidental até ao troço da muralha encostar no afloramento rochoso do maciço sul. Por fim, o terceiro é constituído por grandes blocos pétreos não talhados, e resultantes do desprendimento natural da rocha-mãe do maciço norte que se dispõem-se entre o local onde a muralha encosta actualmente à rocha e o marco geodésico (fig.28, anexo2). A sua disposição na continuidade da muralha, parece ter sido aguçada pela mão humana por forma a complementar o sistema defensivo numa zona de escarpada e com conseqüente defesa natural mais activa.

Após esta decomposição, que foi a mais possível de se realizar, é agora necessário uma estruturação dos dados recolhidos para se perceber as funções, tipologias, e cronologias deste sistema defensivo no seu quadro regional. Como inicialmente referido, o sistema defensivo utiliza a morfologia do terreno como elemento integrante em si próprio. Refira-se que o traçado de uma fortaleza obedecia, antes de mais, às condições de implantação da mesma, regra geral determinadas pelas próprias particularidades do terreno (MONTEIRO, 1999). Igualmente é necessário perceber-se que “... não teria realmente grande sentido investir na construção de muros muito amplos, que depois, em tempo de necessidade, não pudessem ser convenientemente defendidos, por falta de recursos humanos.” (IDEM, pág. 52). A conjugação destes dois factores poderá explicar o traçado geral do recinto fortificado.

Noutro âmbito é possível constatar-se a quase total ausência de utilização de aparelho isódomo, exceptuando-se nas cunhas da estrutura rectangular situada a nordeste (mapa10 anexo1). O aparelho mais utilizado foi antes a alvenaria insossa, como se constata pela utilização de pedras irregulares, de tamanho variável mas facilmente maneáveis, sem o recurso a qualquer ligante, em quase toda a totalidade do sistema defensivo. Porém, se se tiver em conta que o aparelho pétreo posto a descoberto pela Sondagem 5 foi efectivamente planeado, não se tratando meramente do aproveitamento de blocos pétreos desagregados por fenómenos naturais do maciço norte, poder-se-á estar na presença da utilização de aparelho ciclópico. Tratar-se-ia, assim, da utilização de grandes e pesados blocos irregulares para construção de uma solução defensivo anterior? Por outro lado a constatável utilização de um aparelho não-isódomo (juntas constantemente discordantes e rejeição de qualquer regularidade), que segundo Mário Barroca (2008-2009; 2012) são característicos na arquitectura pré-românica, permitirá colocar esta fortificação em época anterior ao narrado nas fontes

escritas conhecidas? Não se tratará antes de uma solução local, de cronologia posterior tendo em conta que Mário Barroca (2000) incorpora o Jarmelo nos castelos anteriores a 1297, em que se cerca o povoado recorrendo-se a mão-de-obra local e não especializada? Ou estar-se-á perante um povoado fortificado, e não um castelo, o que leva a ter em atenção que *“O universo das povoações fortificadas é, como se sabe, substancialmente distinto do dos castelos, com motivações por vezes até distintas.”* (IDEM, pág. 227)?

Apesar do estado embrionário dos conhecimentos, parece ser a conjugação das duas últimas hipóteses a que, no desenrolar deste estudo, reuniu mais consenso. Por um lado deve-se ter em conta que ao longo do século XIII, nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis se fomentou uma política régia a qual, não raro, levou à transferência de povoados e à criação de vilas novas (IDEM). Neste quadro poderá muito bem enquadrar-se a, já referida, notícia de povoamento do Jarmelo no reinado de D. Afonso III pelo Conde Gonçalo Mendes (MARQUES, 1890). Por outro lado, e como referido por autores como Mário Barroca (1994; 2000; 2008-2009) ou João Gouveia Monteiro (1999), é durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis, e principalmente durante este último, que a arquitectura militar gótica se desenvolveu e atingiu o expoente máximo. No caso do Castro do Jarmelo, embora não seja referido no compêndio das grandes intervenções dionisianas na zona raiana (BARROCA, 2000; 2008-2009), acham-se algumas características que se enquadram neste tipo de arquitectura. Assim, como anteriormente mencionado, no tramo norte do sistema defensivo descobrem-se cinco escadas de acesso ao adarve. Estas não se encontram rasgadas na própria espessura da muralha, como acontece na arquitectura românica. Pelo contrário, erguem-se através de um composto pétreo adocado à muralha. Está-se assim perante uma das inovações da castelologia gótica (GOUVEIA, 1999; BARROCA 1994 e 2008-2009) a qual pretendia conservar toda a superfície disponível do adarve. De igual modo, também na mesma zona nordeste, e adossado ao aparelho defensivo anterior, encontra-se, como previamente mencionado, uma grande estrutura rectangular. Esta é uma solução posterior ao anterior pano de muralha, uma vez que encosta à cunha da muralha que ficou visível após a abertura da sondagem 10. Poder-se-á estar perante uma torre de grandes dimensões, quiçá mesmo uma torre de menagem, que deveria possuir tanto a valência militar como o carácter residencial. Para esta conclusão é necessário ter-se em conta que a torre de menagem gótica desloca-se do centro (local primordial na arquitectura medieval românica) para ser adossada às muralhas, e até muitas vezes em

posição de canto (MONETEIRO, 1999). Pretendia-se assim, otimizar as suas potencialidades e dotá-la com um papel muito mais interventivo na defesa do recinto. Esta premissa parece evidente no caso em análise, uma vez que a sua localização permitiria um domínio visual sobre os territórios ribacudanos, desde a serra da Marofa até à Serra da Malcata, e um melhor controlo sobre a entrada oriental. Igualmente se deverá ter em conta que “*com os finais do século XIV e a centúria seguinte, a Torre de Menagem apresenta tendência a se alargar, passando a dispor de amplas áreas destinadas à habitação.*” (BARROCA 1994, pág. 70). Mais uma vez parece ser o caso em estudo. Todavia, ao não existir nenhuma intervenção arqueológica não se pode ainda avançar com cronologias fidedignas tanto para a sua fundação como abandono.

Como mencionado no subcapítulo 2.1, as únicas notícias referentes à (re)construção das muralhas são já tardias, remetendo para os reinados de D. Afonso V e D. João II (GOMES, 1999; COELHO e MARUJÃO, 2010). Todavia, como anteriormente se tentou demonstrar, parece serem bem mais recuada cronologicamente as primeiras estruturas defensivas. Assim, na segunda metade do século XV deverá ter ocorrido um reerguer/reconstrução de partes ou troços de muralhas. Tendo em conta as fontes que referem o estado de degradação da vila e terrenos agrícolas nos inícios do século XV (IDEM) é natural que o sistema defensivo também se encontrasse degradado. A iniciativa de cercar novamente a vila partiu da população local, a qual D. Afonso V deferiu, impondo apenas que os muros se construíssem com 40 palmos de altura (8,8 m) (IDEM).

Encontrar-se paralelos regionais com o Castro do Jarmelo afigura-se ainda uma tarefa pouco fácil. Tendo-se em conta a morfologia de implantação, utilizando os grandes penedos graníticos, existem soluções idênticas na região como o castelo de Moreira de Rei, concelho de Trancoso, (BARROCA, 2000; GOMES, 2002; PEREIRA, 2003). Este castelo, o qual se inclui no rol testamentário de D. Flâmula no século X, sofreu uma profunda reforma românica que alterou a sua fisionomia anterior (BARROCA, 2008-2009). Todavia, o actual aparelho pétreo constituído por silhares difere completamente da solução empregue no Castro do Jarmelo. Neste âmbito, quanto ao aparelho construtivo, o exemplo regional que mais se assemelha remete para a aldeia fortificada do Sabugal Velho. Segundo Marcos Osório (2001; 2005; 2008a; 2008b; 2009), o povoado que se situa no topo de um outeiro destacado do planalto meseteno, possuiu dois momentos de ocupação, um recuando ao Iº milénio a.C., e um segundo remontando aos séculos XII-XIII. Possui, igualmente, um sistema defensivo constituído

por uma cerca ovalada de alvenaria com três sucessivos alinhamentos defensivos, compreendendo diferentes épocas e construção, assim como uma muralha medieval de terra batida na vertente poente (OSÓRIO, 2005). Entre eles, o denominado aparelho A, utilizado na construção da cintura externa e datado de época medieval (IDEM) constitui-se como o melhor paralelo, encontrado durante esta investigação, face ao aparelho utilizado no Castro do Jarmelo. Porém, esta aldeia terá sido despovoada nos finais do século XIII (OSÓRIO, 2008a), não permitindo estabelecer-se comparações com as prováveis modificações góticas que anteriormente se analisaram.

Em suma, como foi ficando evidente ao longo das observações anteriores, o estado actual de conhecimento, sobre o sistema defensivo do sítio em estudo, não permite ainda muitas conclusões, somente se averigua possível conjecturarem-se hipóteses de interpretação. Urge a clara necessidade de uma intervenção de limpeza da vegetação, tanto no interior como nas zonas envolventes aos panos de muralha, e de um rigoroso levantamento topográfico para que *à posteriori* seja possível um estudo mais aprofundado.

8 - Antecedentes de povoamento medieval: o testemunho das sepulturas escavadas na rocha

Os resultados das investigações sobre o período alto medieval, para a zona em estudo, são ainda muito parcos e desfasados espacialmente, não permitindo assim um conhecimento de base científico abrangente. Para o território que outrora pertenceu ao termo do Jarmelo, nenhum estudo foi realizado até ao presente. Porém, tal facto não é indicativo de que se estaria perante um território vazio de gentes, um território ermado. Pelo contrário, existem vestígios arqueológicos que inferem a uma conclusão bastante diferente.

Perante esta premissa, é necessário recorrer-se aos estudos sobre o período alto-medieval de espaços geográficos próximos e com as mesmas características físicas e geológicas. Assim, e remontando às observações do capítulo 2, a zona em estudo enquadra-se na área da Meseta Central que se expande no território português. Por conseguinte o melhor paralelo possível é o conjunto de estudos encetados por Iñaki Martín Viso (2007 e 2008) para a zona de Riba-Côa.

Descartando-se as já ultrapassadas teorias de ermamento (SÁNCHEZ ALBORNOZ, 1966) que remetiam para um total vazio de ocupação humana, “*Las comarcas situadas entre el Sistema Central y el Duero pueden definirse en términos generales como un espacio periférico a lo largo de los siglos VI al XI.*” (MARTIN VISO, 2008, pág.87). Tal facto não infere para um despovoamento destes espaços. Tratam-se antes de zonas onde não surgiram grandes centros de poderes vinculados aos *macro domínios* suevos, visigótico, andaluz ou asturo-leonês.

Sem se entrar na discussão de quando, e como, o império romano se desmoronou, nas regiões mesetanhas, o gradual decline do sistema romano na Hispânia instigou o colapso das redes de fabrico e troca de mercadorias, (MARTIN VISO, 2008 e 2010). Da mesma maneira, as elites deixaram de perspectivar sobre a sua participação no poder central, o que motivaria a que se voltassem para o controlo dos poderes locais, usufruindo, assim, de uma maior autonomia (MARTIN VISO, 2008).

Segundo o mesmo autor, a presença dos reinos germânicos em nada alteraria esta premissa, com as suas estruturas “ligeiras” de controlo/implantação territorial. O domínio suevo, o qual teoricamente se estendeu por esta zona, apenas se faz sentir pela ordenação eclesiástica mimetizada no *Paroquial Suevo*. A posterior conquista do reino

Suevo, pelos visigóticos, e a integração destes territórios num sistema político-jurídico mais “pesado”, parece não imiscuir-se em muito na autonomia local. A autoridade central afigurar-se querer afirmar-se pela instauração de *Cecas*, implantadas nas anteriores paróquias suevas, mais como ensejo de afirmação política da presença visigótica do que de efectiva cunhagem. Esta afirmação teve o seu auge com a instauração de uma sede episcopal em Calábria, no primeiro terço do século VII. Trata-se inequivocamente de um elo de transmissão de relações entre os poderes locais e a autoridade central (MARTIN VISO, 2008).

Seria de esperar que com a chegada de uma nova conjuntura político-militar, o Estado Omíada, de cariz fortemente bélico e centralizador, a conjuntura político-espacial vigente nestas zonas se alterasse. Contudo, *“La progresiva afirmación del Estado omeya no trajo consigo en ningún momento la reclamación de los espacios situados al norte del Sistema Central”* (IDEM, pág. 91). Este desinteresse, não afectou a existissem contactos ou, inclusivamente, um domínio temporal nestes espaços, embora sem um cariz contínuo e articulado. Note-se que existiram numerosas incursões militares, de ambas as partes, na zona entre o Cordilheira Central e o Vale do Douro. A mais notória, a de Al-Mansur de 997, alcançaria Santiago de Compostela, com o apoio de condes viseenses. Porém, a nível de mudanças de padrões de povoamento, apenas se produziu um retardar temporal da migração face a sul e do repovoamento cristão vindo de norte, e sobretudo denota-se que *“... hubo dificultades para mantener el control político y social sobre las poblaciones instaladas en las fronteras.”* (MOLINS, 1998, pág. 143). Esta premissa resultaria na conquista definitiva da zona entre o Douro e o Mondego por Fernando Magno nas Campanhas da Beira, fixando definitivamente a fronteira no Rio Mondego. Ressalta assim que *“... la actividad andalusi en la cuenca del Douro se limitó a acciones militares esporádicas cuyo principal objetivo no era implantar un dominio efectivo, sino impedir el asentamiento astur-leonés en ella.”* (MÍNGUEZ, 1995, pág. 55). Deste modo é possível inferir que *“EL supuesto vacío demográfico solo es la representación del vacío de estructuras políticas centralizadas, reconocibles por otras autoridades centrales.”* (MARTIN VISO, 2008, pág.92).

8.1 - Sepulturas escavadas na rocha - indicador de povoamento

Resultante do que anteriormente foi descrito, *“La menor presencia de la autoridad central en este ámbito dificulta la visibilidad arqueológica, ya que las construcciones y producciones asociadas a la afirmación de esse poder son inexistentes en un espacio que estuvo ordenado básicamente por poderes locales auto-organizados, cuya visibilidad es escassa con las estrategias habituales [de investigação arqueológica]”* (MARTIN VISO, 2008, pág. 87). Esta circunstância gera um dos grandes problemas que enfrenta a investigação destes períodos alto-medievais: a escassa visibilidade dos restos da cultura material da época. Consequentemente, as necrópoles desfrutam de uma maior visibilidade na paisagem do que as zonas de habitat. Na zona em estudo, presentemente, não são conhecidos sítios de habitat com ocupação alto-medieval. Porém, as sepulturas escavadas na rocha, que foram possíveis de inventariar, no decorrer desta investigação, atestam a presença de comunidades nestes espaços.

O conjunto inventariado (total de 40) encontra-se distendido por vários locais (mapa9, anexo1) composto tanto por necrópoles de mais de 10 sepulcros, como de pequenos núcleos de 2/3 sepulturas, ou mesmo de sepulturas isoladas. Em termos cronológicos, devem ser posta de parte as crono-tipologias tradicionais de A. del Castillo (1970) que se sustentam exclusivamente em critérios formais dos sepulcros. Extrapolando-se as conclusões da investigação sobre Ribacôa (MARTIN VISO, 2007 e 2008), estas manifestações fúnebres devem-se balizar, *grosso modo*, entre o século VII e o XI-XII. É no entanto necessário ressaltar-se que *“No son las tumbas las que nos darán la fechación de los restos materiales, pues no pueden ofrecernos esa información, sino que han de ser los yacimientos asociados los que permitan afinar una datación.”* (IDEM, pág. 26). Pese este facto, a constatação de que a maioria das necrópoles encontra-se fora dos centros de habitat das aldeias implantadas na Plena Idade Média, admite deduzir que o seu uso findou nos séculos XI-XII (MARTIN VISO, 2007). Este término muito afectado foi pelo papel que a paróquia, como elemento polarizador da actividade funerária, deteve. Esta relaciona-se intrinsecamente *“... com la integración de tales espacios en los reinos castellano, leonés y portugués, que inmediatamente implementaron mecanismos para fijar una geografía eclesiástica durante el siglo XII y principios del XIII.”* (IDEM, pág.23).

Além de atestarem a presença de comunidades, “...*las tumbas excavadas en roca constituyen la principal guía para atisbar cómo se ordenaba el espacio rural en Riba Côa en los siglos postromanos y altomedievales.*” (MARTIN VISO, 2007, pág. 25). Porém, é preciso ter em conta que o diminuto conhecimento sobre os habitats dificulta uma escrupulosa assimilação da disposição das necrópoles, aparentemente em pleno campo. É, assim, somente possível o avanço de algumas hipóteses sobre os padrões de assentamento e a relação necrópole-habitat-áreas produtivas.

Uma primeira hipótese é que assentamentos romanos, villae e vici, tenham previvido para além do século V, servindo como elementos estruturantes do espaço rural. Porém, e embora se conheçam alguns locais com materiais romanos na proximidade de sepulturas (Vilares, Monteiros e Incrição na Igreja de Argomil), a falta de investigação impossibilita reconhecer sincronias. Tais poderiam existir, como ocorre em alguns lugares de Ribacôa (MARTIN VISO, 2007), ou não, como em S. Gens, Celorico da beira (TENTE, 2007 e 2010), (LOBÃO, MARQUES e NEVES 2006). Não obstante, o padrão destes séculos foi o de criação de novos núcleos (MARTIN VISO, 2007).

Outra hipótese avançada é que se estaria perante um habitat que lograria ser disperso (QUIROGA e LOVELLE, 1997). Argumento sustentado pelo facto de que, maioritariamente, as sepulturas se encontram isoladas ou em grupos de menos de cinco. Conjuntura similarmente visível na área em estudo. Também Mário Barroca (1987) apoia esta hipótese, adiantando que se estaria perante zonas segregadas, compostas por famílias e suas quintas. Teoria posta em causa por Iñaki Martin Viso (2007). Para este autor, a existência de sítios arqueológicos onde as zonas destinadas às inumações ocupam espaços amplos, com núcleos mais ou menos inconexos, é sintoma que se estaria perante uma iniciativa de base familiar. Estar-se-ia na presença de vários grupos familiares que poderiam compor uma comunidade. Nestes casos cada célula, embora aparentemente segregada, agrupa-se com outras formando um espaço sepulcral único, como parece ocorrer em Santo André (Pínzio) e Castanheira. Na mesma senda, arguiu que as transmutações ocorridas no espaço agrário, ao longo dos séculos, apenas permitem um reconhecimento fragmentado da realidade, podendo estar-se perante necrópoles com um número de enterramento superior. Poderá ser o caso de Castanheira, Almeidinha, Ima, Monteiros, Miragaia. “*La detección de un poblamiento disperso a partir de la distribución de las necrópolis de tumbas excavadas en roca no parece operativa, porque el instrumento de análisis no puede ser exclusivamente el*

estudio de las áreas de enterramiento.” (IDEM, pág.29). Assim, este modelo não opera como justificação de todas as ocorrências, apenas parcialmente. É plausível ter em conta que a existência de sepulturas isoladas poderia funcionar como demarcadores territoriais de micro-espacos de uso familiar (caso da Ima, Almeidinha, Castanheira 2, e Monteiros).

Salvaguardando-se as anteriores hipóteses, um dos aspectos mais chamativos na possível estratégia de ordenação do território, em Ribacôa, é a afinidade entre o posicionamento das sepulturas com cursos de água estacionais. Esta premissa é também visível na zona em estudo, Castanheira, Almeidinha, Ima, Pinzio. São áreas graníticas pouco fruíeis, nas quais “...*se pueden inferir algunos parámetros de la articulación del territorio rural, con una separación entre áreas residenciales, espacios de cultivo y zonas de uso funerario, aunque las tres están cercanas y vinculadas entre sí.*” (IDEM, pág.31), pese embora não se conheçam os habitats. Este padrão de assentamento é identicamente observável noutras zonas da península como no Alto Mondego (LOBÃO, MARQUES e NEVES, 2006; TENTE, 2010), no Alto Paiva (VIEIRA, 2004) e na Comarca de Ciudad Rodrigo (MARTIN VISO,2007).

É assim verosímil que se estaria na presença de sociedades de camponeses na qual impera a pequena produção agro-pecuária sob a intendência de famílias livres, mas sem desmedidas acumulações de terras nas mãos de uma delas (MARTIN VISO, 2005a e 2007). Seriam sociedades desprovidas de uma articulação política centralizada e que se ministravam por normas consuetudinárias. Ou seja, “*Se trata de una sociedad con una jerarquización débil y negociable, en donde la Iglesia como institución no participa de la vida local, mientras que resultan más importantes los aspectos derivados de los derechos de propiedad sobre áreas determinadas, que se gestionan através de objectos de alto valor simbólico, como las tumbas.*” (MARTIN VISO, 2007, pág. 35).

Em suma, denota-se assim um povoamento alto medieval para a zona em estudo que, no estado actual de conhecimentos, parece não ter uma total continuidade na Plena e Baixa Idade Média.

9 - Povoamento medieval

A evolução da (Re)conquista cristã para um processo de conquista e povoamento efectivo de novos territórios meridionais viria a alterar o modelo de organização e povoamento vigente na região em estudo, evidenciados no capítulo 7. Todavia, estabelecer-se um quadro evolutivo do povoamento no passar da Alta Idade Média para a Plena e Baixa Idade Média ainda não se afigura um processo fácil de se estabelecer. O até agora vazio de conhecimento historiográfico, aliado à embrionária fase de conhecimento arqueológico, apenas permitem, presentemente, um esboço para a área de influência que o castro do Jarmelo abarcaria. Concretamente sobre o povoamento do castro do Jarmelo, a presença de um ajimez (comentado no subcapítulo 5.3) datável entre o século IX e X na zona extra-muros da encosta ocidental indica a presença de uma ocupação de época altomedieval. Contudo, no estado actual de conhecimento, esta ocupação parece não ter correspondência na zona intervencionada tanto em 1998 como em 2007-2008, como ficou demonstrado pelas fontes históricas recolhidas (capítulo 2.1) e pela análise dos materiais (capítulo 4). Face a este panorama, é necessário começar-se por uma análise de cariz macro espacial, por forma a um melhor enquadramento espacial e histórico do sítio em estudo.

Após o processo de afirmação e emancipação do condado portugalense que culminaria com a criação do reino de Portugal nos meados do século XII, os primeiros monarcas portugueses viraram-se para a continuação da expansão e povoamento de novos territórios. Para além da conquista de territórios ao sul islâmico, urgia a necessidade de se legitimar e efectivar a posse de territórios através do seu povoamento e organização sob a sua influência. Era este último aspecto que se fazia notar mais na região fronteiriça com o reino de Leão, na qual se enquadra a região em estudo. *“Do lado português, o início do repovoamento, que era afinal o enquadramento das comunidades existentes por poderes externos, arranca na década de 60 do século XII, ainda e apenas sobre a linha das antigas penelas e populaturas da Condessa D. Châmoa.”* (GOMES, 1998, pág. 261). Este movimento prosseguiria para Este, conhecendo um momento importante no final da década de 90 com o foral da Guarda, atingindo totalmente a linha do Côa com os termos das vilas de Pinhel, Castelo Mendo, Touro e Sortelha, repovoadas somente ao longo do primeiro quartel do século subsequente (IDEM). Tal acção conheceria um processo paralelo do lado leonês, mas

em sentido oposto, ou seja para Oeste. Assim, igualmente na década de 60 do século XII enceta-se o repovoamento de Ciudad Rodrigo, antes uma aldeia periférica do termo de Salamanca. Porém as vilas do Riba Côa, como Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Alfaiates ou Sabugal, surgirão somente no início do século seguinte (GOMES, 1998). Complementando o que o anterior autor afirma, Iñaki Martin Viso (2008) caracteriza este processo de repovoamento como o resultado de “...una simbiosis entre impulsos existentes en la realidad local y un nuevo encuadramiento sociopolítico, por lo que surgió una realidad que, sin romper con el pasado, implicaba la implantación de modelos feudales que hasta entonces eran desconocidos en esta comarca” (ob, cit. pág.106). Na mesma senda, este autor considera como elemento fulcral deste processo o apoio dado pelas elites locais, as quais beneficiavam com a implantação da fronteira feudal.

Estes movimentos, que implementaram mecanismos de ordenação social e territorial, foram concretizados, na grande maioria dos casos, através da concessão de carta de foral. Tendo-se em conta este facto, e conforme expõe Iñaki Martin Viso (2008a), é necessário ressaltar-se que os poderes que outorgaram as cartas de foral puderam transfigurar os limites dos espaços pré-existent, agrupando-os de forma a agregarem outros territórios menores. Por outro lado, estes novos territórios dispõem agora de um carácter jurisdicional que careciam estas zonas anteriormente, pelo que gozam de um novo significado que pode modificar igualmente extensão territorial. Desta forma, a conjugação destas premissas persuade o mesmo autor a considerar que não é exequível assegurar que os términos que figuram nas cartas de foral sejam análogos aos altomedievais ou tardoantigos, ou seja, que tenham permanecido inalterados ao largo de seis séculos. Esta modificação da paisagem, não sendo um processo circunscrito a esta região, ocorreu tanto na região de Ribacôa como noutras áreas da beira alta ou nas regiões salmantinas.

É, assim, neste contexto geo-político que se tem compreender o território em que se localiza o castro do Jarmelo. Deste modo, é necessário perceber-se um pouco mais a conjuntura que levou à concessão de foral à Guarda (1199) e a Pinhel (1209) por parte de D. Sancho I, uma vez que é no seio destes dois termos concelhios que o castro do Jarmelo evoluirá até se tornar um concelho autónomo.

Em 1185, quando D. Sancho I é entronizado, a fronteira portuguesa, na região da beira acompanhava o curso do rio Côa da foz até à sua nascente, ou próximo dela, passando perto do Sabugal e de Sortelha, e dirigindo-se às fontes do Erges

(GONÇALVES, 1995). No final da década seguinte, e enquadrado no processo de repovoamento, anteriormente mencionado, este monarca concederia foral à Guarda, transferindo para esta a sede de bispado que anteriormente se encontrava em Idanha-a-Velha. Note-se que não se trata de uma fundação ex-novo, uma vez que tanto a investigação histórica (GOMES, 1987) como arqueológica (PEREIRA, 2007) tem vindo a evidenciar a presença de população anterior à data de concessão do foral. Trata-se antes da elevação hierárquica de uma povoação à dignidade de cidade e sede de bispado. Por conseguinte, a Guarda viu aumentar seriamente a sua importância estratégica tornando-se um contrapoder a Ciudad Rodrigo (NUNES, 1998), a qual fora escolhida para acolher a sede de bispado da desaparecida Caliabria. Por outro lado, a sua localização recuada permitia ainda que, com certa segurança, tal como sucedia com Ciudad Rodrigo, fosse a posição de partida para incursões ao reino vizinho (IDEM). Aquando da concessão de foral estabeleciam-se os limites concelhios. O traçado hipotético foi já alvo de abordagem por Maria de Almeida (1992) a qual adverte que os limites meridionais ainda não estariam sob o domínio do concelho, formando antes o território a conquistar e povoar por este concelho (mapa4, anexo2). Sobre a região do Jarmelo nada é dito, apenas se pode constatar que se incluía no termo deste concelho. No entanto é referido por outros autores (OLIVEIRA MARQUES et al., 1990) que a aldeia da Ima já pertenceria ao termo da Guarda. Para esta premissa, isto é a existência da aldeia de Ima já no século XI/XII, infere a referência de uma lápide funerária com data de 1011 na actual capela (em linha <http://goo.gl/BE3Y0A>).

Igualmente neste contexto é dado o primeiro Foral a Pinhel, em 1191 pelos frades de Santa Maria de Riba Paiva (MARTA, 1996; COSTA, 2010). Todavia o foral que tem relevância para esta investigação, é o outorgado pelo rei D. Sancho I, em 1209. Tratava-se de uma oposição geo-política à concessão posterior de forais leoneses a povoações como Castelo Rodrigo, Vilar Maior ou Almeida (BARROCA, 2008-2009). De igual modo, nele se estabelecem os limites concelhios do termo pinhelense (mapa5, anexo1), os quais foram já abordados por Paula Costa (2010). Como já exposto no subcapítulo 2.1, é neste documento que aparece a primeira referência documental ao Jarmelo (*Germanelis*) como um dos limites do termo de Pinhel. Igualmente são citadas as povoações a ocidente, Argomil (*atalaia d'argomil*), e a oriente, Castanheira (*Casteneira*), formando estes três topónimos o limite sul do termo de Pinhel.

Não obstante, este documento permite colher outros contributos para o estudo do povoamento. Desde já denota-se que, sobrepondo-se os limites do termo de Pinhel, os

quais são igualmente referidos na confirmação de foral por D. Afonso II em 1255, (IDEM), com os limites do termo da Guarda, existe uma faixa territorial que fica abrangida por ambos. Estar-se-á perante uma reorganização do território, passados somente dez anos desde a atribuição de foral à Guarda? Porém, e como será referido mais à frente, algumas aldeias que geograficamente se situam nesta faixa, pertenciam ao termo da Guarda no reinado de D. Afonso III. No estado actual de conhecimento historiográfico não é ainda possível o deslindar desta problemática. Deixando-se de parte esta contenda, é ainda necessário referir-se uma outra hermenêutica. Recordando-se o que foi dito no capítulo 5, nas proximidades das actuais aldeias de Argomil, Castanheira e Pinzio foram registadas a existência de núcleos e necrópoles de sepulturas escavadas na rocha. Estar-se-á perante uma continuidade de povoamento entre a Alta Idade Média e a Plena e Baixa Idade Média? Ou porventura um deslocamento da povoação do anterior sítio de habitat alto medieval para uma nova zona, não muito distante, em época posterior? Recorde-se a lenda da fundação da aldeia de Píncio (CABRAL, 2005) que alude à deslocação da sua população de uma anterior zona (onde se registam sepulturas rupestres) para actual localização. Curiosamente, Santos Júnior (1983) regista a mesma lenda na despovoada Santa Cruz de Vilariga, justificando-o o abandono pelo endemismo palúdico. Mais uma vez, são questões que ainda carecem de respostas, aguardando-se futuros estudos históricos e arqueológicos que contribuam para uma melhor percepção da realidade.

Novamente, tendo-se em conta o que já anteriormente foi referido no subcapítulo 2.1 conjugado com os dados extrapolados da análise dos materiais arqueológicos do capítulo 4, a presença de povoamento no Castro do Jarmelo é efectiva no século XIII. De igual modo se denota, através das fontes, a crescente importância desta localidade graças à influência de linhagens nobres de primeira importância, nomeadamente de filhos bastardos régios, e seus descendentes. Deverá ser consequente desta presença que o Jarmelo começará um processo de tentativa de emancipação e autonomização face ao concelho da Guarda, ao qual pertencia (COELHO e MARUJÃO, 2010). Mas este processo não teve somente a vertente anteriormente exposta. Também se caracterizou por uma clara tentativa de usurpação de aldeias para a sua esfera político-administrativa. Tal facto é relatado nas inquirições de D. Dinis de 1290, queixando-se o concelho da Guarda de que nas aldeias de Argomil e Pomares (para além do Jarmelo) o mordomo da Guarda deixara de poder actuar, uma vez que o Conde Gonçalo Mendes se tinha apoderado delas (HERCULANO, 1890).

Igualmente, no subcapítulo 2.1 ficou já explícito o longo processo de avanços e recuos na autonomização e criação do concelho do Jarmelo. Quanto ao povoamento, é possível rastrear-se uma diminuição da população na passagem da do século XIV para o XV, note-se que se está perante a já muito discutida Crise do século do século XIV e XV (OLIVEIRA MARQUES, 1989). Todavia este processo de decadência terá uma inflexão contrária no século XV, como se demonstra com a nova vitalidade a partir de 1451 (COELHO E MARUJÃO, 2010). Contrariamente ao que ocorre em outras localidades raianas, e mesmo na Guarda, em que se estabelecem coutos de hominizados (GOMES, 1996), não é conhecido esta política no Jarmelo. É visível antes um processo de reocupação de terras, no reinado de D. Afonso V (COELHO e MARUJÃO, 2010), o qual não é único na região. Um exemplo próximo ocorre em Foz Côa, em que uma zona de fronteira se despoeva consequência da guerra e que volta a ser reocupada, e os seus terrenos desbravados, pedindo os moradores benesses ao rei (MONTEIRO e MARTINS, 2010). Porém quanto às aldeias que constituiriam o termo do Jarmelo, no decorrer desta investigação, não foi possível recolher dados que inferissem a sua criação ou evolução. As inquirições manuelinas de 1496 (DIAS, 1982) também são omissas sobre informações do termo. Contudo, não se pretende afirmar que exista um vazio de fontes históricas, apenas se quer demonstrar que, a muito provável, existência destas ainda se encontra à espera de estudo e publicação.

Por este motivo, e como referido no subcapítulo 1.2, optou-se por uma breve abordagem às aldeias referidas no Cadastro de 1527 (COLLAÇO, 1929). Através deste documento, que embora ultrapasse a baliza cronológica estabelecida para esta investigação, é possível uma primeira abordagem ao padrão de povoamento, o qual poderia estar já estabelecido em período anterior (Mapa9, anexo1). Um dos aspectos mais curiosos e indiscutivelmente importante deste cadastro remete para o facto de na vila apenas residirem 9 fogos, de um total de 379. Outro facto reside no aparecimento do catálogo de lugares, quintas e aldeias pertencentes (num total de 26) ao termo concelhio do Jarmelo. Mais uma vez é necessário acautelar quanto a este episódio, isto é, nada indica, que estes lugares tenham sido fundados no decorrer do século XVI. Das povoações que anteriormente foram possíveis de atestar a sua existência nos séculos XI/XII (Ima) e XIII (Argomil, Pomares, Castanheira) a primeira aparece já pertencendo ao Jarmelo, e as três seguintes continuam igualmente a constar como pertencentes. São denominadas como Lugares, tendo Argomil 10 habitantes, Pomares 24 habitantes, Castanheira 42 habitantes, e Ima 14 habitantes. Como referido, surgem outras

povoações mencionadas com a designação de Lugares, Quintas, Monte ou Sítio. Das povoações referidas e que ainda hoje mantêm o topónimo pouco alterado constam os Lugares de Pinzio (43 habitantes), Toito (30 habitantes), Cheiras e quintas Miragaia, Troucheiros e Abadia (58 habitantes), Lobatos (12 habitantes), Ribeira dos Carinhos (21 habitantes), Almeidinha (8 habitantes), Rabaça (26 habitantes) – neste caso há já a sua menção no foral do Jarmelo de 1510 (COELHO e MARUJÃO, 2010) - Monteiros (18 habitantes) e Mãe de Mingança (14 habitantes). Referidas como quintas, Devesa (3 habitantes), Valdeiras (1 habitante) Granja (4 habitantes), Gagos (14 habitantes) e Urgueira (12 habitantes). No entanto, surgem também mencionadas localidades e quintas que até agora foi impossível de reconhecer na toponímia local, são os casos do Monte de Martim Afonso (11 habitantes), a Quinta de Vasco Fernandes (1 habitante), Quinta de Brás Dias (1 habitante) e Quinta de Gil Afonso (1 habitante). No decorrer desta investigação foi possível recolher junta da população local a plausível localização do sítio das Láceas (2 habitantes), entre as actuais aldeias de Almeidinha e Ribeira dos Carinhos, relativamente perto da já mencionada sepultura de Almeidinha (capítulo 7).

O estado actual de conhecimento, tanto histórico como arqueológico, não permite respostas conclusivas para este manifesto processo de despovoamento da vila face a outros núcleos habitacionais situados no seu termo, em zonas com melhor aptidão agrícola. Porém este decurso não é exclusivo para o sítio em estudo. Na zona de Ribacôa ocorre o mesmo fenómeno (GOMES, 1998) em localidades como Vila de Mós, Numão, Marialva, Castelo Melhor ou Castelo Rodrigo. Nestes casos, sucede a deslocalização da população do antigo sítio, que se localizava numa zona elevada e defendida por sistemas amuralhados, para uma nova localidade (muitas vezes já existente e que era apenas uma aldeia do termo) situada numa zona mais baixa e com relevos menos acidentados. Subsequente, esta aldeia virá crescer tanto a nível demográfico como de importância administrativa, substituindo a anterior sede de concelho. O mesmo autor (IDEM) aponta esta decadência e despovoamento iniciando-se no final da Idade Média e prolongando-se no início da Época Moderna. No caso em estudo, embora o processo seja análogo, não se verifica a mudança de sede do concelho para uma das aldeias que proliferam no seu termo. A sede ficará até à extinção do concelho, nos finais do século XIX, na vila do Jarmelo, pese o seu despovoamento total referido nas memórias paroquiais de 1758 (CHORÃO, 2002).

10 -Considerações finais

Inicialmente não se tinha como um dos objectivos propostos definir a fase de ocupação mais antiga do sítio em estudo, somente se pretendia estudar a ocupação medieval do sítio. Como foi referido, os autores que sobre o Jarmelo escreveram, apontavam para uma fundação de período sidérico, sem que para tal tivessem provas científicas. No decorrer desta investigação foi possível constatar-se a presença de materiais líticos que devem apontar para uma ocupação pré-histórica da vertente nascente do cabeço norte, o que faz recuar bastante a primeira ocupação do sítio. Porém, não houve qualquer indício que apontasse que tenha havido uma ocupação da Idade do Ferro no cimo do *hilsberg*. Apenas existe a notícia de que na zona da vertente poente do cabeço norte terá existido uma ocupação proto-histórica (VILAÇA, 2005), embora, até ao momento, não se conheça nenhum estudo dos materiais exumados, nem exista qualquer relatório da intervenção nos arquivos da DGPC. Identicamente, os dados actuais não permitem confirmar a existência de uma ocupação de período romano, ao contrário do que foi apontado por João de Almeida (1945) e Clara Portas (1979).

Deste modo, os dados até ao momento recolhidos sobre a ocupação do monte do Jarmelo indicam que o mesmo tem fundamentalmente uma ocupação de época medieval, recuando ao século IX/X. Todavia, os dados que apontam para esta cronologia são ainda escassos e circunscritos à meia encosta da vertente nascente. Ou seja, não permitem estender esta cronologia ao topo norte e ao interior do recinto amuralhado. Não obstante, os dados extrapolados permitem compreender que, na Alta Idade Média, este território não se encontrava despovoado e, pelo contrário, a presença do ajimez indicia que o mesmo se encontrava inserido nas esferas dos poderes das elites provavelmente condais, tendo em conta o paralelo existente em São Pedro de Lourosa. Igualmente, as manifestações funerárias inventariadas, de cariz rupeste, demonstram a presença e exploração dos territórios em redor do monte do Jarmelo durante a Alta Idade Média. Infelizmente não foi possível reconhecerem-se os eventuais habitats que poderiam estar relacionados com estas manifestações funerárias.

Compreender a evolução da ocupação do sítio entre a Alta Idade Média e a Baixa Idade Média apresenta-se ainda muito difícil. Tal arduidade deve-se ao facto de que a presença, residual e maioritariamente descontextualizada, de materiais que cronologicamente se balizam entre o século X e XII não permite grandes ilações. Ao

nível das fontes históricas sublinha-se uma clara ausência de referências para a zona em estudo, a qual só é superada a partir dos inícios do século XIII, o que claramente vai ao encontro da informação disponibilizada pela arqueologia.

A correlação entre as fontes históricas e os dados arqueológicos demonstram claramente uma grande e prolongada ocupação durante toda a Baixa Idade Média. No decorrer desse período viria a transformar-se numa das vilas medievais beirãs e um dos pontos constituintes de uma segunda linha defensiva militar presente na região. Para tal inferiria em muito o vasto domínio visual sobre territórios fronteiriços, o que lhe concede uma elevada relevância estratégica na defesa de uma das principais vias de entrada no reino. De igual modo o carácter militar deste sítio está bem patente na presença de um sistema defensivo muralhado. Este sistema permitia não só a protecção da área habitacional como também a sua circunscrição. Tal facto permite constatar que a sua função não seria apenas militar. Pelo contrário, exceptuando o sistema defensivo e uma ponta de seta em bronze recolhida sobre contextos modernos (PEREIRA, 2008b), não se encontraram vestígios de materiais bélicos de cronologia medieval. Deste modo as valências de cariz residencial deteriam a primazia, como ficou patente pela análise dos materiais cerâmicos. A dispersão destes materiais tanto no interior do recinto fortificado como no seu exterior, nomeadamente nas vertentes nordeste, sudeste e sudoeste, atestam um grande crescimento que extravasa para o exterior do recinto amuralhado. Para além do espólio cerâmico de cronologia baixo medieval, maioritariamente de carácter doméstico, os dados provenientes da arqueologia permitem ainda atestar actividades como a tecelagem e o trabalho do ferro. Neste último caso, é ainda possível encontrarem-se paralelos etnográficos desta actividade nas aldeias existentes nas freguesias de São Pedro e São Miguel do Jarmelo.

Do povoado medieval reconhece-se igualmente a sua componente religiosa atestada quer pelas fontes históricas que, pelo menos em meados do século XIII referem a existência de três igrejas paroquiais, quer pela presença de manifestações fúnebres a estas associadas. A paroquialização é claramente um processo que comprova a organização eclesiástica do território, o qual se iniciou com o pós-“Reconquista”, estando plenamente instaurado no século XIV, como se demonstra na rede de igrejas e paróquias existentes no reinado de D. Dinis (BOSSEILIER, 2012).

A nível jurídico-administrativo, as fontes documentais indiciam a existência de um processo evolutivo de agregação de territórios, que anteriormente pertenciam ao

concelho da Guarda. Esta agregação é levada a cabo pela nobreza presente no Jarmelo e culminou, em data não conhecida, na elevação da vila a sede de concelho.

Com o aproximar dos finais da Idade Média, as fontes históricas revelam um ciclo conturbado no Jarmelo. Tal fenómeno pode-se enquadrar-se a nível macroespacial tanto na denominada crise dos séculos XIV e XV como nas tribulações que ocorreram entre a primeira e a segunda dinastia.

Em suma, o que de mais importante prevalece desta investigação é o facto de ter dado início a um estudo científico que rompe com as especulações historiográficas e as lendas que têm norteado os estudos sobre a vila despovoada do Jarmelo e seu termo em época medieval. Muito se encontra ainda por fazer, estando-se claramente a apresentar uma investigação em fase embrionária. Falta assim ainda percorrer um vasto caminho até que se chegue a um nível satisfatório de conhecimento sobre a Idade Média desta região de fronteira.

Bibliografia

- AGUIAR, C. A.** (1941), “Origens da cidade da Guarda”, *Altitude*, 1-6.
- ALARCÃO, J. BARROCA, M. J.** (coord) (2012) – “*Dicionário de Arqueologia Portuguesa*”, ed Figueirinhas, Porto;
- ALMEIDA, A. D. de; BELO, D.** (2007) – *Portugal Património: Viseu, Guarda*; vol. 4, ed. Círculo de Leitores, Lisboa;
- ALMEIDA, F. de** (1910) - “*História da igreja em Portugal*”, ed. Imprensa Académica 3 vol., Coimbra;
- ALMEIDA, J.** (1943), *Roteiro dos monumentos de arquitectura militar do concelho da Guarda*, Lisboa.
- ALMEIDA, J.** (1945), *Roteiro dos monumentos militares portugueses (distritos da Guarda e Castelo Branco)*, vol. I, Lisboa.
- ALMEIDA, M. F. de**, (1992) – “*Foral e Foros da Guarda*”, Tese de História da Língua Portuguesa apresentada à Universidade Católica, Viseu, *policopiada*;
- ANTT** (1758) – Memórias Paroquiais, vols. n.ºs 4, 11, 18, 29, 31, 37, 42;
- ARA-ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO** (2005) – *25 sítios arqueológicos da Beira Interior: catálogo de exposição*; Câmara Municipal de Trancoso, Trancoso;
- ARQUIVO UNIVERSIDADE DE COIMBRA** (1997-98) *Livro Preto da Sé de Coimbra*, ed. Arquivo Universidade, Coimbra;
- BARRIOS GARCIA, A.** (1988) – “El proceso de ocupación y de ordenación del espacio en la Raya leonesa” in “*O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*” ed. UCP, Lisboa, págs 155-183;
- BARROCA, M. J.** (1987) – *Cerâmica medieval no noroeste de Portugal (séculos XI a XV)*, Relatório de uma aula teórico-prática apresentada no âmbito das provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica, na Fac. Letras da Univ. Porto, Porto;
- BARROCA, M. J.** (1987) – “*Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*”, dissertação para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, *policopiada*;
- BARROCA, M. J.** (1990), “Contribuição para o estudo dos testemunhos pré-românicos de Entre-Douro-e-Minho”, in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. IV, Braga, pág. 101-145;

- BARROCA, M. J.** (1990/91) – Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII), in *Portugália*, Nova Série, Vol XI-XII pág-90 a 136. Porto;
- BARROCA, M. J.** (1992) – “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, vol. IX, Porto, pág.s 53-85;
- BARROCA, M. J.** (2000) – “Aspectos da Evolução da Arquitectura Militar na Beira Interior”, in *I Jornadas do Património da Beira Interior*, ed. C.M. Guarda, Guarda, pp. 215-238
- BARROCA, M. J.** (2008-2009) – “De Miranda do Douro ao Sabugal: arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, in *Portugália*, Nova Série, vol. XXIX-XXX, Porto, pág. 193-252;
- Biblioteca Pública Municipal do Porto** (1924) – *Censual do Cabido da Sé do Porto*, ed. Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto;
- BIROT, P.** (1946) – “*Contibuition a létude morphologique dela région de Guarda*”, ed. Coimbra Editora, Coimbra;
- BOISSELLIER, S.** (2012) – *La construction administrative d’un royaume: registre de bénéfices ecclésiastiques portugais (XIII-XIVe siècles)*. Ed. Universidade Católica Portuguesa ; Lisboa ;
- CARDOSO, G.** (2005) – “*Estelas medievais e modernas do Cadaval*”, ed. Câmara Municipal do Cadaval, Cadaval;
- CASTRO, J. G.** (1902) – *Diocese e districto da Guarda*, ed. Typografia Universal, Porto;
- CINTRA, L. F.** (1984) – *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo: seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre: contributo para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*; ed. Livraria Sá da Costa, Lisboa;
- CIRLOT, J. E.** (2000) – “*Dicionário de símbolos*” ed. Dom Quixote, Lisboa;
- COLLAÇO, J. M.** (1929) - *Cadastro da população do Reino (1527): actas das comarcas Damtre, Tejo e Odiana e da Beira*, Lisboa;
- COSME, S.** (2002) - *Entre o Côa e o Águeda: povoamento nas épocas romana e Alto-Medieval*, Tese de Mestrado, ed. Universidade do Porto, Porto;
- COSTA, A.** (1929) – “*Diccionário Chorographico de Portugal Continental e Insular*”, Ed. Livraria Civilização, Porto;

- COSTA, P. M.** (1993) – *A Ordem do Hospital em Portugal: séculos XII- XIV*, Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Universidade do Porto, Porto, *policopiada*;
- COSTA, P. P.** (2010) – *Os Forais de Pinhel*, ed. Câmara Municipal de Pinhel, Pinhel;
- CRUZ COELHO, M. H. da,** (1977) – *O Mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*, Centro de História da Universidade de Coimbra, Coimbra;
- CRUZ COELHO, M. H. da,** e **BARBOSA MORUJÃO, M. do R.** (1999) – *Forais e Foros da Guarda*, Ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda;
- CRUZ COELHO, M. H.** e **RÊPAS, L. M.** (2006) – *Um cruzamento de fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes*, ed. Campo de Letras, Porto;
- CRUZ COELHO, M. H. da;** **BARBOSA MORUJÃO, M. do R.** (2010) – *Foral Manuelino de Jarmelo*, ed. Museu da Guarda e A.C.D.J, Guarda;
- DE MAN, A.** (2006) – “*Conimbriga Do Baixo Império à Idade Média*”. Ed. Sílabo, Lisboa;
- DIAS, J. J. A.** (1982) - A Beira Interior em 1496 : sociedade, administração e demografia, in *ARQUIPÉLAGO*, nº 4, Ed. Universidade dos Açores, págs. 95-193
- DIAS, J. J. et. all.** (1998) – *Chancelarias portuguesas: D. Duarte*, vols. 1, 2 e 3, ed. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;
- DIAS, J. J. et. all.** (2004) – *Chancelarias portuguesas: D. João I*, vols. 1, 2 e 3, ed. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;
- DELGADO, A.** (2006) – “Estela, escultura e memória”, in *Actas do VIII Congresso Internacional de estelas funerárias* ed. MNA, Lisboa, págs.567-600.
- DOMINGUES, M.** (2002) – *Inês de Castro na vida de D. Pedro*, ed. DL Prefácio, Lisboa;
- DUARTE, L. M.** (1995) – “ A actividade mineira em Portugal durante a Idade Média (tentativa de síntese) in *Revista da Faculdade de Letras: História*, 12, págs.75-112;
- FARIA, A. M.** (1985) –“*Subsídios para um inventário dos achados monetários no distrito da Guarda*”, ed. IPPC, Lisboa;
- FERNANDES, A. de A.** (1991) - *Taroucae monumenta historica: livro das doações de Tarouca*, Vol. Nº3, ed. Câmara Municipal de Tarouca, Tarouca;
- FERREIRA, J. P.** (1966) – “Cabeceiras de Sepulturas Medievais existentes em Numão” in *Lucerna*, vol. V, Porto, págs. 690-691;

- FERNANDES, P. A.** (2001) – “*A Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha*”, ed. Centro de Estudos de Teologia/História das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa;
- FERNANDES, P. A.** (2005) - “Eclectismo. Classicismo. Regionalismo. Os caminhos da arte cristã no Ocidente peninsular entre Afonso III e al-Mansur”, in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, ed. Câmara Municipal de Palmeia e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela;
- FERNANDES, P. A.** (2008) – “A Igreja de São Pedro de Lourosa e a sua relação com a arte asturiana” in *Arqueologia Medieval*, nº 10, ed. Campo arqueológico de Mértola e edições Afrontamento, Mértola e Porto, pág.21-40;
- FIGUEIREDO, C. J. M de** (1962) – *A Beira e as invasões de leste*, Viseu;
- FONSECA, A. D. da** (1951) - *Projecto de relatório apresentado à 2ª sub-secção da 6ª secção da JNE sobre recentes descobertas do Jarmelo e outras antiguidades do concelho da Guarda, 17 maio de 1951*, policopiado.
- GARCIA MORENO, L. A.** (1998) – “Riba Coa en el Periodo Visigodo”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, ed. UCP, Lisboa, pág.s. 115-130;
- GIL, A. P.** (1985) – *D. Inês de Castro*, ed. Discolivro, Lisboa;
- GIL, C. e RODRIGUES, J.** (1990) – *Pelos caminhos de Santiago: itinerários portugueses para Compostela*; ed. D. Quixote, Lisboa;
- GOMES, R. C.** (1987) - *A Guarda medieval: posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*, in *Cadernos de História económica e social*, nº9/10, Ed. Sá da Costa, Lisboa;
- GOMES, R. C.** (1996) – *Castelos da Raia*; vol. 1, coord. Mafalda Magalhães Barros, ed. IPPAR, Lisboa;
- GOMES, J. P.** (1981) – *História da Diocese da Guarda*, ed. J. P. Gomes: Pax, Braga;
- GONÇALVES, L. J.** (1995) – *Castelos da Beira Interior na defesa de Portugal*, Tese de Mestrado em História Moderna apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, *policopiada*;
- GOMES, M. V** (1995) - Estelas discóides do Museu de Loulé, in *Al-Ulyã*, nº4, Loulé, pág.s 31-43;
- GOMES, M. V., e GOMES, R. V.** (2006) – “Estelas discóides da necrópole da Sé de Silves (Algarve, Portugal) : contexto e cronologia”, in *Actas do VIII Congresso Internacional de estelas funerárias*, ed. MNA, Lisboa, p.309-330;

GOMES, P. D. (1993) – “*Arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro: a reorganização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média: séculos XII-XV*” Tese de mestrado e arqueologia apresentada à Universidade do Porto, *policopiada*;

GOMES, P. D. (1998) – “Centros de povoamento: um percurso pelas Vilas medievais”, *In Terras do Côa, da Malcata ao Reboredo. Os valores do Côa*, ed. Estrela-Côa, Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda, Maia, pág. 59-63.

GONÇALVES, I. (1980) - *Viajar na Idade Média através da Península em meados do século XIV*, ed. Instituto Universitário dos Açores, Ponta Delgada;

GOUVEIA, J. G. e MARTINS, M. G. (2010) - *Cicatrices de guerra no espaço fronteiriço português*, ed. Palimage, Coimbra;

GUIMARÃES, G. (1998) – “Cerâmica Romana e Medieval de Ervamoira” *in I Jornadas do Património da Beira Interior*, ed. C. M. Guarda, Guarda, pág.s 171-184;

GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. et. al. (1994) – “Las Pueblas Fronteirizas entre León y Portugal en los Siglos XII y XIII: “Ciudadelas” de Riba-Côa (Beira, Portugal)”, *in Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXIV, 3-4, Porto, pág.s. 381-404;

HERCULANO, A. (1890) – *História de Portugal: desde o começo da monarchia até o fim do reinado de Afonso III*, ed. Bertrand, Lisboa;

KRUS, L. (1993) – “D. Dinis e a herança dos Sousas. O inquérito de 1287” *in Estudos Medievais* nº10 p.119-158 ed. Secretaria de Estado da Cultura, Porto;

LEAL, M. P. da S. e SILVA, J. A. da, (1729) – *Memorias para a história ecclesiastica do Bispado da Guarda*, ed. Lisboa Ocidental, Lisboa;

LIMA, B. (1935) - “*Terras portuguesas: arquivo histórico-corográfico ou corografia histórica portuguesa*” ed, Camões, Póvoa de Varzim;

LOBÃO, J., MARQUES, A., NEVES, D. (2006) – Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira, Subsídios para o seu inventário e estudo *in Praça Velha* vol XIX, ed Câmara Municipal da Guarda, Guarda;

LÓPEZ, O. J. (2003) – *Protohistoria del occidente de la Meseta Norte: estructura social y territorio*; Tese apresentada à Universidad Complutense de Madrid, Madrid;

LOPEZ QUIROGA, J. e LOVELLE, M. R. (1997) – De los Romanos a los Bárbaros: la instalación de los Suevos y sus consecuencias sobre la organización territorial en el Norte de Portugal, *in Studia Medievales*, volXXXVIII, p.529-560, Spoleto;

MAGRO, F. C. (1986) – “*Ceitis*”, ed. Instituto de Sintra, Sintra;

- MAGRO, M. P.** (2011) – “*Vilar Maior – Evolução de um castelo e povoado raiano de Riba-Côa (séc. XI a XV)*”, 2 volumes, Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, *policopiada*;
- MARIA, V, pseud.; RODRIGUES, M.** (1739) - “*Descripçam corográfica do Reyno de Portugal que contem huma exacta relação de suas provincias...*” Lisboa Occidental : na Off. de Miguel Rodrigues, Lisboa;
- MARQUES, A. de H. e DIAS, N. P.** (1986) – *Cortes Portuguesas, reinado de D. Pedro I, 1357-1367*, ed. Inst. Nac. Invest, Científica, Lisboa;
- MARQUES, M.** (1996) – *História da moeda medieval portuguesa*, ed. Instituto de Sintra, Sintra;
- MARQUES, C. A.** (1936) - *A bacia hidrográfica do Côa*, ed. Coimbra Editora, Coimbra;
- MARQUES, A. de H.; GONÇALVES, I.; TAVARES, M. J.** (1984) – *Chancelaria de D. Pedro I*, ed. Inst. Nac. Invest. Cient., Lisboa;
- MARQUES, A. H. O.** (1990) – “Portugal na crise do século XIV e XV” in *Nova História de Portugal, vol.4º* ed. Presença, Lisboa;
- MARQUES, A. H. O.** (1990) - *Atlas de cidades medievais portuguesas : (séculos XII a XV)*, ed. Centro de Estudos históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa;
- MARQUES, J.** (1998) – “Os Municípios Dionisinos nos finais do Século XIII”, in *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, ed. UCP, Lisboa, pág.s 211-231;
- MARQUES, J. M.** (2000) – “*Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*”, ed. Eden Gráfico, Viseu;
- MOREIRA, J. B.** (1979) – Cabeceiras de sepulturas medievais, *Separatas Actas das I Jornadas Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, ed. Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra;
- MARTÍN VISO, I.** (2004) – “La frontera como integración del territorio en la Edad Media: la raya leonesa (siglos XII-XIII)”. Separata da *Revista de História da Sociedade e da Cultura* nº4, Coimbra pág. 9-56;
- MARTÍN VISO, I.** (2005a) – Una frontera casi invisible: los territorios al norte del sistema central en la Alta Edad Media (siglos VIII-IX) in *Studia Histórica: História Medieval*, 23.Salamanca, pág. 89-114.
- MARTÍN VISO, I.** (2005b) – La formación y consolidación de la frontera en la comarca de Ciudad Rodrigo: la configuración de un espacio feudal (siglos XII-XIII). In

Congreso Internacional la Raya Hispano-Lusa. Relaciones hispano-portuguesas del Duero al Tajo. Ed. Punto de encuentro, Diputación de Salamanca-Ayuntamiento de Ciudad Rodrigo-Centro de Estudios Mirobrigenses, Salamanca, pág. 33-70.

MARTÍN VISO, I. (2007) – Tumbas y sociedades locales en el centro de la Península Ibérica en la Alta Edad Media: el caso de la comarca de Riba Côa (Portugal), *in Arqueología y Territorio Medieval*, 14, Jáen, pág. 21-47;

MARTÍN VISO, I. (2008a) – “Una periferia creativa: la articulación del territorio en la comarca de Riba Côa (Portugal) (siglos VI-XI)”, *in Territorio, Sociedad y Poder. Revista de Estudios Medievales*, 3, Oviedo, pág. 85-109.

MARTÍN VISO, I. (2008b) – Leoneses y portugueses en el territorio de Sabugal. *In Museu do Sabugal: Coleção Arqueológica*, ed. Pró-Raia. e Câmara Municipal Sabugal, Sabugal, pág. 101-111.

MENCHÓN, J. J. (2002) – “Estelas medievales, contextos arqueológicos y documentales”, *in Actas do VII Congresso Internacional de Estelas Funerárias*, Sória, pág.s 650-660;

MENDONÇA, M. e CUNHA, A. C. da, (1994) – *Chancelaria de D. João II*, vols. 1 e 2, ed. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa;

MONTEIRO, H. (2012) – “A Estrada da Beira: *reconstituição de um traçado medieval*”, Tese de mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, *policopiada*;

G. (1999) – *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média: presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, ed. Colibri, Coimbra;

MONTEIRO, J. G. (1999) – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, ed. Notícias, Lisboa;

NEVES, J. A. M. (2005) – *A “Formosas” Chancelaria: estudo dos originais da chancelaria de D. Fernando (1367-1383)*, Tese de Mestrado em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra;

NOGUEIRA, J. D. (1998) - “Os Municípios Medievais em Riba Côa dos inícios do Século XIII a 1297”, *in O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa*, ed. UCP Lisboa, pág.s 197-209;

NUNES, A. L. P. (1998) – “Os castelos medievais de Riba Côa”, *In O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa: actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol*, UCP, Lisboa, pág. 247-258.

- OSÓRIO, M.** (2005a) – “Tipologias de aparelho construtivo do Sabugal Velho. Contributos para o estudo dos sistemas defensivos proto-históricos e medievais”, in *Actas do I Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, ed. Vila Nova de Foz Côa, pág. 81-99.
- OSÓRIO, M.** (2005b) – “Sabugal Velho: um povoado, duas ocupações”. In *Catálogo da Exposição 25 sítios arqueológicos da Beira Interior*, ed. ARA e Câmara Municipal de Trancoso, pág. 30-31;
- OSÓRIO, M.** (2008) – “O urbanismo e a arquitectura do Sabugal Velho (Aldeia Velha, Sabugal). Tentativa de caracterização de um aldeia fortificada no Riba-Côa dos séculos XII-XIII, in *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro, e Beira Interior*, Porto, pág.13-21;
- OSÓRIO, M.** (2010) – “Sabugal Velho e Caria Talaia – duas morfologias de povoamento, a mesma cronologia” in *Sabucal* n° , ed. Câmara Municipal do Sagugal, Sabugal, pág. 61-78;
- PATRÍCIO, A. A.** (1994) – “Notas sobre a morfologia do norte da Beira Transmontana” in Separata do *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 1-2, ed. Imprensa Moderna, Porto;
- PEREIRA, V.** (2003) – “Contributo para o estudo da Vila do Jarmelo (Guarda)” in *Praça Velha* n°13, Iª série, ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, pág. 7-19;
- PEREIRA, V.** (2007) – “ A torre velha do primitivo castelo da Guarda”, in *Praça Velha*, n° 22 Iª série, ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda, pág.13-29;
- PEREIRA, V.** (2008) (coord) – “*Roteiro Arqueológico da Guarda: território, paisagens e artefactos*” ed. Câmara Municipal da Guarda, Guarda;
- PEREIRA, V., CAMEIJO, A., MARQUES, A.** (2008) – “Arqueologia no Centro Histórico da Guarda: resultados da intervenção do Torreão”, in *Actas do Encontro de Arqueologia e Autarquias*, ed. Associação Portuguesa de Arqueólogos e Câmara Municipal de Cascais, Cascais;
- PERESTRELO, M. G.** (2003) – *A Romanização na Bacia do Côa*; ed. Parque Arqueológico do Côa, Vila Nova de Foz Côa;
- PERNADAS, P. J. L.** (2010) – “O ajimez de Vilar Maior”, in *Sabucal*, n°2, pp. 51-60;
- PINHO, A. P.** (1874) – *Portugal Antigo e Moderno: Dicionário Geográfico, Estatístico, Chorográfico, Heráldico, Archeológico, Histórico, Biográfico &*

Etymológico de Todas as Cidades, Villas e Freguesias de Portugal e Grande Número de Aldeias”, vol. III, Livraria Editora de Mattos Moreira, Lisboa;

PIZARRO, J. S. (1997) – *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias, (1279-1325)*, vols. 1, 2 e 3, Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à Universidade do Porto, *policopiada*;

PIZARRO, J. A. (2009) - *Portvgaliae monvmenta historica : a saecvlo octavo post christvm vsqve ad qvintvmdecimvm ivss*, 3º vol. Ed. Academia das Ciências, Lisboa;

PORTAS, C. (1979) - *Origens da antiga vila do Jarmelo*, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra;

RAU, V. (1982) – *Sesmarias medievais portuguesas*, ed. Presença, Lisboa;

REAL, M. L. (2005) – “Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)” in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes, ed. Câmara Municipal de Palmeira e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Palmela;

REPAS, L. M. (2000) – *Quando a nobreza traja de branco: a comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues, 1286- 1299*, Tese de Mestrado de História da Idade Média, Universidade de Coimbra, *policopiada*;

RÊPAS, L. (2009) – “O Sabugal em tempos medievais (depois do Tratado de Alcañices)”, in *Museu do Sabugal: Colecção Arqueológica*, ed. Pró-Raia. e Câmara Municipal Sagugal, Sabugal, pág. 127-143.

RIBEIRO, J. C. (2006) – “A Estela medieval: questões de origem e terminologia, rotas de difusão, enquadramento histórico e função social”, in *Actas do VIII Congresso Internacional de estelas funerárias*, ed. MNA, Lisboa, pág.599-611;

RIBEIRO, O. (1986) – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico: esboço de relações geográficas*; ed. Livraria Sá da Costa, Lisboa;

RIBEIRO, O. (1954), “Estrutura e relevo da Serra da Estrela”, *Boletín de la Real Sociedad Española de História Natural*, Madrid, pág.s 544-566.

RIBEIRO, O. (1982), “Le Portugal Central”, separata do *Congrés International de Geographie (Lisbonne, 1949)*, Lisboa, pág.s 21-162;

RIBEIRO, O. (1987) – “*Geografia de Portugal*” vol. 1, ed. João Sá da Costa, Lisboa;

RODRIGUES, A. V. (1977), *Monografia Artística da Guarda*. Guarda.

RODRIGUES, A. V. (2000) – “*Guarda: pré-história, história e Arte*”. Ed. Santa Casa da Misericórdia da Guarda, Guarda;

- RODRIGUES, M.** (1994) – *Cerâmicas medievais da região de Moncorvo: sec. XII-XIII*, Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *policopiada*;
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, F.** (1966) – *Despoblación y repoblación en el valle del Duero*. Buenos Aires;
- SANCHO, M. S.** (2002) – Aguas, rocas y metales : arqueologia y explotación de recursos minerales en la Edad Media, in *Acta Historica et Archaeologica Mediaevalia*, nº29, p. 519-545;
- SANTOS JUNIOR, J. R. dos,** (1983) – “A Derruida ou Vila Velha de Santa Cruz da Vilariça” in *Separata de “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”* nº24, ed. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, Porto, págs 537-54;
- SARMENTO, F. M.** (1990) – Expedição Científica à Serra da Estrela, in *Revista de Guimarães*, nº100, p.299-399, ed. Casa de Sarmiento, Guimarães;
- SERRÃO, J. V.** (1970) – *A População de Portugal em 1798: O Censo de Pina Manique*; ed. Centro Cultural Português, Paris;
- SILVA, M. D. O. da** (2001) – “Metalurgia no povoado fortificado Alto-Medieval do Sabugal Velho (Sabugal, Guarda)”, in FERNANDES, I. C., coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Ed. Colibri, Palmela, págs. 791-794;
- SILVA, M. J. O. e** (2006) – “*SCRIPTORES ET NOTATORES: A Produção Documental da Sé do Porto (1113-1247)*”, tese de mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto, *policopiada*;
- SILVA, R. C. da** (2005) – *Génese e transformação da estrutura de povoamento do I Milénio a.C. na Beira Interior*; ed. Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, Coimbra;
- TENTE, C.** (2010) – “*Arqueologia medieval cristã no Alto Mondego. Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI.*”, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, *policopiada*;
- TENTE, et all.** (no prelo) – “*Espólio arqueológico do sítio do Jarmelo (Guarda): intervenção de emergência realizada em 1998*”. Poster apresentado ao II Simpósio Internacional sobre Castelos, Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI) realizado em Óbidos em 2010;

- VASCONCELLOS, J. L. de** (1917) – “*Pela Beira: notícia de uma excursão*”, ed. Imprensa Nacional, Lisboa;
- VASCONCELLOS, J. L. de** (1927) - *De Terra em Terra : Excursões Arqueológicas-etnográficas através de Portugal: Norte, Centro e Sul*; ed. Imprensa Nacional, Lisboa;
- VASCONCELLOS, J. L.** (1997) – *Etnografia portuguesa*, vol. 3. Ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa;
- VENTURA, L.** (1992) – *A nobreza de corte de Afonso III*, Tese de doutoramento em História Universidade de Coimbra, vol. 1 e 2, *policopiada*;
- VENTURA, L. e MATOS, J. da C.** (2010) – “*Diplomatário da Sé de Viseu (1078-1278)*”, ed. Centro de História da Sociedade e Cultura: Imprensa da Universidade de Coimbra;
- VICENTE, A. M.** (1996) - *Santa Maria de Aguiar: um Mosteiro de fronteira*, Tese de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, *policopiada*;
- VIEIRA, M.** (2000) – *Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e alto-medial*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, *policopiada*.
- VILAÇA, R.** (2005) – “Entre Douro e Tejo, por terras do interior: o I Milénio a.C.”; *in Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia, Actas das II Jornadas do Património da Beira Interior, 21 e 22 Outubro de 2004*, Guarda, pág. 13-32.

**O Castro do Jarmelo em época medieval:
o contributo da arqueologia para o seu estudo**

Tiago Ramos

Dissertação de Mestrado em Arqueologia

Junho, 2014

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção
do grau de Mestre em Arqueologia, realizada sob a orientação científica
Doutora Catarina Tente

Agradecimentos

A presente tese de mestrado, embora tenha sido o concretizar de um desejo que há muito tempo se tinha, só foi possível graças ao apoio prestado por muitas pessoas que ao longo deste percurso foram colaborando da melhor maneira que lhes foi possível e aos quais urge agora expressar o meu agradecimento.

O primeiro agradecimento tem de se dirigido à minha orientadora Professora Doutora Catarina Tente pelo apoio prestado e correcções prestadas na redacção desta tese, pela paciência que teve com os sucessivos atrasos da minha parte, e principalmente por em 1998 ter sido uma das arqueólogas presentes na intervenção arqueológica de emergência ocorrida no Castro do Jarmelo, momento em que decidi que no futuro queria cursar Arqueologia.

Em segundo, um cordial agradecimento à Câmara Municipal da Guarda por tão prontamente ter permitido o acesso aos materiais arqueológicos em depósito nas suas instalações. Dentro desta instituição um sentido agradecimento ao sector de arqueologia, nomeadamente ao Arqueólogo Vitor Pereira pela disponibilidade e apoio demonstrado desde o primeiro contacto encetado.

Um especial reconhecimento ao apoio prestado pela minha vasta família e pelos seus conhecimentos tanto históricos como do terreno do Jarmelo que se tornaram fundamentais para uma melhor abordagem e percepção do território e de vestígios arqueológicos. São dos melhor que conheço a fazer prospecção!

Quero também agradecer aos meus amigos *atonianos*, *moulinrougianos*, da Faculdade de Letras e da FCSH que desde sempre me ouvem falar incessantemente do Jarmelo, pelo seu apoio e companheirismo nos momentos de maior desalento e procrastinação, em especial ao Philippe Guimarães, Miguel Carvalho e Joana Afonso.

A todos os habitantes das aldeias do Jarmelo que prontamente se disponibilizaram em levar aos sítios mais recônditos onde se encontravam as sepulturas rupestres, sem eles não teria sido possível aceder a esse conhecimento.

Por fim a todos aqueles que me esqueci de referir, desde já peço desculpa, mas o frio que se faz sentir na cidade da Guarda enquanto escrevo não é o melhor aliado.

O Castro do Jarmelo em época medieval: contributo da arqueologia para o seu estudo

PALAVRAS-CHAVE: Território de fronteira medievo; Povoado fortificado; Cultura material; Território e povoamento

Resumo

A presente investigação aborda o estudo do Castro do Jarmelo (Guarda) em época medieval.

Trata-se de um povoado fortificado que se formou no cimo de um *hilseberg* o que lhe confere um amplo domínio visual e controlo do planalto mesetano para além de óptimas condições naturais de defesa.

O período cronológico analisado estende-se entre o século IX/X até aos meados do século XV, período que em termos macro-espaciais engloba o avanço e consolidação da fronteira cristã para sul, a criação e desenvolvimento do reino de Portugal e a crise dinástica que levaria à instalação da dinastia joanina no trono de Portugal.

A investigação desenvolvida assentou em diferentes mas complementares abordagens. Inicialmente compilaram-se os dados proporcionados pelas fontes históricas medievais já estudadas por outros autores. De seguida procedeu-se ao estudo exaustivo dos materiais exumados das duas intervenções arqueológicas realizadas neste sítio. Igualmente se efectuaram visitas ao local e suas imediações de forma a se aprofundar o conhecimento das estruturas militares, civis e religiosas presentes neste povoado. Por fim, foram realizadas prospecções circunscritas a alguns locais que referências bibliográficas, toponímicas, ou fornecidas pela população local indicavam a presença de eventuais vestígios de época medieval.

A conjugação dos diferentes dados obtidos permitiu, embora ainda num estado embrionário, atestarem-se as diferentes valências do sítio, ou seja, o seu carácter habitacional, militar e religioso. Quanto à relação entre o Castro e os territórios envolventes os resultados alcançados são ainda muito limitados. Todavia tanto na Alta Idade Média como na Baixa Idade Média é perceptível reconhecerem-se matrizes de povoamento, em que se denota um papel de destaque e primazia do Castro do Jarmelo sobre o território envolvente.

KEYWORDS: Medieval border territory; Fortified settlement; Material culture; Territory and settlement

Abstract

The present investigation approaches the study of the Castro of Jarmelo in medieval times.

It is a fortified settlement that was formed on the top of an *hilseberg* which gives it a wide visual field and control of the Meseta highlands beyond excellent natural defense conditions.

The period of time under study extends between the 9th/10th century until the 15th century, period that in macro-spatial terms encompasses the progress and consolidation of the Christian south border, the creation and development of the kingdom of Portugal and the dynastic crisis that would lead to the installation of the Johannine dynasty.

The investigation was based on different but complementary approaches. First it was compiled the data provided by the medieval historical sources already studied by other authors. Then we proceeded to an exhaustive study of archaeological materials exhumed from the two archaeological interventions on this site. It was also made visits to the site and its surroundings in order to deepen the knowledge of military, civil and religious structures in this town. Finally, circumscribed survey have been conducted to some places that bibliography, toponymy or provided by the local population indicated the presence of traces of medieval times.

The combination of different data allowed, although still at an embryonic stage, attest the different valences of the site, in other words, their housing, military and religious character. Concerning to the relationship between the Castro of Jarmelo and the surrounding territories achievements are still very limited. However both in the Middle Ages and in the Early Middle Ages is evident the existence of patterns of settlement where is evident a prominent role and primacy of this site on the surrounding territory.

Índice

| | |
|---|-------------|
| 1 – Introdução..... | 1 |
| 1.1 – Objectivos do Estudo..... | 1 |
| 1.2 - Organização e apresentação do trabalho..... | 1 |
| 1.3 – Metodologia | 3 |
| 2 – Estado da Arte..... | 9 |
| 2.1 – O contributo das fontes históricas..... | 20 |
| 2.1.1 – Período entre 1209 a 1389..... | 21 |
| 2.1.2 – Período entre 1389 a 1496..... | 23 |
| 3 – Enquadramento geográfico..... | 27 |
| 3.1 – O Jarmelo na bacia hidrográfica do Côa..... | 27 |
| 3.2 – Os recurso hídricos, florestais e pedológicos..... | 29 |
| 4 – O contributo da arqueologia..... | 33 |
| 4.1 – A intervenção de 1998..... | 33 |
| 4.1.1 – Os contextos identificados..... | 33 |
| 4.1.2 – Espólio cerâmico..... | 34 |
| 4.1.3 – Espólio metálico..... | 37 |
| 4.1.4 – Espólio numismático..... | 38 |
| 4.1.5 – Materiais líticos..... | 38 |
| 4.1.6 – Elementos de adorno..... | 39 |
| 4.2 – A intervenção de 2007-2008..... | 39 |
| 4.2.1 – Os contextos identificados..... | 41 |
| 4.2.2 – Espólio cerâmico..... | 52 |
| 4.2.3 – Espólio metálico..... | 61 |
| 4.2.4 - Espólio numismático..... | 62 |
| 5 – As igrejas do Castro do Jarmelo – São Pedro, São Miguel e Santa Maria.... | 65 |
| 5.1 – Vestígios arquitectónicos da desaparecida Igreja de Santa Maria..... | 66 |
| 5.1.1 – Ajimez..... | 67 |
| 5.2 – O mundo funerário..... | 69 |
| 5.2.1 – As sepulturas escavadas na rocha..... | 69 |
| 5.2.2 – Estelas funerárias..... | 71 |
| 6 – A arquitectura civil e a disposição planimétrica intra e extra muralhas..... | 75 |
| 7 – Arquitectura militar – o sistema defensivo..... | 81 |
| 8 – Antecedentes de povoamento medieval: o testemunho das sepulturas escavadas na rocha..... | 91 |
| 8.1 – Sepulturas escavadas na rocha – indicador de povoamento..... | 93 |
| 9 – Povoamento medieval..... | 97 |
| 10 – Considerações finais..... | 105 |
| 11 – Bibliografia..... | 109 |
| 12 – Anexos..... | I |
| Anexo Cartográfico..... | I |
| Anexo Fotográfico..... | XIII |

| | |
|---|---------------|
| Perfis e Plantas da Intervenção de 2007-2008..... | XXXI |
| Catálogo materiais cerâmicos da intervenção de 1998..... | XLIX |
| Catálogo do espólio metálico da intervenção de 1998..... | CIII |
| Catálogo dos elementos de adorno da intervenção de 1998..... | CVI |
| Catálogo dos numismas da intervenção de 1998..... | CVII |
| Catálogo dos materiais líticos da intervenção de 1998..... | CIX |
| Catálogo dos materiais cerâmicos da intervenção de 200-2008..... | CXI |
| Catálogo dos materiais metálicos da intervenção de 200-2008..... | CLVII |
| Catálogo dos numismas da intervenção de 200-2008..... | CLIX |
| Catálogo das Estelas medievais..... | CLXIII |

